

**DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO NO DISCURSO SEPARATISTA:
ALGUNS ASPECTOS DAS RELAÇÕES ENUNCIATIVO-DISCURSIVAS**

INGRID NANCY STURM

Ingrid Nancy Sturm

**DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO NO DISCURSO SEPARATISTA:
ALGUNS ASPECTOS DAS RELAÇÕES ENUNCIATIVO-DISCURSIVAS**

Dissertação apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1997

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	71 UNICAMP
	5297d
V.	C.
NUMERO DE	0853
PREÇO	R\$ 1,97
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	19/06/97
N.º CPD	

CM-00098899-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

St97d

Sturm, Ingrid Nancy

Discriminação e preconceito no discurso separatista: alguns aspectos das relações enunciativo-discursivas / Ingrid Nancy Sturm.
-- Campinas, SP: [s . n .], 1997.

Orientador: Sírio Possenti
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Racismo. 3. Regionalismo. I Possenti, Sírio. II Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Sirio Possenti

Prof. Dr. Sirio Possenti - Orientador

Jonas de Araújo Romualdo

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

Lúcia Kopschitz Bastos

Profª Dra. Lúcia Kopschitz Bastos

Campinas, ___ / ___ / ___

Este exemplar é a redação final da tese

defendida por INGRID NANCY

STURM

e aprovada pela Comissão Julgadora em

30 / 04 / 97.

Prof. Dr. Sirio Possenti:

Para o Fausto, com quem tenho
dividido a vida com prazer.

Para Maria Lídia, que me
ensinou as coisas que realmente
importam.

Agradecimentos:

ao CNPq, pela bolsa

ao Sírio, pelas leituras das muitas
versões

à minha família, meus amigos e
colegas do Departamento de Letras de
Rondonópolis, pela paciência da
espera.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PARTE I A CENA ENUNCIATIVA	
Capítulo 1 Separatismo: a voz da história	23
1.1 - A unidade nacional	23
1.2 - Um projeto recorrente	27
Capítulo 2 O quadro geral da enunciação da Guerra da Secessão	33
2.1 - “Os confederados são do norte”.	33
2.2 - Os eixos argumentativos da polêmica	39
2.3 - Os enunciados	44
2.4 - Cenografia, dêixis e ethos discursivos	57
PARTE II ASPECTOS DA HETEROGENEIDADE NO DISCURSO SEPARATISTA	
Capítulo 3 O dialogismo polêmico	64
3.1 - A recorrência dos temas	65
3.2 - A estrutura básica da polêmica	67
3.3 - A enunciação polifônica	70
3.4 - A estratégia da ironia	77
Capítulo 4 Competência e tradição	80
4.1 - As diferentes noções de trabalho	80
4.2 - <i>Topoi</i> argumentativos	82
Capítulo 5 Heterogeneidade Constitutiva	88
5.1 - Discurso e interdiscurso na <i>Guerra da Secessão</i>	88
PARTE III SEPARATISMO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA	
Capítulo 6 O separatismo e a mediação da imprensa	96
6.1 - O posicionamento da imprensa	96
6.2 - A polêmica mediada	101
6.3 - Interferências de Istoé	107
Capítulo 7 A voz do senso comum	111
7.1 - As “vocações regionais” e a “opinião pública”	111
7.2 - A presença dos estereótipos	116
7.3 - Um exemplo do uso do estereótipo	119
7.4 - Herança européia	122

CONCLUSÃO	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	131
ANEXO	132

RESUMO

Os dados analisados nesta dissertação foram coletados na imprensa e são relativos aos discursos de dois movimentos separatistas brasileiros, situados entre os anos de 1988 e 1993; o primeiro preconizava a independência da região Nordeste e o segundo visava a criação da República Federativa do Pampa. As análises inserem-se no âmbito da relação polêmica e indicam a atuação de duas formações discursivas antagônicas, às quais denomino de FD1 e FD2, que correspondem, respectivamente a: “O Sul explora o Nordeste” e “O Nordeste explora o Sul”. O trabalho divide-se em três partes: na primeira delinea-se o quadro geral da enunciação, na segunda privilegia-se o estudo das relações enunciativo-discursivas desses discursos a partir, principalmente, das concepções teóricas formuladas pelo semanticista Oswald Ducrot nos textos *Esboço para uma teoria polifônica da enunciação* e *Argumentação e topoi argumentativos* e na última discute-se o fato de os discursos separatistas em questão sofrerem a mediação da imprensa.

Palavras-chave: 1. *Análise do Discurso*. 2. *Racismo*. 3. *Regionalismo*.

INTRODUÇÃO

Pois o outro precisa ser descoberto.(Todorov)

O separatismo é um tema que costuma ser colocado em discussão pela mídia com relativa frequência, mas não parece suscitar o mesmo interesse entre pesquisadores e estudiosos, o que se pode comprovar através da pouca bibliografia específica, por exemplo. Pode ser que a explicação para este desinteresse esteja no fato de que nenhum movimento separatista no Brasil tenha, de fato, se sustentado como um verdadeiro projeto político. Outra explicação possível pode estar na controvérsia que o assunto geralmente causa. Afinal, trata-se de uma questão delicada, com implicações que podem ir desde a falta de uma definição para nossa identidade nacional até ao surgimento de manifestações regionalistas preconceituosas e discriminatórias. É a partir deste último ponto de vista que proponho o estudo de alguns aspectos do discurso separatista.

Os dados que serão analisados nesta dissertação foram coletados na imprensa e dizem respeito a dois movimentos separatistas específicos e subseqüentes ocorridos no Brasil, situados entre os anos de 1988 e 1993, a saber, *Nordeste Independente* e *República Federativa do Pampa*. No entanto, a maior parte das análises será relativa ao discurso do movimento separatista nordestino, já que o tipo de organização que a ele foi dado pela imprensa (o modo como foi publicado, o próprio veículo funcionando como co-enunciador, a forma de participação do público, etc.) favorece a apreensão formal de certos aspectos no interior das relações polêmicas.

O movimento *Nordeste Independente*, que preconizava a independência da região, ganhou destaque na revista *Istoé* entre os anos de 1988 e 1990 e teve amplo apoio da população e dos políticos nordestinos. O movimento separatista sulista, que começou a tomar corpo na mídia no final de 1990, defendia a criação da *República Federativa do Pampa*, a ser constituída a partir da separação dos estados da região Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - formando, assim, um novo país. Este movimento teve como líder o gaúcho Irton Marx, figura controvertida que, para defender o separatismo sulista, utilizou idéias que podem, facilmente, ser alinhadas ao nazismo.

Um fato que propulsionou o movimento *Nordeste Independente* foi o ressentimento nordestino em relação às políticas desenvolvimentistas praticadas pelo governo central. Nas primeiras páginas do livro *O que é o Nordeste brasileiro*, pode-se ver reafirmado este ressentimento. Expressando um sentimento bastante difundido no Nordeste, o jornalista Carlos Garcia diz que a região tem sido vítima de um tratamento discriminatório e espoliador que só tem gerado miséria e atraso e que “os nordestinos têm a consciência de que o atraso de sua região é resultante do fato de os governos centrais não lhe darem a mesma atenção dispensada aos estados do Centro-Sul”(1987:15).

Estas afirmações não se constituem em novidade. De fato, tais palavras parecem o eco de um discurso que tem atravessado séculos da história nacional. Da mesma forma, é possível ouvir, em contrapartida a esse discurso, um outro que efetivamente reflete o primeiro, mas de forma invertida, na medida que reconta a mesma história a partir de um ponto de vista contrário, ou seja, a partir da idéia da região Nordeste como alvo permanente das benesses do governo central, apesar de ela sempre ter dado prejuízos ao país.

O resultado do confronto entre essas duas tendências, que muitas vezes parece simular uma simples atitude de defesa, instintiva e reflexa, de um grupo contra o outro (atacar quando se é atacado), é o aparecimento de movimentos separatistas. O movimento em prol da República Federativa do Pampa, por exemplo, divulgou um documento¹ no qual a idéia da exploração sulista pelo nordeste aparece como argumento pró-separatismo: “O sistema brasileiro proporcionou ao Rio Grande uma perda na ordem de 22 bilhões de dólares em cerca de 20 anos. Onde foi parar este montante? Também assistimos a um domínio total tanto do Congresso quanto do Senado pelas atrasadas e medievais oligarquias nordestinas. Estamos sendo governados pelos internacionais e brasileiros corruptos e sem dignidade. Sem nenhum desmerecimento, num comparativo, é o mesmo que o Sudão governar a Inglaterra”.

Entretanto, aquilo que deveria ser justificado apenas a partir de argumentos econômicos e políticos passa a ser debatido em bases inesperadas, deixando a descoberto

¹ Este excerto faz parte do Manifesto Separatista, documento distribuído durante a solenidade de criação da República Federativa do Pampa, na cidade de Santa Cruz do Sul, em outubro de 1990. A transcrição completa do referido documento pode ser encontrada em Newton Duarte Molon, *Colapso da União*, p.116.

outros elementos significativos para a compreensão de certas disputas regionais que confluem para o separatismo. Entre eles, o racismo.

As questões relativas ao separatismo abordadas neste trabalho são complexas. Tendo em vista que o objetivo é analisar o discurso separatista a partir daquilo que não podemos identificar nele de forma explícita, ou, melhor dizendo, em sua superfície, será preciso tratar menos das circunstâncias específicas que o explicam para investir naquilo que ele denega. Quero com isso dizer que não é meu interesse abordar o discurso separatista simplesmente como o reflexo de circunstâncias históricas do tipo causa e efeito, por exemplo. Minha reflexão acerca do discurso separatista dar-se-á sob a ótica da Análise do Discurso e diz respeito mais ao modo como este discurso pôde ser percebido pelo público, que a ele reagiu de várias maneiras, a partir do pressuposto de que “a recepção dos enunciados é mais reveladora para a história das ideologias do que sua produção; e quando um autor comete um engano ou mente, seu texto não é menos significativo do que quando diz a verdade; o que importa é que o texto possa ser recebido pelos contemporâneos, ou que seu produtor tenha acreditado nele. Nessa perspectiva, a noção de ‘falso’ é não pertinente” (Todorov, 1982:52).

Antes de chegar até as análises propriamente ditas, será necessário, ainda que isso implique numa introdução demasiadamente longa, refletir um pouco sobre a questão racial brasileira, questão que considero crucial para o desenvolvimento do tema, principalmente em função do enfoque que desejo dar a ele.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TEMA

O movimento separatista sulista causou grande impacto entre autoridades e, principalmente, entre representantes de movimentos de direitos humanos brasileiros. Os primeiros, entre os quais estava o Ministro do Exército, atacaram o movimento separatista defendendo a integridade da Federação com base na Constituição. Mas para Jair Krischke, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, o separatismo sulista trouxe outras inquietações. O jornal *Folha de S. Paulo*, em 21/02/93, traz o depoimento de Krischke: "(...) a onda separatista é preocupante pois circula uma forte corrente neonazista dentro do movimento separatista (...) os separatistas já declararam que São Paulo também poderia integrar o futuro país, mas teria de mandar embora todos os nordestinos que vivem em seu território." Os separatistas sulistas, como se verá posteriormente, confirmaram que não desejavam nordestinos no novo território sem, no entanto, admitir que essa fosse uma atitude racista.

Se tomássemos unicamente a concepção do termo racismo que remete à superioridade racial, veríamos que acusar os separatistas sulistas de estarem praticando o racismo não seria óbvio. Com muito mais facilidade, no entanto, poderíamos afirmar o racismo dos militantes separatistas se analisássemos seus argumentos a partir de concepções mais abrangentes do termo.

O termo "racismo", introduzido nos dicionários europeus somente em 1932, começou a ganhar notoriedade com a Segunda Guerra, tendo sido definido como "o partido dos racistas". Bobbio *et al* (1983:1059) distinguem algumas formas de racismo:

(...) há um racismo forte e um racismo fraco, conforme o peso que tem o apelo ao fator da raça ou o maior ou menor determinismo racial; existe também um racismo meramente teórico (de simples ideologia) e um racismo que se traduz em política de governo ou em comportamentos coletivos; existe o mero juízo e a intolerância violenta. (...) Há um racismo entre as grandes raças (branca, amarela, negra), mas há também entre pequenas raças ou grupos étnicos particulares (xenofobia, chauvinismo); pode desenvolver-se dentro de uma comunidade pluri-racial ou entre comunidades políticas diferentes.

Partindo da definição de Bobbio, que aponta para diferentes tipos de manifestações racistas, pode-se aprofundar um pouco mais em direção a uma definição mais ampla do racismo, que se configura no deslocamento daquilo que seria reduzido apenas ao determinismo biológico para o diferencialismo cultural, como aponta Guimarães (1995:32):

Sem dúvida, pode-se usar o termo “racismo” como uma metáfora para designar qualquer tipo de essencialismo ou naturalização que resulte em práticas de discriminação social. Esse uso é entretanto frouxo quando a idéia de “raça” encontra-se empiricamente ausente e apenas empresta um sentido figurativo ao discurso discriminatório. Penso que se pudermos falar de tais práticas discriminatórias designando-as por termos específicos como “sexismo” ou “eticismo” é porque a referência à “raça” encontra-se subsumida em outras diferenças, funcionando apenas como uma imagem de diferença irreduzível.

Guimarães propõe uma alternativa importante que pode facilitar em muito a análise de certos aspectos do discurso separatista no Brasil, pois permite contemplar, com os mesmos pressupostos, não somente aquelas questões que seriam, pela tradição, consideradas diferenças estritamente raciais, mas também aquelas que possibilitam identificar como racista toda prática preconceituosa e discriminatória, como é, sob muitos aspectos, o discurso regionalista e/ou separatista. Quero crer que seja possível, a partir dessa abordagem, recuperar nesses discursos elementos que são, por vezes, pouco nítidos, se considerarmos nossas práticas discursivas corriqueiras. Sem essa concepção de racismo mais abrangente, como se poderia entender, em toda a sua extensão, a argumentação de alguns sulistas que afirmam não ser racistas, mas garantem que “nordestino gosta mesmo é de carnaval e festa, os sulistas sim, é que são pessoas trabalhadoras?”. Esta visão a respeito das diferentes vocações regionais tem servido para desqualificar a mão-de-obra nordestina (geralmente explorada na construção civil do Sul) em relação ao trabalho qualificado dos imigrantes europeus no Sul e Sudeste. Tais posições serão confrontadas por enunciadores sulistas e nordestinos e a elas poderá ser atribuído o fraco desempenho econômico de uma região (“lá se trabalha pouco”), assim como o bom desempenho econômico de outra (“os sulistas são trabalhadores por causa de sua ascendência européia”).

Para o pesquisador Thomas Skidmore, a visão idílica do paraíso racial² não corresponde à realidade, mas faz parte do que ele chama de mitologia brasileira. A esse respeito, Skidmore (1993:52), relatando os resultados de pesquisas sobre o tema, realizadas pela UNESCO no Brasil, afirma:

Ironicamente, os resultados do projeto da UNESCO não confirmaram o quadro de relações raciais descrito por muitos brasileiros e estrangeiros. Embora virtualmente todos os pesquisadores confirmassem que o Brasil era multirracial, descobriram que ele não escapava à estratificação social por raça. Descobriram a clara evidência de que, por todo o Brasil, a pele mais escura significava em geral status social mais baixo.

O historiador Décio Freitas (1993:8) chama a atenção para a mesma questão levantada por Skidmore:

Honestamente persuadida de que o racismo é algo indesejável e imoral, contrário às idéias aceitas de justiça e humanidade, a boa consciência brasileira se compraz em declarar, declamar e reclamar que aqui não viceja tal síndrome. (...) O discurso bem pensante, à direita e à esquerda, diz que a exclusão não é ditada pelo racismo. Não se pode nesse caso fugir à conclusão de que a fome, o desemprego, a doença e o analfabetismo do não-branco são produto de inferioridade biológica; ele não pertenceria à categoria do *homo sapiens* e os racistas teriam razão quando asseveram que há etnias absoluta, incondicional e hereditariamente superiores ou inferiores. Sem dúvida, a democracia racial é a democracia do cão.

O pesquisador Teixeira Coelho (1992:2) confirma o pensamento de Skidmore e Décio Freitas. A partir da análise de fatos veiculados pela mídia, Teixeira Coelho afirma que atos de racismo no país ocorrem com muito mais frequência do que qualquer cidadão possa imaginar. O pesquisador aponta para a existência de um outro país dentro do Brasil:

O conservadorismo, a prepotência, o racismo desse outro país são tremendos na sua violência contida ou deflagrada. Latejam

² A visão do idílio entre as raças, segundo Skidmore, tem início com os exploradores dos séculos passados e continua até Gilberto Freyre.

a poucos centímetros abaixo da superfície, vindo à tona com inocente naturalidade tanto nas grotescas solenidades da “sociedade” provinciana quanto nos ululantes estádios de futebol ou na linguagem dos políticos e tecnocratas que falam pela “mídia”.

A visão desse outro país choca-se frontalmente com a imagem da harmonia racial brasileira, de nossa capacidade natural de aceitar o outro, enfim, do “jeito” diferente que nossa sociedade teria encontrado para conviver pacificamente, embora seja composta de várias raças e, ainda, de tipos regionais tão díspares, legados das raças fundadoras.

Do ponto de vista legal, pode-se dizer que a situação brasileira em relação ao racismo é bem definida. A Constituição Brasileira, em seu capítulo I, título II, artigo V, inciso XLII, estabelece que:

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

O racismo constitui-se como crime perante a lei. Entretanto, o problema é que, em muitos momentos, fica difícil dizer se se trata de racismo ou não. É preciso considerar que é relativamente fácil caracterizar o racismo em situações extremas como, por exemplo, quando alguém é barrado na entrada de algum prédio e obrigado a entrar pela porta de serviço apenas por não ser branco o suficiente para não ser confundido com empregados domésticos ou marginais. A dificuldade surge em momentos nos quais o racismo não se manifesta de forma tão grosseira. Quando ele se manifesta através de subterfúgios da linguagem, por exemplo, que sempre permitem modalizar o impacto da ação sob as palavras. Nesse momento, a linguagem, mais distante da prática racista concreta (uma porta fechada, por exemplo), pode ser responsável pela banalização de sentimentos e crenças igualmente discriminatórios, sobre os quais não será possível ter plena consciência.

Diante disso, parece-me pouco provável que a lei possa garantir a punição em muitas situações nas quais o racismo não se dê de forma clara, situações nas quais não seja possível qualificar, objetivamente, a ação como uma prática racista ou discriminatória e, conseqüentemente, como ação criminosa.

Inúmeros exemplos de preconceito e discriminação racial poderiam ser citados aqui. Como elemento recorrente a cada um deles, encontraríamos a impunidade com que, via de regra, acontecem. A falta de indignação da população, de um modo geral, em relação a episódios discriminatórios, reflete a passividade com que são aceitos, o que, provavelmente, se deve à certeza da não reação das pessoas atingidas. Pode ser também que a discriminação exista pela convicção de não se estar cometendo nenhum dolo, já que não se trata de roubar, ferir ou matar ninguém, mas apenas de reforçar que algumas pessoas não se enquadram em certos parâmetros de cor, sotaque, tipo de cabelo, conformação do crânio, do nariz ou dos lábios, impostos pela comunidade como modelos possíveis de si mesma. Pode ser também que a diferença esteja no fato de que essas pessoas sejam mais pobres, ou pensem diferente, ou gostem de samba ou de praia mais do que aquele que toma a si mesmo e aos seus como a medida certa.

O lugar mais propício para a manifestação do preconceito é certamente o discurso. É só através do discurso que se pode afirmar ou insinuar, deixar subentendido, pressupor ou negar, enfim, dizer sem se comprometer com aquilo que se está dizendo. É na instância da linguagem também que se pode verificar o quanto são pouco precisos os limites entre, por exemplo, racismo e diferenças culturais, que permite afirmações do tipo *A miséria assusta o sulista. A indigência é um estado vergonhoso, que o sulista repudia. O povo [os nordestinos] não tem culpa de ser conduzido pelos famosos senhores de engenho, e o migrar, diante do estado lastimoso, é a opção humana de salvação(...) daí surgir no Everest da miséria brasileira não a Edelvais, a mais linda flor, mas a Erundina, um sopro fugidio do Norte na vida de São Paulo.*

O fato de haver legislação punindo o racismo certamente faz com que as pessoas tenham mais cuidado com aquilo que dizem. É bem possível até que a lei tenha feito com que ocorram novas formas linguísticas de manifestação indireta do preconceito. A imprensa, de tempos em tempos, torna públicos casos de preconceito e racismo, mas não é difícil supor que a maioria deles permaneça sem divulgação. O jornalista Vinícius Torres Freire (1993:6) fez a seguinte pergunta a vários adolescentes negros: “você já foi discriminado?” e, depois de ouvir as respostas, chegou à seguinte conclusão:

Os teens negros ouvem a pergunta, negaceiam com a cabeça, olham para baixo. Quase sempre começam com um

“preconceito mesmo, acho que nunca sofri”. “Em certo tipo de ambiente as pessoas te olham de um jeito estranho”. Se o papo estica, no entanto, há sempre histórias vergonhosas de segregação. A maioria também não sabe que racismo é crime e tem delegacia específica.

A atitude assumida pelas vítimas do racismo, a julgar pelos depoimentos dados e pela descrição do comportamento dos adolescentes feita pelo jornalista, é sintomática do quanto as relações raciais são escamoteadas no Brasil. Para os adolescentes entrevistados, por exemplo, expor o preconceito e o racismo existentes significa expor a si mesmos, mostrando à sociedade branca que o racismo e a discriminação existem e que eles, por não pertencerem ao padrão eleito por ela, são rejeitados. Admitir o preconceito é uma forma de confessar que são negros e que por isso não podem ser plenamente aceitos pela sociedade da qual supostamente destoam.

Até bem pouco tempo víamos na imprensa apenas casos de discriminação racial contra negros. No entanto, com a criação da Delegacia Especializada em Crimes Raciais em São Paulo, criada em junho de 1993, pôde-se ver que o preconceito não existe somente para eles. Desde o seu primeiro dia de funcionamento a Delegacia vem registrando casos de discriminação contra nordestinos. A primeira denúncia feita revela que o tipo de preconceito de que são vítimas os nordestinos é de ordem diferente daqueles de que são vítimas os negros, discriminados por causa da cor. Uma moça, por exemplo, denunciou ter sido preterida para uma vaga no emprego por apresentar *forte sotaque nordestino* (Folha de S. Paulo/ Cotidiano/ 09.06.93). Denúncias deste tipo revelam que certas marcas regionais também são relevantes quando se trata de discriminação.

A questão da delimitação de uma identidade nacional, entre muitas outras, está relacionada aos problemas do regionalismo brasileiro. A recorrência desse tema é, ainda, objeto de muita discussão entre intelectuais. Renato Ortiz, em seu livro *Cultura e identidade nacional*, sintetiza bem a questão:

... o consenso está longe de se estabelecer quando nos aproximamos de uma possível definição do que viria a ser o nacional. (...) creio que é o momento de reconhecermos que toda a identidade é uma construção simbólica (a meu ver necessária), o que elimina portanto as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma

identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos (p.8).

As observações de Ortiz são perfeitamente visíveis no interior do discurso separatista e revelam a preocupação que temos em relação a uma definição do que viria a ser o caráter eminentemente nacional. Na dificuldade dessa definição, renovam-se disputas internas que sugerem a existência de várias identidades, cada uma delas reivindicada como a genuína identidade nacional. Sob este aspecto, o discurso regionalista pode oferecer dados interessantes a respeito da formação e assimilação (ou a tentativa de) destas identidades pelos vários grupos que as disputam, na medida em que estas são o próprio produto desse discurso, organizado e reorganizado sob formas e manifestações variadas.

Do interior desta disputa surge também o separatismo, justificado, muitas vezes, por uma argumentação que leva em conta aspectos econômicos ou políticos relativos às desigualdades regionais, mas que condiciona tais aspectos a certas características de comportamento, e até mesmo a características físicas constitutivas das identidades regionais. Penso que o simples aparecimento dessas questões já seria motivo suficientemente forte para que não fossem ignoradas nas análises do discurso regionalista/separatista, pois são índices de que esse debate não se dá apenas em relação a aspectos econômicos ou políticos.

Mas há nestes discursos, também, uma insistência em justificar e associar a atual pobreza nordestina a problemas de outras ordens, tais como os aspectos físicos desfavoráveis à região, especialmente a seca, que maltrata e afugenta os moradores para o Sul, transformando-os em vítimas de uma natureza inóspita. Quando não é à natureza que se atribui a culpa pelo fracasso da região Nordeste, resta atribuí-la aos políticos nordestinos, vistos pelos sulistas como corruptos e grandes aproveitadores da humilde população nordestina e do dinheiro público.

Tanto a presença de um quanto a de outro discurso, “pró-sulista” e “pró-nordestino”, refletem, certamente, a existência de realidades diferentes e prontamente reconhecíveis das diversas regiões brasileiras. Essas diferenças podem ser e, freqüentemente o são, colocadas sob diversos prismas na literatura regionalista, em

manifestações da cultura popular e na imprensa que, naturalmente, serve como meio de vulgarização de tendências e opiniões a respeito do assunto.

Os regionalismos, que guardam e demarcam muito bem os modos de ser regionais e, conseqüentemente, impedem que as imagens sejam alteradas, são explorados nos dois episódios separatistas tratados neste estudo. Na origem das diferenças regionais encontram-se as características plurirraciais da formação étnica da população brasileira, fato sempre lembrado quando se trata de exaltar a harmonia racial do país. Mas também é, em parte, do interior destas imagens de mistura de raças, de regionalismos, que podem ser encontrados o preconceito e a discriminação. Presentes nos discursos separatistas em questão, tais imagens funcionam não apenas para o reconhecimento de identidades regionais, como também para a atribuição de valores diferentes às características de cada comunidade, através dos quais se verificam formas de exclusão.

De fato, o discurso regionalista/separatista no Brasil, freqüentemente atravessado pela busca obsessiva de uma identidade nacional, conforme observou Lilia Schwarcz, é um lugar privilegiado para se verificar a ocorrência daquilo que Sérgio Guimarães classificou de racismo frouxo. Nesse discurso, é prática comum a referência aos “modos de ser” regionais, sempre caracterizados como elementos determinantes para o desenvolvimento regional. Essa relação denota ainda a preocupação em estabelecer um nexos causal entre origem e desenvolvimento, fato, sem dúvida, relevante para a compreensão do separatismo.

Os textos reunidos para análise neste estudo inserem-se, em grande parte, no âmbito do discurso polêmico, fato que implica a consideração de vários aspectos da discursividade, já que, como diz Maingueneau (1989:124), em uma polêmica, “todas as dimensões da discursividade podem estar implicadas (a querela pode incidir sobre o *ethos*, a intertextualidade, a dêixis, etc.).”

Assumindo a mesma posição do autor, proponho-me a efetuar análises a partir de elementos que delineiam não só a organização estrutural da polêmica, como também aspectos propriamente discursivos dos textos, muito especialmente aqueles relativos às marcas enunciativas. As análises privilegiarão também as estratégias discursivas desencadeadas pelos locutores a partir de uma concepção argumentativa da

linguagem, tomando como base o extenso e já bem conhecido trabalho desenvolvido pelo semanticista Oswald Ducrot.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, desenha-se, a partir de alguns dados históricos, a cena enunciativa da polêmica separatista que recebeu o título de *Guerra da Secessão*. Esta polêmica tem origem na publicação de uma matéria em *Istoé*³, na qual são apresentados alguns dados referentes ao orçamento da União para o ano de 1989. Entretanto, nas cartas de leitores publicadas nas edições seguintes, o jornalista responsável pela matéria, e a própria revista, são denunciados como representantes do preconceito sulista contra o Nordeste. Segundo os leitores correspondentes nordestinos, os sulistas, além de terem idéias distorcidas a respeito do Nordeste, não reconhecem a importância da mão-de-obra nordestina para o desenvolvimento do Sul. Esses argumentos refletem a não aceitação dos dados fornecidos pelo jornalista, e mostram que a polêmica de então, na verdade, retoma discursos formulados em outras situações. Os argumentos do jornalista, no entanto, são aceitos sem nenhum problema por leitores-correspondentes sulistas que garantem que a região Nordeste *sempre* explorou o Sul, posicionamento que igualmente revela a existência de discussões anteriores a respeito do tema.

Na segunda parte do trabalho, depois de definido o quadro geral da enunciação, serão apresentadas algumas análises lingüísticas a partir da teoria polifônica da enunciação formulada por Ducrot. Para avançar na identificação dos mecanismos que possibilitam a mobilização do discurso separatista, são abordados outros aspectos relativos à heterogeneidade discursiva. Em relação a ela afirmam-se duas perspectivas: a heterogeneidade mostrada, da qual a polifonia enunciativa é um exemplo, e a heterogeneidade constitutiva, que se configura na intersecção entre discurso e interdiscurso. Nesse sentido, serão analisados mais alguns mecanismos que refletem a presença de textos anteriores visando reconstruir a polêmica e desta forma legitimá-la. A teoria dos *topoi* argumentativos (teoria de argumentação na língua), formulada por Ducrot, será fundamental para a identificação dos lugares nos quais os enunciadore se inserem e a partir dos quais se instaura a enunciação.

³ A revista, no início do debate, chamava-se ISTOÉ SENHOR. Posteriormente, o nome foi alterado para *Istoé*. Por uma questão de uniformidade vou me referir a ela sempre como *Istoé*.

Na terceira parte, discuto o fato de o discurso separatista em questão sofrer a mediação da imprensa. Em várias oportunidades pode-se perceber a atuação da voz da imprensa neste discurso, o que garante também a ela o papel de fonte mesmo da enunciação. A imprensa, então, não pode ser vista como um elemento neutro que apenas se ocuparia em servir como porta-voz das opiniões que veicula. Este fato não é ignorado por muitos participantes da polêmica, que denunciam posicionamentos não assumidos pela imprensa. Segue-se uma reflexão acerca do posicionamento dos locutores a respeito da própria divulgação pela revista das opiniões a respeito de nordestinos e sulistas. Através destes posicionamentos, que passam a fazer parte também do debate separatista, os locutores instituem a si mesmos como porta-vozes das opiniões que cristalizam o senso comum e que, por isso mesmo, escapam a uma análise mais formalizada. Estas opiniões, que costumam circular pela mídia sem muitas coerções da sociedade, se articulam a partir de um locutor particular que institui, no ato da enunciação, o universal, colocando em cena o enunciador coletivo, o qual, por sua vez, reproduz o senso comum, estabelecendo um contínuo jogo entre o já-dito e o retomado.

PARTE I
A CENA ENUNCIATIVA

CAPÍTULO 1

SEPARATISMO: A VOZ DA HISTÓRIA

A seguir, apresento dados relativos a períodos diferentes da história brasileira que julgo relevantes para a compreensão dos discursos separatistas em questão. Esses dados serão comparados posteriormente com outros presentes em textos mais recentes. O cotejo entre eles evidencia a recorrência de polêmicas e disputas regionais, tão presentes hoje quanto no passado, e aponta para dificuldades muito semelhantes no que diz respeito à integração nacional.

1.1 - A unidade nacional

A unidade nacional brasileira, embora tenha se mantido durante o curso da história, sempre foi marcada por disputas e conflitos bélicos, contrariando nossa suposta e difundida índole pacífica. A este respeito, o antropólogo Darcy Ribeiro, no livro *O povo brasileiro*, afirma:

A unidade nacional, viabilizada pela integração econômica sucessiva dos diversos implantes coloniais, foi consolidada, de fato, depois da independência, como um objetivo expresso, alcançado através de lutas cruentas e da sabedoria política de muitas gerações, esse é, sem dúvida, o único mérito indiscutível das velhas classes dirigentes. (...) Essa unidade resultou de um processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda a identidade étnica brasileira discrepante e de repressão e opressão de toda tendência virtualmente separatista. Inclusive de movimentos sociais que aspiravam fundamentalmente edificar uma sociedade mais aberta e solidária. A luta pela unificação potencializa e reforça, nessas condições, a repressão social e classista, castigando como separatistas movimentos que eram meramente republicanos ou antioligárquicos (p.23).

As palavras de Ribeiro sustentam a idéia de que a manutenção da unidade nacional custou caro ao país e foi mantida de forma implacável pelo poder central. Um exame mais próximo dos movimentos sociais referidos pelo autor, que propugnavam pelo separatismo, mostra que em suas origens estão questões de várias ordens, sendo

impossível pensar em uma causa única para o surgimento deles, não obstante as desigualdades entre as regiões brasileiras serem, freqüentemente, lembradas como as matrizes de conflitos dessa natureza.

A pobreza de algumas regiões face à riqueza de outras, a distribuição de verbas favorecendo algumas regiões em detrimento de outras, a evasão de recursos fiscais dos Estados podem, com segurança, ser responsáveis por grande parte desses conflitos. Todas essas questões são muito antigas e têm ocupado cientistas sociais, políticos e economistas ao longo do tempo. É bem verdade que, se hoje tais questões ganham relevância apenas pela retórica apaixonada que são capazes de gerar, é igualmente verdadeiro que nem sempre foi assim. A história brasileira, como se sabe, é pontuada por conflitos, desentendimentos e até mesmo por revoluções que tiveram como causa, única ou não, a exacerbada centralização política e econômica imposta pelo governo central. E, como uma conseqüência quase natural, muitos desses conflitos propunham a separação para solucionar a crise.

No período Imperial, tal como nos mostra a história, são vários os acontecimentos que apontam para a grande insatisfação das províncias em relação à “tirania” centralizadora com a qual o poder central conduzia os destinos do país. Já em 1640, São Paulo “elege” Amador Bueno como seu “Rei”, uma atitude que mostra claramente o descontentamento e o desejo de independência do Estado. Ainda que esse fato seja, hoje, colocado sob suspeição por alguns historiadores, ele foi, por muitos anos, freqüentemente lembrado como um marco da “grandeza e independência do caráter paulista”.¹

Rebeliões como a Guerra dos Mascates, dos Emboabas e a Revolução Farroupilha são igualmente exemplares de descontentamentos regionais com o governo central. Essa última, no Rio Grande do Sul, durou dez anos e culminou com a proclamação da República Rio-grandense, que teve bandeira, hino e escudo de armas. Nesta Revolução, os brasileiros, isto é, os não-gaúchos, foram considerados “estrangeiros” e todos os militares brasileiros prisioneiros dos farroupilhas que, depois de soltos voltassem a lutar contra os republicanos, deveriam ser fuzilados².

¹ Conferir em Joseph Love, *A locomotiva - São Paulo na federação brasileira 1889/1937*, p.108.

² Conferir em NascimentoFranco, *Separatismo: uma idéia que vem de longe. DO Leitura*, São Paulo: n.32, 11 mai 1993, p.2-3.

Talvez a intensidade e a duração da Revolução Farroupilha sejam responsáveis pelo fato de o RS ser considerado por alguns como "o mais separatista dos Estados" e os gaúchos de terem o "separatismo no sangue". Mas a tendência separatista, que obviamente não foi a causa única destas revoluções, pode ser observada em muitos outros movimentos em vários estados brasileiros. Tais movimentos, que certamente não tiveram a mesma dimensão da Revolução Farroupilha, são igualmente importantes, pois revelam o mesmo desejo. Tomem-se como exemplos a "República de Pernambuco" que formava um novo país em 1817, e a "Confederação do Equador", que em 1824 agregava os Estados de Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas³. Estes movimentos, assim como outros menos importantes, foram esmagados pelo poder central, em nome da unidade nacional.

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas foi protagonista de um espetáculo curioso. No dia 27 de novembro de 1937, em cerimônia especial, o Presidente da República põe fogo nas bandeiras dos estados brasileiros, ao mesmo tempo que decide abolir seus respectivos hinos. Segundo a filha, Alzira Vargas, Getúlio, "o mais brasileiro dos gaúchos, sentira que esse momento de unificação nacional era absolutamente necessário, imprescindível para acabar de vez com as diversas ameaças separatistas que já haviam surgido em nossa terra, desde os primórdios da independência" (Alzira Vargas, *Getúlio Vargas, meu pai*).

A história parece ter-se encarregado de mostrar que Getúlio Vargas estava enganado, já que sua atitude, como, aliás, era de se esperar, não foi capaz de unificar os estados brasileiros em torno do Chefe da Nação. A atitude de Getúlio é mais uma amostra do tipo de tratamento dispensado pelo poder central aos movimentos regionais que pugnavam pela separação.

Embora ninguém pense mais em resolver nossos conflitos internos através da luta armada, os movimentos separatistas continuam acontecendo. Nas duas últimas décadas, pelo menos dois episódios separatistas importantes tiveram lugar no Brasil: no final dos anos 80, surge o movimento *Nordeste Independente*, mola propulsora da "Guerra da Secessão" estudada neste trabalho; políticos e jornalistas, acompanhados por parte da população nordestina, defendem a separação da região através de artigos de jornais,

³ ibidem

discursos políticos e em “shows” populares. Nos anos 90, ganha espaço na imprensa nacional um grupo separatista sulista que, na voz de seu principal líder, o gaúcho Irton Marx, ameaça proclamar a “República Federativa do Pampa”, a ser criada com a união dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Segundo alguns estudiosos do assunto⁴, o separatismo e os separatistas não têm sido entendidos como deveriam nem pelos historiadores, nem pelos governos. Intelectuais e políticos, como Allyrio Wanderley e Alberto Sales, entre outros, formularam verdadeiros libelos sobre o assunto sem terem conseguido nem ao menos patrocinar uma discussão ampla sobre a questão, que a maioria prefere rotular de absurda ou ridícula. Os separatistas não deixam de ter a sua parcela de razão na medida em que, até bem pouco tempo, a versão predominante a respeito destes movimentos caracterizava-os como “motins”, os revoltosos como “agitadores”, e o Estado como o elemento pacificador e restaurador da integridade nacional.

Muito provavelmente isso se deva ao fato de que nenhum deles realmente tenha se transformado em um projeto político. Ao contrário, eles surgem sempre como um ato voluntarioso de grupos isolados, incapazes de aglutinar forças organizadas que possam oferecer resistência ao poder do Estado.

Em outras palavras, o separatismo, no Brasil, sempre funciona melhor no discurso do que na prática. Penna (1990:46), manifestando-se a respeito das potencialidades do discurso separatista, diz, entre outras coisas:

De todo modo, acreditamos que um discurso separatista que não aponta uma prática política e que não é sustentado por nenhum grupo se encontra isolado, apesar de indicar, simbolicamente, um outro projeto possível.

Acredito que a relevância do estudo do discurso separatista está exatamente em apontar sua virtualidade, nesta possibilidade de concretização sempre impedida ou adiada e que, por isto mesmo, mantém sua perenidade. Na seqüência deste texto apresento

⁴ Ver, a esse respeito, Newton Duarte Molon, *Colapso da união*, e o artigo Separatismo: uma idéia que vem de longe, no qual Nascimento Franco (1993:2-3) faz um percurso histórico do separatismo no Brasil.

alguns dados que apontam para a constância do discurso separatista, assim como revelam a persistência de seus argumentos.

1.2 - Um projeto recorrente

Entre os problemas aventados para explicar a tendência separatista no Brasil estão, além da desproporção da representação política no Congresso Nacional, aqueles relacionados ao centralismo exagerado do poder central e a má distribuição das verbas públicas, gerando aquilo que economistas e políticos chamam de “a sangria dos estados”, expressão plenamente incorporada ao jargão separatista. A historiadora Aspásia Camargo⁵, que tem se dedicado ao estudo do federalismo brasileiro - considerado por ela e outros especialistas no assunto como deficiente desde a sua instalação - afirmou que:

Não temos uma federação, mas sim um pacto regional de distribuição de benefícios e cargos. O nome disto é separatismo.

Alberto Sales, fervoroso defensor do separatismo, em sua obra *A pátria paulista* (1983:47), se utiliza de um discurso pronunciado por um deputado paulista na Câmara para defender o ideal da separação. Encontra-se, neste discurso do final do século passado, a mesma preocupação levantada pela historiadora Aspásia Camargo e isto significa que os problemas com distribuição de recursos vividos hoje no país já eram motivo de discussão no século passado:

Negam-nos tudo! Quando queremos progredir, ostentam-se contra nós os anéis da engrenagem centralizadora; ocupam os nossos empregos com gente estranha à nossa vida, aos nossos meios de ação; recusam-nos até a polícia, afugentando para São Paulo os gatunos e a escória da população (...) dando policiamento para uma zona extensíssima, a minguada quantia de três contos (...) abafam ou recusam no parlamento os projetos que são portadores de qualquer utilidade para nós. Ainda este ano (e isto para não citarmos senão um único exemplo) declarou o ministério da justiça, em um aviso, que a província de São Paulo deixava de ser contemplada na distribuição do crédito para auxílios da força policial nas províncias, visto ter o governo imperial resolvido só conceder àquelas que pelo seu estado financeiro não podiam

⁵ A esse respeito veja entrevista concedida ao repórter Maurício Dias, ISTOÉ, n.1207, p.5.

dispensá-lo e não achava-se esta província em semelhante condição.

A posição de Aspásia Camargo e a do antigo deputado, ainda que devam ser situadas em contextos históricos diferentes, são complementares e apontam para o mesmo fato. Creio, ainda, que se pode pensar no discurso do deputado como um dado a mais a confirmar a asserção da historiadora.

Seria muito temerário refutar qualquer um dos argumentos que são colocados pelos separatistas em relação às distorções causadas pelo tipo de federalismo vigente no país. E, efetivamente, não se trata disso. O interesse que o estudo do discurso separatista suscita está não naquilo que manifesta enquanto evidência, como fato consumado e plenamente reconhecido, portanto, aceito como verdade, mas em fatos, situações e argumentos que emergem junto a esse discurso, colados a ele e que funcionam para reforçá-lo, sem, todavia, serem incorporados por ele. Trata-se da possibilidade de ver nesse discurso idéias e posicionamentos que não são, de maneira nenhuma, determinantes para a discussão sobre o tipo de federação existente, ou ainda, sobre aquela que se quer, como se poderá ver nos enunciados produzidos nas polêmicas separatistas, da *Guerra da Secessão* e da *República Federativa dos Pampas*, a serem analisados posteriormente.

Esses argumentos inusitados, entretanto, não podem ser incorporados à polêmica sem que haja um trabalho de aproximação a enunciados já postos e consagrados pela polêmica. Através de estratégias polifônicas postas em prática pelos locutores, por exemplo, pode-se perceber as diversas maneiras encontradas pelos polemistas para realizar essa aproximação, conforme se verá na Parte II. É preciso respaldar uma voz, que poderá mostrar-se explicitamente, como se vê nas manifestações enunciativas de **L** (o locutor enquanto tal), que põe em cena outros enunciadores **E1**, **E2** e **Eon**⁶, este último, personagem escolhido para remeter a verdades que se quer assimilar sem assumir responsabilidade direta por sua enunciação. Tais argumentos têm origem em crenças científicas ultrapassadas ou no senso comum, em fatos históricos maquiados ou contados pela metade. Frequentemente, o lugar de origem dessas crenças torna-se irrelevante, pois o

⁶ De acordo com Berrandoner, 1981 apud Freda Indursky, Relatório Pinotti: o jogo polifônico das representações no ato de argumentar. In Eduardo Guimarães (org.), *História e sentida na linguagem*, p.96, a *on* atribui-se uma voz coletiva à qual não corresponde nenhum enunciador físico. Um locutor pode valer-se de *on* para colocar em cena pressupostos que não deseja assumir como seus.

que importa é que guardem um estatuto de verdade (ou que sejam plausíveis), para garantir autoridade à enunciação. Ainda em relação à enunciação, merecem ser consideradas as palavras de Michel de Certeau (1990:290):

O “real” é aquilo que, em cada lugar, a referência a um outro faz acreditar (...) A citação será, portanto, a arma absoluta do fazer crer. Como ela joga com aquilo que o outro supostamente crê, é portanto o meio pelo qual se institui o “real”. Citar o outro em seu favor é portanto dar credibilidade aos simulacros produzidos num lugar particular.

Para o autor, é através da citação que as ficções assumem o caráter de real. A partir desse ponto de vista, é possível pensar na estratégia da citação como um modo apropriado de garantir o aparecimento de argumentos oriundos de idéias a princípio socialmente inaceitáveis, pelo menos enquanto discurso público, se se levar em consideração a predominância atual de uma vertente multiculturalista, baseada no respeito às diferenças étnicas e culturais.

No Brasil, que desde a abolição da escravatura não vivencia nenhum tipo de segregação formal ou mesmo qualquer conflito racial⁷, atitudes racistas e discriminadoras são rechaçadas. O líder separatista gaúcho Irton Marx, conhecido por suas idéias racistas, foi condenado por políticos, autoridades e por grande parte da população ao defender idéias como estas publicadas em seu livro *Vai nascer um novo país: república do pampa gaúcho*, a respeito de como a população negra brasileira deveria se comportar:

abandonar costumes e hábitos puramente medievais, assumir compromissos com a vida, procurando andar de forma reta, tendo bons modos (...) aprender a ser mais caprichoso e não jogar o seu salário fora (...) e buscar na sua própria gente o seu companheiro ou companheira de vida (p.188).

As idéias de Irton Marx chocaram o país. A repercussão foi imediata: cartas de repúdio, acusações de nazismo, piadas associando Marx a Hitler, enfim, o assunto teve grande divulgação na mídia. Entretanto, muitas das idéias de Irton Marx são mais

⁷ Conforme Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, *Racismo e anti-racismo no Brasil, Novos Estudos*, n.43,p.26, nov. 1995..

facilmente aceitas quando se encontram diluídas em vários aspectos da vida cotidiana e têm servido, principalmente, para marcar nossas diferenças regionais, como as que estão presentes no texto transcrito abaixo:

Sabemos que durante dezenas de anos nós [os gaúchos] alimentamos grande parte do Brasil, mas o governo, ao invés de reconhecer este fato, prefere fazer obras e investimentos em regiões cujos povos não possuem um mínimo de tradição em trabalhar e de pensar um pouco mais. São em sua enorme maioria simples predadores, destruidores da natureza, e por si só nada fazem ou pouco produzem. Com raras exceções, paira o espectro da preguiça, da falta de vontade, em grande parte do Brasil. Por sobre a nação brasileira, está estacionado um tipo de cultura primitiva, feudalista, que só pensa em carnaval, em sambar, em curtir as praias, fazer sacanagens, aplicar golpes imorais e fazer os costumeiros quebra-quebras sempre que houver possibilidade (p.54).

Embora o autor não tenha identificado explicitamente as regiões às quais está se referindo, é pouco provável que tenhamos alguma dúvida. Certamente sabemos que o autor não está se referindo ao estado de São Paulo ou Minas Gerais. Não temos dúvida simplesmente porque as idéias contidas no texto acima são compartilhadas por nós, porque elas estão presentes em nossas conversas cotidianas, em nossas tradições, em nossas piadas, lugares onde são permitidas sem causar nenhum espanto. É claro que aqui não se trata de saber se concordamos ou não com as posições do autor, mas de reconhecer que estas idéias existem, e não apenas para ele.

Observe-se que as idéias de Irton Marx a respeito da índole dos não-sulistas ... *paira o espectro da preguiça, da falta de vontade, em grande parte do Brasil. Por sobre a nação brasileira está estacionado um tipo de cultura primitiva... que só pensa em carnaval... em fazer sacanagens, aplicar golpes imorais e fazer os costumeiros quebra-quebras* podem ser reconhecidas nos enunciados do discurso do deputado : ... *ocupam os nossos empregos com gente estranha à nossa vida, aos nossos meios de ação; recusam-nos até a polícia, afugentando para São Paulo os gatunos e a escória da população...*

É através de imagens e conceitos como estes, partilhados por toda a comunidade, que algumas de nossas diferenças regionais e de nossos pequenos preconceitos podem ser explicados, quando não justificados. A injustiça que contém, intrinsecamente, é anulada pela repetição cotidiana, que os torna naturais, perdoáveis, fazendo, inclusive, com que pensemos que não poderia ser de outra maneira.

Para quem, como eu, já viveu no Rio Grande do Sul, não é difícil recuperar na memória episódios claramente preconceituosos contra aqueles que eram chamados pelos descendentes de europeus, principalmente pelos alemães, de “brasileiros”. Lembro-me de uma frase muito usada, sempre dita em tom de desdém, e que resumia tudo : “Ah! Isso é coisa de brasileiro!” Além da diferença dos sobrenomes (de um lado estão os Silva, os Souza, os Silveira e de outro, os Schneider, os Gunsch, os Bauer), outras diferenças eram lembradas freqüentemente. Ainda hoje, em algumas regiões do interior do Rio Grande do Sul, os “brasileiros” são, do ponto de vista dos “alemães”, pessoas boas, mas que não gostam de trabalhar, ou ainda, que trabalham apenas o suficiente para sua manutenção, sem se preocupar com o futuro. Os “brasileiros”, algumas vezes também chamados de “bugres”, são aqueles que não têm o pátio tão bem cuidado, que não têm flores plantadas, que dormem até mais tarde e que trocam trabalho por festa. Os “brasileiros” são aqueles que, por todos os motivos acima, não servem, por exemplo, para casar com “alemães”. Quem já passou por essa experiência sabe exatamente o que significa dizer coisas do tipo: “nordestino gosta mesmo é de festa”, “o sulista é mais trabalhador que o nordestino”, etc.

A obra de Alberto Sales, *A pátria paulista*, citada anteriormente, é um bom exemplo de nossa prática de pensar o separatismo por vias regionais preconceituosas. Ainda que a defesa do separatismo feita pelo autor tente, a todo custo, manter os argumentos econômicos, políticos e geográficos para sustentar a separação das províncias brasileiras, ele acaba fornecendo outras pistas bem mais significativas a respeito do assunto. A partir da teoria evolucionista de Spencer, por exemplo, o autor afirma (não sem se proteger insistentemente, garantindo que: "... o nosso ponto de vista é puramente científico e por conseqüência aspira antes de tudo a uma solução francamente desapaixonada e genérica..."(p.37)) que a superioridade de São Paulo e do Sul do país de

uma forma geral deve-se ao fato de a população sulista ser "mais branca" e, portanto, mais européia do que a do resto do país.

Observe-se que o autor separatista, que diz ter uma proposta científica, desapaixonada e genérica para a defesa de suas idéias, se vale de um discurso que remete ao do deputado paulista, já transcrito aqui, e do qual retomo alguns enunciados:

... *ocupam nossos empregos* [os empregos paulistas] com *gente estranha* à nossa vida, aos nossos meios de ação...

... recusam-nos até a polícia, afugentando para São Paulo *os gatunos e a escória da população* [os não-paulistas]...

Confrontando os dois textos, é possível contestar o que Sales diz: *Nossos empregos, gente estranha, gatunos e a escória da população* estão muito longe de serem expressões pouco "genéricas e desapaixonadas", além, evidentemente, de revelarem de forma explícita o tamanho da indignação sulista contra o governo central.

Como já foi de certa forma dito anteriormente, não é preciso ser nenhum cientista político ou historiador para compreender que certos descontentamentos regionais têm origem nas causas econômicas e políticas. Mas se isto é, por si só, uma evidência, ela ainda não é tudo o que se pode dizer do separatismo.

A permanência de idéias que traduzem imagens deturpadas de sulistas e nordestinos mostram que a questão não é tão simples quanto querem fazer crer alguns, muito embora a sociedade não seja mais capaz de tolerar aquilo que extrapola certos limites do aceitável, como se verá nos textos pró-separatistas da *Guerra da Secessão* (daqui em diante GS) e da *República Federativa do Pampa* (daqui em diante RFP).

Feitas estas reflexões, no próximo capítulo apresento a análise da configuração da cena enunciativa da polêmica separatista nordestina GS, partindo da análise da própria estruturação da polêmica. Dessa forma, será possível ver o modo pelo qual os elementos históricos apresentados neste capítulo são atualizados em outros discursos separatistas.

CAPÍTULO 2

O QUADRO GERAL DA ENUNCIACÃO NA *GUERRA DA SECESSÃO*

Neste capítulo situo os movimentos iniciais da polêmica separatista, travada nas páginas de *Istoé*, intitulada de *GS*. Para começar, apresento a reconstituição do cenário desta polêmica a partir da publicação de uma matéria, na própria revista, que é, digamos, o movimento inaugural da disputa. A partir daí analiso as três primeiras manifestações de leitores referentes à matéria, que foram publicadas na seção *Cartas*, espaço destinado à voz do leitor na revista. Em seguida, apresento a configuração dos eixos básicos da polêmica e os seus enunciados e, por último, trabalho as noções de cenografia, dêixis e *ethos* discursivos, responsáveis pela configuração da cena enunciativa, a partir das reflexões de Maingueneau acerca do assunto.

2.1. “Os confederados são do norte”

Na edição de 07/12/88, a revista *Istoé* publica uma reportagem com o título *Os confederados são do Norte*, cujo sub-título diz o seguinte: *Sarney ataca os “ricos” do Sul na batalha do orçamento. Vai espalhar a pobreza para todo o país*. O tema em questão é o orçamento da União para o ano de 1989. Nessa matéria, estão postos vários dados econômicos e políticos que são utilizados para denunciar os políticos nordestinos, sempre prontos a reivindicar favores para sua região. Esses políticos estariam preparando mais um golpe contra o Sul, fato que ocasionaria, segundo a matéria, a nordestinização do país.

O jornalista José Roberto Nassar, ao analisar o orçamento da União, critica duramente a intervenção de políticos nordestinos, e do próprio Presidente da República, o maranhense José Sarney que, de acordo com a matéria, apenas estariam empenhados em privilegiar o Norte-Nordeste.

O título e o subtítulo da matéria não são acidentais. Eles deixam à mostra a intenção do autor em revelar a guerra, nem sempre silenciosa, que ocorre no país. Denunciada pelo jornalista, a “batalha do orçamento” é um exemplo do modo pelo qual o

Norte-Nordeste vem conseguindo, ao longo da história, abocanhar vantagens e recursos imerecidos; ao Sul tem restado arcar com o ônus da esperteza de políticos e empresários nordestinos. Estrategicamente, o jornalista associa a situação brasileira à guerra civil Norte-americana, com a ressalva de que aqui vivemos a “secessão” pelo lado inverso: é o Norte quem deseja a separação, apesar de sempre ter lucrado com a ajuda do Sul. A própria escolha dos termos feita pelo jornalista serviu para incitar e alimentar a polêmica e, mais do que isto, traduziu-a, literalmente, numa guerra de palavras que durou quase dois anos, fato pouco comum na imprensa brasileira.

A primeira carta publicada em reação à matéria mencionada aparece com a inscrição *Efeito ZPE*⁸. Na edição seguinte, a segunda carta referente à matéria recebe o título *O Nordeste reage* e só na edição posterior aparece o título definitivo *Guerra da Secessão*. Este último acaba permanecendo como o título de uma seção dentro da seção *Cartas* da revista, e é sob essa inscrição que as opiniões dos leitores passam a ser publicadas. Essa escolha destina-se, provavelmente, a definir um cenário propício para a polêmica, logo identificado pelos Locutores-Correspondentes (daqui em diante LCs), que passam a se utilizar de termos bélicos. Vemos, então, que o espaço evocado pela revista para o debate separatista pode ser reconhecido como um campo de batalha, fato que se tornará importante para o desenvolvimento do debate, na medida que permitirá aos leitores trazer para a discussão antigas rebeliões separatistas, como a Revolução Farroupilha no Sul (daqui em diante S) e a Confederação do Equador no NE, bem como outros conflitos, não tão grandiosos e ufanistas quanto os citados, mas que igualmente desembocaram no ideal separatista.

É a partir desse cenário que os argumentos serão estrategicamente colocados, reivindicados ou ignorados, definindo as linhas que orientarão os LCs durante a polêmica. Os argumentos poderão, por um lado, ser alvo de ataques, por serem considerados inaceitáveis, como os que apresentam erros históricos: *Gostaria de refrescar a memória do missivista ST, de Campina Grande-PB. José Plácido de Castro (...) nunca foi cearense (...).(C.28)* e (...) *Digo ao senhor B que, se quiser retirar os absurdos que escreveu, que venha visitar o Vale do São Francisco e conhecer um pouco mais da*

⁸ As ZPEs, Zonas de Processamento de Exportações, foram criadas durante o governo Sarney e correspondem a agrupamentos de indústrias com regulamentação fiscal própria e isentos de pagamento de impostos visando facilitar a exportação de seus produtos.

história do NE (...) (C.65). Por outro lado, podem ser aceitos, por refletirem a “realidade”: *Quero congratular-me com o senhor B, pois quando ele diz que São Paulo é invadida por bandoleiros, é a própria expressão da verdade (...) (C.36) e A explanação do senhor FFA foi muito clara, realmente concordo com ele que somos ignorantes da história (...) (C.52).* Evidentemente a discussão entre o verdadeiro e o falso, na polêmica, circula sempre por determinados contextos anteriores e ainda por aquele que vai sendo atualizado por ela. Assim, os argumentos, oriundos de formações discursivas diferentes, determinam um novo campo discursivo no qual se podem localizar cenografia e dêixis discursivas próprias, como se verá mais adiante, destinadas a criar um único campo de batalha para a única guerra separatista viável, uma guerra no campo das palavras.

A partir das primeiras linhas da matéria já é possível perceber que a direção a ser dada pelo jornalista ao tema será pouco ou nada favorável ao Nordeste. Ao mencionar o movimento *Nordeste Independente*, que acontece nesse mesmo período naquela região, o autor da matéria ilustra o quadro político e econômico brasileiro, esclarecendo o leitor a respeito do “folclórico” espírito nordestino. A ilustração, neste caso, supera em termos de força argumentativa os dados propriamente econômicos e, com certeza, norteia a leitura a ser feita sobre os fatos da política nordestina narrados na seqüência:

Dizem que anda estourando no Norte uma música cantada por Elba Ramalho que prega, não sem certa ironia, o separatismo - é sucesso agora, depois de ter passado bom tempo engavetada por ordem da ex-censura, dominada por mentes sensíveis à integridade territorial. Juntamente com ela, renovam-se manifestações menos folclóricas a respeito do tema: deputados do Nordeste formam blocos que influenciaram a Constituinte; o governo central continua tomando decisões dirigidas especificamente à região, como as ZPE e a Ferrovia Norte-Sul...(Istoé / 1003, p.29).

Em plena recessão, parece instalar-se uma guerra da secessão às avessas: o Norte-Nordeste agrário, protegido e quase escravocrata se revolta contra o “Sul Maravilha”, industrializado, mais moderno e mais cheio de conflitos - até porque a migração levou a São Paulo dois milhões de nordestinos, que engrossaram o caudal de votos da paraibana Luiza Erundina, prefeita eleita da Capital (Istoé 1003,p.29).

Para beneficiar o NE, Sarney criou as Zonas de Processamento de Exportações. Nestas áreas livres de impostos e de regulações cambiais pretende-se instalar, repetindo tardiamente o que a Coréia do Sul fez há 40 anos, indústrias tecnologicamente de ponta, voltadas para a exportação. Esse é o discurso. Mas elas não criarão os empregos que o NE precisa, nem se integram a uma política industrial nacional (que, aliás, nem existe) que poderia espalhar os benefícios dos investimentos (Istoé / 1003, p. 30).

Nesses trechos, transcritos da matéria de *Istoé*, encontram-se os dados mobilizados pelos LCs que definem a linha argumentativa inicial da polêmica. Os enunciados extraídos das primeiras cartas publicadas nas edições subseqüentes à da divulgação da matéria citada denunciam a posição do jornalista sulista como discriminatória em relação à região NE: (...) *atento para a discriminação que vossa equipe faz ao NE brasileiro, com citações sempre pejorativas e injustas, a todos nós nordestinos (...) tal apartheid ficou patente com a publicação da matéria Os confederados são do Norte (...) (C.07)¹ ; (...) Hoje, porque o governo federal está destinando algumas migalhas de sua verba para incentivos, o Sul Maravilha está chiando (...) (C.06); (...) Li a reportagem Guerra da Secessão, ficando impressionado com a demonstração de separatismo... paulista, expressa pelo redator (C.09).*

Evocando imagens conhecidas do Nordeste-agrário, protegido, quase escravocrata e causador de conflitos no S - e do S - industrializado - e mais moderno -, o jornalista marca uma posição que coincide com outras freqüentemente presentes em discursos sulistas. O posicionamento do jornalista coloca o NE numa situação desvantajosa em relação ao S. Esta posição encontrará resistência entre LCs nordestinos e será sistematicamente denunciada por eles como forma de comprovar o preconceito existente no S contra o N-NE, preconceito que, segundo eles, a imprensa sulista sustenta sem nenhum escrúpulo. No entanto, a maioria dos LCs sulistas faz uma leitura “positiva” da matéria de Nassar. Para eles, o jornalista está retratando a realidade brasileira, pois o S não pode mais agüentar o peso imposto pelos desajustes da economia nordestina e por seus políticos predadores e oportunistas.

¹ Esta numeração corresponde à ordem de publicação das cartas na seção Cartas, publicadas sob a inscrição *Guerra da Secessão em Istoé*.

A eleição de Luiza Erundina e o movimento separatista *Nordeste Independente* são citados pelo jornalista para garantir a legitimidade da discussão a respeito da economia e da política nordestinas, já que elas trazem conseqüências desastrosas para todo o país, especialmente para São Paulo. Erundina, conforme a matéria, foi eleita pelo contingente nordestino em São Paulo que, por sua vez, é o maior responsável pelos conflitos existentes na cidade. Os LCs sulistas se apropriarão desses dados, e o uso argumentativo que farão deles será muito mais contundente, chegando, inclusive, ao emprego de termos grosseiros. Os conflitos de que fala o jornalista, por exemplo, ganharão uma tradução exagerada nas cartas dos leitores: “São Paulo vive o caos, está suja, desorganizada”; Erundina e os nordestinos, os causadores dos conflitos, serão tomados por esses leitores como “bandoleiros” e “invasores”.

Não é difícil perceber a indignação do jornalista com a posição pró-separatista dos nordestinos. Essa indignação, que em alguns momentos transparece no tom irônico que usa, conforme se verá posteriormente, aponta para o fato de o separatismo ter origem no NE. Ora, para o jornalista, assim como para um grande número de sulistas, os lesados são os sulistas e é a eles, portanto, que caberia tal iniciativa. Na verdade, para Nassar, os políticos nordestinos estão usando o separatismo simplesmente como uma ameaça, a fim de continuarem obtendo vantagens suspeitas do governo federal, como bem se pode ver na denúncia feita ao final da matéria:

Então, é provável que a batalha de Itararé - entre os pobres latifundiários do NE e os ricos cidadãos do Sul - continue por mais um bom tempo ainda. Quem vai pagar é o País todo (Istoé / 1003, p. 36) (grifos meus).

A citação da batalha do Itararé, ou a “batalha que não houve”,² mostra que ele não acredita na seriedade da discussão sobre o separatismo, posição reforçada pelo tom jocoso presente na oposição das expressões “pobres latifundiários” e “ricos cidadãos”. Para o jornalista, a batalha que não houve, e que vai continuar não acontecendo, ganha

² “Durante a Revolução de 30, quando os gaúchos vinham para o Rio de Janeiro, foi noticiado que as forças legalistas, contrárias à revolução, barraram os gaúchos numa batalha memorável na cidade de Itararé, sul do estado de São Paulo. Tudo mentira” (*Jornal Brasil Agora*, n. 44 - 02 a 15 de agosto/1992).

existência apenas como farsa para sustentar interesses de determinados grupos nordestinos.

Em reação ao posicionamento assumido pelo jornalista, surgem cartas-respostas de leitores que, igualmente, pretendem discutir as questões relativas à distribuição de verbas do orçamento da União apresentadas na matéria. Essas cartas acabam por se configurar em uma polêmica separatista entre leitores “sulistas” e “nordestinos”, na qual os valores regionais são divulgados e discutidos. Os primeiros assumem a mesma posição de Nassar em relação aos políticos nordestinos e, ainda, ampliam o alvo de suas críticas, atacando toda a população nordestina. Os segundos criticam e denunciam o caráter preconceituoso das críticas sulistas contra o NE. Nessa disputa, tanto de um lado como de outro, pode-se constatar a ocorrência de discursos já conhecidos, calcados em estereótipos que recolocam velhas questões regionalistas e que acabam culminando no separatismo, ou melhor dizendo, na discussão sobre o separatismo.

As cartas desta disputa entre S e NE constituem um diálogo polêmico no qual se pode reconhecer a presença de várias vozes enunciativas que vão se agrupando, em termos ducrotianos, nos “*topoi* argumentativos” dos quais tratarei mais adiante. O diálogo é mediado pela editoria da revista que, embora seja responsável pela publicação das cartas, faz poucas intervenções explícitas. No entanto, os leitores mostram que têm consciência do poder que ela detém, chegando a discuti-lo em alguns momentos, como se pode ver nos enunciados: *Apesar de saber que a presente correspondência não será publicada por motivos óbvios(...)* (C.06); (...) *A maneira como Istoé ordenou as cartas sobre a questão da GS bem mostra a atitude da revista(...)* (C.12). Os leitores não ignoram que o trabalho de seleção e ordenamento das cartas, e mesmo a própria continuidade do debate, é de responsabilidade total daquele veículo de comunicação e que esses aspectos têm influência direta na polêmica. Esse fato implica, necessariamente, a consideração de um terceiro enunciatador nas análises, ainda que a ele não se possa atribuir falas explícitas, pelo menos durante a maior parte do debate.

2.2 - Os eixos argumentativos da polêmica

A relação polêmica é, creio, particularmente interessante para a AD porque nela é patente a necessidade que os locutores têm de mostrar um pouco mais do seu ponto de vista, uma exigência da própria constituição da polêmica. Dito de outra forma, certos simulacros têm de ser rompidos, em algum momento, para dar passagem àquilo que, positivamente, se ambiciona dizer. O que é diferente, por exemplo, de outras formas de discurso nas quais os locutores não encontram, pelo menos não imediatamente, quem possa questionar a construção de sua própria imagem.

A leitura dos textos da polêmica confirma a existência de um esquema argumentativo básico, que consiste na aceitação inicial de uma posição contrária que dá, posteriormente, origem a outra, desta vez, a verdadeira posição.

Os argumentos, por sua vez, não são utilizados e dirigidos aos LCs aleatoriamente, mas estão baseados nas imagens que os locutores atribuem a si e ao outro. Para a AD interessa, sob esse aspecto, o quadro proposto por Pêcheux em relação ao funcionamento do jogo de imagens. Segundo o autor, todo o processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias que *designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro* (1969:82). Estas formações imaginárias, possivelmente, determinam o seguinte quadro na polêmica da GS:

I(A) para o sujeito colocado em A: *Quem sou eu [nordestino] para lhe [sulista] falar assim?*

FD1 ⇒ trabalhador que proporcionou o desenvolvimento do S

I(B) para o sujeito colocado em A: *Quem é ele [sulista] para que eu lhe fale [nordestino] assim?*

FD1 ⇒ Explorador incansável do meu trabalho

I(B) para o sujeito colocado em B: *Quem sou eu [sulista] para que ele [nordestino] me fale assim?*

FD2 ⇒ representante do desenvolvimento e da qualidade

I(B) para o sujeito colocado em A: *Quem é ele [nordestino] para que me fale [sulista] assim?*

FD2⇒ trabalhador desqualificado que explora o desenvolvimento do S, então, não autorizado para julgar.

No discurso polêmico, que visa abertamente negar o direito à existência da voz que se opõe, a imagem ganha relevância, pois, muitas vezes, destruir a imagem do adversário é mais produtivo do que atacar seus argumentos. Muitos enunciadores da GS revelam esse jogo, chamando a atenção para o fato de que não estão sendo vistos de modo adequado, ou seja, a imagem feita de nordestinos, sulistas ou de suas respectivas regiões, é considerada como não correspondente à realidade, como se pode ver em enunciados como: *Lamentavelmente, consciente ou inconsciente, predominam no Sul Maravilha impressões facciosas...quero apenas comunicar ao mesmo que aqui, em nossa região, que ele enxerga de modo tão estúpido...acredito que todos os sulistas pensam que o NE é do jeito que eles pensam....* que evidenciam o fato de que o interlocutor só vê através de uma imagem estereotipada.

Do conjunto dos enunciados da GS emergem dois eixos argumentativos básicos, O NORDESTE SEMPRE DEU PREJUÍZO AO PAÍS X O SUL SEMPRE EXPLOROU O NORDESTE (oriundos de duas formações discursivas, como se verá no Parte II, Capítulo 3), os quais, por sua vez, geram outros blocos argumentativos. Esses eixos argumentativos, além de gerarem blocos argumentativos dependentes, são fundamentais na medida em que orientam o desenvolvimento da polêmica. É a partir deles também que se funda a memória necessária para o debate. Sobre esses eixos surgem outros argumentos que, além de servirem para revelar preconceitos e diferenças entre as populações das regiões brasileiras, permitem a identificação das imagens criadas por sulistas e nordestinos a respeito de si e do outro. Eis alguns exemplos dessa possibilidade:

- A) (...) *Ora, sulista não admite ser brasileiro e talvez tenha razão. Brasil é sol, é mar, é índio, é negro, é banda Reflexus, é Caetano; tem isso aí em São Paulo? Observem os nomes de apenas dois, dentre os quais nos chamaram de bandoleiros: Benetti e Petcha (GS/C.48)*
- B) (...) *gostaríamos de enviar um recado a Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova, autores da canção Nordeste Independente (...) Queridos, achamos sensacional a idéia separatista que vocês*

pregam; aliás, nós, brasileiros do Sul - como vocês denominam - esperamos há anos que se realize esse velho sonho nordestino. No que depender da gente - fiquem tranqüilos - iremos dar a maior força. Tenham certeza que a proposta de vocês é tentadora e, sem sombra de dúvidas, irrecusável. Coloquem os pés no chão, deixem de sonhar tanto e procurem ir mais à luta, pois a vida não é só canção, não (GS/C.16).

A carta A quer mostrar que o S não tem nenhuma ligação cultural com o Brasil. A B, por sua vez, quer mostrar que o nordestino é visto apenas como aquele sujeito festeiro, que gosta de cantar e não gosta de trabalhar. Percebe-se que nessas imagens estão presentes conceitos diferentes em relação ao que se pode imaginar como a figura do brasileiro. Observe-se como se pode esquematizar, à luz do jogo de imagens proposto por Pêcheux, estas duas cartas:

A ⇒ Sulista não admite ser brasileiro e talvez tenha razão

I(Brasil) para A ⇒ mar, sol, índio, negro, banda Reflexus e Caetano

I(Sulista) para A ⇒ sulistas são estrangeiros (Benetti e Petcha)

I(nordestinos) para B ⇒ Nordestinos não têm os pés no chão, são sonhadores, lutam pouco e acham que a vida é só festa.

Os enunciados dessas cartas revelam que algumas posições assumidas pelos locutores são levadas ao exagero: existe oceano, índio, sol, negro e Caetano no Sul, assim como, evidentemente, os nordestinos “vão à luta” tanto quanto qualquer sulista. No entanto, o exagero e a insistência em imagens que os LCs sabem não serem as únicas possíveis são condicionantes para a própria existência do debate. Certamente há pouco ou nenhum lugar para ingenuidades no debate polêmico. Os polemistas sabem que certas posições preconceituosas estão sujeitas a coerções ideológicas por parte do adversário. Cada argumento questionável do ponto de vista ético será colocado de forma estratégica a fim de permitir a sua própria dissimulação. Nesse sentido, a ironia, a fala autorizada e, até mesmo, a citação de episódios históricos, são exemplos de procedimentos através dos quais se tenta dar eficiência às estratégias argumentativas.

Muitos enunciados produzidos na GS trazem expressões que marcam o posicionamento a partir do qual vai se dar a ação do sujeito no debate. Esse posicionamento, freqüentemente, sugere decepção ou surpresa em relação à polêmica:

..Causou-me profunda perplexidade... (GS/C.05)
...declaro estar decepcionado com... (GS/C.07)
...ficando muito impressionado com...(GS/C.09)
...não nos estranhou a forma nazifacista com a qual... (GS/C.14)
...fiquei indignado com as palavras...(GS/C.15)
...Nos surpreendeu a maneira com que... (GS/C.19)
...Muito me admira que... (GS/C.24)

Observe-se que os locutores encontram formas como as citadas acima para manifestarem posições individuais, ou mesmo a posição de um grupo em particular, em relação à dicotomia fundamental (NE *versus* S) que a polêmica coloca. Ao fazer isso, o locutor, ao mesmo tempo, expõe a posição esdrúxula ou equivocada do Outro. Trata-se de mostrar o quanto se é melhor do que o adversário a fim de desqualificá-lo para a polêmica, porque

É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável (Maingueneau, 1989:125).

O locutor, obviamente, necessita identificar-se com a imagem que faz de si mesmo e do seu discurso, o que implica uma tomada de posição em relação a determinada idéia que ele deseja repudiar ou assimilar, tentando, assim, construir determinada imagem através da diferença entre o EU, assumido em dada circunstância, e o OUTRO. Essa diferença será construída a partir de um discurso anterior. Assim, é preciso trazer para o interior aquilo que está fora e que se quer negar, para que surja o novo. O novo, sob esse aspecto, se impõe não como novidade, mas como a reafirmação de uma posição pela negação de outra. Essa é uma característica fundamental para a constituição do discurso polêmico. Maingueneau (1989:122), a esse respeito, apresenta o seguinte quadro:

Cada uma das formações discursivas do espaço discursivo só pode traduzir como “negativas”, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é através desta rejeição que cada uma define sua identidade. Uma formação discursiva opõe dois conjuntos de categorias semânticas, as reivindicadas (chamemo-las de “positivas”) e as recusadas (as “negativas”). Note-se que ela projeta as unidades “positivas” deste Outro sobre as categorias de seu próprio sistema; para preservar sua identidade, o discurso *só pode relacionar-se com o Outro do espaço discursivo através do simulacro que dele constrói*. Chamaremos

discurso agente aquele que se encontra em posição de “tradutor”, de construtor do simulacro, e **discurso paciente** aquele que desta forma é traduzido. Esta noção de discurso agente remete a um único papel: em uma polêmica, os papéis de agente e paciente se alternam constantemente (grifos do autor).

Os dados deste trabalho permitem perceber o funcionamento desse jogo que, em última análise, determina a própria existência do discurso polêmico. Veja-se, por exemplo, uma situação na qual o locutor subverte o discurso adversário:

Li com muito interesse, no nº 1003 desta conceituada revista, a reportagem Guerra de Secessão, ficando muito impressionado com a demonstração de separatismo... paulista, expressa pelo redator. Nela fiquei sabendo que o culpado por todos os males brasileiros é o NE. E eu que, influenciado pela propaganda nordestina, pensava que era o esforço para pagar a dívida externa, dívida esta que não beneficiou em nada a região.

Tomei conhecimento, também, que o rombo do Produban é o culpado pelo déficit nacional, produzido pela inadimplência de usineiros alagoanos; e eu que pensava que o Grupo Attala devia mais (com os débitos vencidos) que todas as usinas do Nordeste juntas.

Fiquei também horrorizado com o débito dos usineiros alagoanos de mais de US\$ 30 milhões, enquanto a propaganda separatista nordestina fala em empréstimos de US\$ 250 milhões só para três empresas paulistas (Transbrasil, Engesa e Sharp).

Finalmente, vi o escândalo do Produban, mostrando que o Nordeste vive de escândalos, enquanto a perseguição de funcionários nordestinos incrustados na Polícia Federal, Banco Central e Ministério da Fazenda inventam uma série de escândalos inexistentes como o da raspadinha, o da venda das ações do Banespa, Coroa-Brastel, Brasilinvest, Comea, Sul Brasileiro, Sunamam etc. Chegaram até a envolver o ex-presidente e atual vice-presidente da Fiesp, sr. Luís Bueno Vidigal, num processo de fraudes na Bolsa de São Paulo! (GS/C.09).

O locutor desses enunciados rejeita totalmente a posição de outro locutor (o jornalista) em relação à ineficiência e corrupção nordestinas. O fato de assumir sua própria ignorância faz do locutor do texto acima um inocente desinformado ou mal informado. Note-se, no entanto, que a longa lista de escândalos promovidos por sulistas, apresentados pelo locutor, mas logo negados por sua suposta ignorância, determinam a

inversão dos papéis. O locutor mostra, através dos fatos que narra, não ser tão ingênuo quanto pode parecer a princípio, e que pode assumir o papel ocupado pelo jornalista. Ao revelar que o jornalista esconde os escândalos sulistas, o locutor traduz o discurso daquele como sendo uma forma de tentar ludibriar os leitores. Assim, ao firmar-se positivamente, seu discurso ganha um novo “status”, o de “agente”, assim como transforma o do jornalista em discurso “paciente”.

2.3. Os enunciados

Para sistematizar a análise dos enunciados, serão apresentados os dois eixos básicos e, em seguida, aqueles que deles se derivam, de acordo com o tema de que tratam. Para facilitar o trabalho de agrupamento, os enunciados serão atribuídos a “sulistas” e “nordestinos”, de acordo com a posição que tomem os enunciadore, independentemente do estado a que pertençam, já que são essas as duas linhas argumentativas antagônicas que condicionam o debate.

O primeiro eixo incide sobre enunciados que, de alguma forma, lembram o passado como responsável por aquilo que São Paulo é hoje e a importância econômica da cidade. O segundo, naturalmente, é constituído de enunciados antagônicos e que vai igualmente ao passado para se constituir. Esse eixo, no entanto, vai se inscrever numa formação discursiva que recupera a importância da mão-de-obra nordestina para o desenvolvimento do S e sua conseqüente exploração. Nela, os nordestinos serão qualificados como um povo sofrido, capaz de sobreviver nas condições mais adversas.

Em seguida, estarão listados os eixos que agrupam outros argumentos utilizados no debate. Estes refletem as diferenças e os preconceitos existentes na questão regionalista brasileira e mantêm estreita relação com os eixos principais. De cada bloco parafrástico foi extraído um enunciado de base, a fim de delimitar um sentido para todos os argumentos contidos no bloco.

SÃO PAULO SEMPRE FOI/É PRODUTIVA E BEM DESENVOLVIDA.

01/C.03 - ... *É a surpreendente escolha irresponsável de uma ilustre Erundina perdida no tumulto político da fértil terra de Piratininga... ausência do sentimento glorioso do tradicional paulistano, que infelizmente está perdendo sua histórica identidade.*

02/C.30 - ... *acho incrível uma pessoa em plena sanidade mental não achar bandoleirismo ver o centro da capital econômica do país ser invadida...*

03/C.34 - *Com referência à fabulosa São Paulo, posso revelar meu orgulho que a conheço na intimidade dos seus bairros ... que semearam sua terra fértil, transformando-a no gigantesco parque industrial, orgulho deste país.*

Pode-se destacar nesses enunciados as formas com as quais os locutores se referem a São Paulo:

... centro da capital econômica do país

... fabulosa São Paulo

... terra fértil

... gigantesco parque industrial

... orgulho deste país

Em nenhuma dessas cartas foi encontrada qualquer referência à contribuição nordestina para o desenvolvimento da cidade. Ao contrário, elas serviram para mostrar a presença dos nordestinos como o divisor de dois tempos, como já foi dito anteriormente, de um tempo de riqueza e glória, para outro de miséria e desorganização.

Essa é uma das redes de formulação básicas da polêmica. Ela vai buscar seus argumentos principalmente no passado glorioso e tradicional de São Paulo, mas também o Rio Grande do Sul será lembrado positivamente, ainda que não nos mesmos termos daqueles relacionados em EB 1. Mais adiante eles também serão arrolados.

O SUL SE DESENVOLVE EXPLORANDO A MÃO-DE-OBRA BARATA
NORDESTINA.

01/C.01 - ... o nordeste é mercado cativo das indústrias do sul, especialmente daquelas localizadas no estado de São Paulo.

02/C.02 ...o nordeste não recebe toneladas de dinheiro. Se o fizesse não seria mais o quintal do Brasil, atrelado caudatariamente a interesses sulistas, de quem é mercado cativo e para cuja pujança contribuiu largamente e continua .

03/C.06 - É preciso lembrar que, pela primeira vez, um governo toma a iniciativa de fazer alguma coisa por este povo sofrido do Norte/Nordeste, que tanta contribuição deu e tem dado para o desenvolvimento do Sul do país. Ninguém nunca moveu uma palha em favor deste povo.

04/C.13 - Eu moro no Vale do Ribeira, não tenho vínculos com nordestinos, mas sei o quanto eles contribuíram para o crescimento e o progresso de São Paulo, conheço a fibra destes brasileiros.

05/C.17 - Lembro ao iluminado missivista que o estado de São Paulo deve seu progresso e sua participação com 70% do PIB nacional à força motriz do pau-de-arara nordestino que começou seu ciclo migratório na década de 40.

06/C.31 - Já houve até quem dissesse que se todos os nordestinos saíssem de uma só vez de São Paulo a "locomotiva" não teria condições de correr na mesma velocidade. Talvez até parasse por um bom período, pois como todos sabem o Nordeste tem sido, há décadas, um mero fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra barata, das quais o Sudeste se locupleta avidamente.

07/C.37 - ... quero registrar o meu repúdio por tamanhas injustiças ditas contra o nosso humilde povo, que nada fez senão contribuir para o progresso deste país ...

08/C.40 - As viperinas afirmações do missivista dos pampas com relação ao povo nordestino não se coadunam com a dura realidade desse povo, que ao longo dos anos se vem sacrificando em detrimento do locupletamento de sicários sulistas.

09/C.49 - São eles os chamados "pau-de-arara", que trabalham, dão suor e lágrima para construir outras cidades.

10/C.76 - Qual é meu, quem é que manda a mão-de-obra quase de graça para S. Paulo, o maior pólo industrial da América Latina? É o salário, oh!!

11/C.84 - ... nordestino não é preguiçoso. Para provar esta tese basta visitar São Paulo e olhar cada prédio, praça, rua, monumento etc... procurar saber qual foi a construtora que edificou uma destas obras e pedir licença para verificar a sua ficha de empregados. Encontraremos dentre eles muitos nordestinos, desvalorizados pelos paulistas que deveriam ser-lhes gratos pela grande metrópole construída.

12/C.96 - *A viabilidade do mercado imobiliário paulista deve-se, em grande parte, à existência de abundante mão-de-obra barata, não qualificada para a indústria, que aqui aportou de outros Estados, e aqui se estabeleceu...*

Nestes textos destacam-se os enunciados,

... o Nordeste é mercado cativo das indústrias do Sul...

... Nordeste ... quintal do Brasil...

... os nordestinos contribuíram para o progresso e o desenvolvimento de São Paulo...

... o estado de São Paulo deve seu progresso à força motriz do pau-de-arara nordestino...

... o Nordeste tem sido, há décadas, um mero fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra barata ...

...nordestinos impulsionam a locomotiva...

... este povo sofrido do Norte/Nordeste...

... o heróico povo do Nordeste...

Em EB-2 estão agrupados enunciados que respondem aos enunciados de EB-1. Sem aceitar as afirmações contidas em EB-1, a estratégia escolhida pelos enunciadores de EB-2 é a de mostrar que a pujança econômica e o desenvolvimento do S se deve à exploração da força de trabalho e de matérias-primas nordestinas.

EB - 3

OS NORDESTINOS SÃO BONS, MAS NÃO SABEM VOTAR E ACABAM ELEGENDO SEMPRE POLÍTICOS CORRUPTOS OU INAPTOS.

01/C.02 - *Toneladas de dinheiro foram canalizadas àquela região e tudo continua igual: apenas foram resolvidos os problemas dos "caciques", pouco sobrou para o povo e nenhum retorno ao País. Os espertalhões da "Velha República" conseguiram tomar o poder e instalaram o "tudo pelo Nordeste"...*

02/C.03 - *Porque daí, dessa região malfadada e triste vêm os Sarneys da vida... Já dizia Getúlio há 50 anos: "Daquela região [Nordeste], no máximo, um vice-presidente".*

03/C.10 - ... o leitor define bem a irresponsabilidade dos habitantes desta Piratininga, ao escolher para prefeita uma nordestina itinerante. Estamos cansados de ver nossa cidade ser invadida por esses bandoleiros.

04/C.52 - Se os 'cabeças chatas' (termo usado por ele) sempre estiveram e estão no poder, por que não resolveram os problemas da miséria do Norte e Nordeste? Quem são os maiores latifundiários? 'Competência' para o País ou para o bolso deles? É muito bonita sua defesa, sr. Francisco, mas demagogia não alimenta o povo com fome.

05/C.60 - O povo não tem culpa de ser conduzido pelos famosos senhores de engenho, e o migrar, diante do estado lastimoso, é a opção humana de salvação. Daí surgir no Everest da miséria brasileira não a Edelvais, a mais linda flor; mas a Erundina, um sopro fugidivo do Norte na vida de São Paulo.

06/C.69 - Seria bom se a digníssima sra. dona Erundina aproveitasse a sua fase de "poder" e incentivasse a seu sofrido povo a voltar para casa. Gostaria de saber se os sofisticados "istas" (que certamente não são sulistas, nem tampouco paulistas) vão botar a mão na massa, carregar o cimento e dobrar os vergalhões com tanta humildade e submissão.

07/C.96 - O Nordeste brasileiro já foi considerado o maior produtor de maconha. Por que não de alimentos? Será que a máfia tem mais competência agrícola do que os governos dos Estados nordestinos?

08/C.108 - A condição econômica do Brasil é das piores. Quem são os culpados já não nos interessa, mas observamos os maiores e últimos escândalos, envolvendo o primeiro escalão do governo e não vemos nenhuma providência sendo tomada; o que importa, sim, é que existem grandes cartórios, envolvendo diretamente o primeiro escalão do governo, coincidência ou não, são ministros nordestinos de um presidente nordestino.

Dos textos selecionados em EB - 3, quero destacar os enunciados seguintes:

... Os espertalhões da "Velha República"...

...dessa região malfadada e triste vêm os Sarneys da vida...

...O povo não tem culpa de ser conduzido pelos famosos senhores de engenho...

...Seria bom se a digníssima sra. dona Erundina, aproveitasse a sua fase de "poder" e

incentivasse a seu sofrido povo a voltar para casa...

...Será que a máfia tem mais competência agrícola do que os governos dos Estados nordestinos? ...

Pode-se ver de forma muito clara nesses enunciados o modo como os sulistas avaliam os políticos nordestinos e, ainda, quais as implicações decorrentes do tipo de político que governa o nordeste. Nesses enunciados, emitidos por leitores que defendem interesses sulistas, vê-se de forma indireta que os problemas do NE são causados pelos próprios nordestinos. Não, evidentemente, por qualquer nordestino, mas por seus políticos aproveitadores e corruptos. Por outro lado, se esses políticos estão no poder é porque foram eleitos pelo povo. Pode-se depreender disso que, na verdade, o povo continua sendo responsável por seu atraso e pobreza, na medida em que é incapaz de se livrar desse tipo de político. Mas, ainda segundo o ponto de vista sulista, o povo não pode ser responsabilizado por isso porque, embora sendo um povo trabalhador e sofrido, é submisso e humilde, um povo que aceita a situação sem ser capaz de se insurgir contra ela.

Os nordestinos não aceitam tais argumentos. Não aceitam porque, evidentemente, percebem que afirmações desse tipo atingem tanto os políticos quanto a população nordestina, de uma forma geral. Mas, é provável também que, numa ordem de precedência, seja mais significativo o fato de serem nordestinos do que o de serem políticos.

EB - 04

LUÍZA ERUNDINA É A COMPROVAÇÃO DA COMPETÊNCIA NORDESTINA.

01/C.13 - *São pessoas como o sr. JB, frias, insensíveis e preconceituosas que ajudam a tornar a realidade mais dura, a fraternidade um sonho, o amor ao próximo uma piada. Chamar uma mulher do calibre de Luíza Erundina de bandoleira é ridículo!!!*

02/C.14 - *Erundina representa o povo do Nordeste do Brasil, não pelo "bandoleirismo" a que o sr. Benetti levemente se refere, mas sim pela sua garra, pela sua humildade (não confundir com submissão), pela sua honestidade e acima de tudo pela sua força de sair de um Nordeste adverso para ir defender a candidatura de milhões de pobres brasileiros ao cargo de cidadãos.*

03/C.23 - *... o sr. JBB fala barbaridades do povo nordestino, principalmente da digníssima sra. Luíza Erundina, prefeita de São Paulo. Ela pode até ser uma bandoleira, mas personagem de um filme em que conseguiu vencer o mocinho do mal.*

04/C.25 - *Não possuo procuração de nossa ilustre prefeita, que saberá, dando exemplos, responder à altura os improperios que lhe são dirigidos. Se votei nela, foi voto de raciocínio...*

05/C.31 - *Vale lembrar que os milhões de migrantes que deixaram seu torrão em busca de oportunidades são pessoas simples, humildes, trabalhadeiras. Muitos se sobressaem e vencem,*

como é o caso da 'bandoleira' Luíza Erundina e de outros 'cabeças-chatas', geralmente na crista do poder...

Os enunciados selecionados em EB - 04 refutam as acusações de EB - 03, através da figura da nordestina Luíza Erundina, prefeita de São Paulo, exemplo de político nordestino competente. A eleição da nordestina Erundina para a prefeitura de São Paulo foi, a julgar pela repercussão nos meios de comunicação, um fato significativo. Certamente, pode-se aliar outro fator importante na análise da rejeição de Erundina por grande parte dos paulistanos, qual seja, o fato de ela pertencer ao Partido dos Trabalhadores, fato deixado implícito em alguns enunciados arrolados em EB - 3. No entanto, vê-se em EB - 4 que esse fato foi desconsiderado pelos enunciadores nordestinos, que não o citaram em momento nenhum da disputa. O relevante na eleição de Erundina, e destacado por esses leitores, é exatamente o fato de Erundina ter a fibra dos nordestinos, ter origem humilde e ainda assim ter chegado a ocupar um dos postos políticos mais importantes do país. Segundo esses enunciadores, Erundina tem garra, força, para lutar contra a adversidade, ou seja, Erundina tem as mesmas qualidades atribuídas aos nordestinos de forma geral.

EB -05

NORDESTINOS SÃO CORRUPTOS, SUJOS E DESORGANIZADOS.

01/C.2 - Há mais de 40 anos ouço dizer que o país tem de ajudar o Nordeste para resolver seus problemas. Toneladas de dinheiro foram canalizadas àquela região e tudo continua igual: apenas foram resolvidos os problemas dos "caciques", pouco sobrou para o povo e nenhum retorno ao país.

02/C.30 -... acho incrível uma pessoa em plena sanidade mental não achar bandoleirismo ver o centro da capital econômica do País ser invadida por marreteiros e camelôs...

03/C.36 - Quero congratular-me pois quando ele diz que São Paulo é invadida por bandoleiros, é a pura expressão da verdade para quem não acredita, basta observar a situação caótica em que nos encontramos.

04/C.47 - Mas que história tão relevante tem o seu nordeste, senão a de dar prejuízos ao resto do país.

05/C.56 - Ao dizer que Luíza Erundina é bandoleira, o sr. está certo. Quem reside em São Paulo, Capital, sabe muito bem, ela é errante.

06/C.85 - *A histeria coletiva que está acontecendo lá no sul do nordeste é uma afronta à nação chamada Brasil e caso os de lá não se considerem integrados, que criem uma bandeira, um hino, mas não usem os nossos símbolos maiores para praticar atos próprios de bandos, quadrilhas... vândalos...*

Os enunciados selecionados em EB - 05 são os que manifestam de forma mais contundente o descontentamento sulista com a presença de nordestinos em outras regiões e, principalmente, em São Paulo. Esses enunciados se situam em um ponto extremo da polêmica; são, por assim dizer, os mais radicais, fato que vai determinar um número considerável de respostas indignadas. Note-se também que esses enunciados não reproduzem a imagem do nordestino comumente difundida no Brasil, sempre associada ao seu espírito alegre, à música e ao carnaval. Ao contrário, os nordestinos são considerados por esses enunciadores como cidadãos de segunda categoria que vão morar no S levando consigo uma herança incompatível com o nível de desenvolvimento sulista, o que é inaceitável. Ainda segundo esses enunciadores, a corrupção, a sujeira e a desorganização propagadas pelos nordestinos não têm se restringido ao NE, mas se espalham como uma séria ameaça aos padrões sulistas.

Nos enunciados selecionados em EB - 06 encontram-se posições compatíveis com outra imagem desabonadora a respeito dos nordestinos, a de que eles não trabalham.

EB - 06

OS NORDESTINOS PRECISAM COMEÇAR A TRABALHAR

01/C.16 - [Nordestinos] *Coloquem os pés no chão, deixem de sonhar tanto e procurem ir mais à luta, pois a vida não é só canção, não.*

02/C.59 - *A expressiva charge de Sampaulo, publicada por Zero Hora, diz bem o que pensamos nós, "sulistas", sobre os estranhos personagens que habitam plagas imensas e improdutivas deste país espoliado.*

03/C.78 - *No Nordeste, porém, só encontramos miséria, fome e ladroagem. Estou do lado daqueles que acham que o nordestino é, antes de tudo, um preguiçoso.*

A “pouca disposição para o trabalho” atribuída aos nordestinos é predominante na imagem que deles têm os sulistas. Os nordestinos, por sua vez, tentam escapar dessa imagem apelando para a grande importância nordestina para a cultura do país, como se pode ver nos enunciados listados a seguir.

EB - 07

O NORDESTE SEMPRE TEVE NOMES DE DESTAQUE NO CENÁRIO CULTURAL, POLÍTICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

01/C.39 - *Mas o que não dizem [os gaúchos] é que o RS era governado por um nordestino, do Ceará, José Júlio Albuquerque.*

02/C.39 - *A primeira mulher a entrar na Academia Brasileira de Letras era também cabeçachata. O primeiro edifício de apartamentos do Rio de Janeiro foi construído por um cearense, assim como o primeiro sistema crediário do Rio.*

03/C.39 - *O único brasileiro que até hoje ocupou a chefia dos três poderes foi um nordestino. Epitácio Pessoa, da Paraíba. Eram nordestinos Graça Aranha, Humberto Campos, Arthur de Azevedo, Maranhão Sobrinho, Vespasiano Ramos, Viriato Correa, Raimundo Correa, Coelho Neto, Capistrano de Abreu, Clóvis Beviláqua, Otto de Alencar, Farias Brito, Araripe Júnior, Nisia Floresta, Augusto dos Anjos, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e um montão deles mais. Até os dois primeiros presidentes da República (Deodoro e Floriano) eram nordestinos.*

04/C.39 - *Foram fundadores da Orquestra Sinfônica Brasileira Eleazar de Carvalho e José Siqueira, ambos nordestinos. O último regeu, anos seguidos, orquestras da União Soviética, e Eleazar várias Sinfônicas dos Estados Unidos. Sabem como se chama isso? Competência.*

05/C.43 - *... quero apenas comunicar ao mesmo que aqui em nossa região... não tivemos só vice-presidentes, nem só Renato Aragão, que também é orgulho nosso... só para refrescar um pouco a memória, além dos Sarneys da vida [o nordeste] já teve outros presidentes como Deodoro da Fonseca, Café Filho, Castello Branco, José Linhares e agora mesmo o Paes de Andrade. Será que você já ouviu falar em Rui Barbosa, Padre Cícero, Castro Alves, Clóvis Beviláqua, Bezerra de Menezes, Capistrano de Abreu?*

06/C.53 - *Presidentes nordestinos efetivos existiram apenas dois: Epitácio e Castello Branco. O primeiro, o único na história republicana com o tutano para colocar ministros civis em pastas militares. O segundo, apenas um udeno-moralista, mas estadista de porte mundial se comparado com os gauchíssimos Costa e Silva e Médici.*

07/C.58 - *Apesar de tão criticado, o nordeste está mostrando do que é capaz: temos hoje um presidente da Câmara Federal, o melhor humorista do Brasil, Chico Anísio, juntamente com Renato Aragão, e um campeão brasileiro de futebol, o Esporte Clube Bahia.*

08/C.98 - *Reconheço, como nordestino, o nosso atraso em relação ao sul, mas também orgulho-me de nossas tradições e valores.*

09/C.102 - *Nós, do nordeste, demos ao Brasil o Acre (sic), o ciclo da borracha, a mão-de-obra do Rio e de São Paulo, a construção de Brasília, várias frentes de trabalho pelo Brasil afora, frentes agrícolas, inclusive em Goiás. Somos governo estadual em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e em todo nosso Nordeste. Ainda somos governo municipal do maior parque industrial da América Latina, parlamentares e prefeitos por todo o Brasil e governo federal com comando em dois dos três poderes da República. Quando o Brasil entra em crise todos procuram um nordestino para descascar o abacaxi.*

Vale aqui observar o paralelo entre os enunciados que estão selecionados em EB - 04, que apresentam a eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo como um marco da participação nordestina na vida política da nação. Tanto naqueles enunciados quanto nestes, os enunciadores dão destaque para a influência Nordestina no S. Erundina é apenas mais um exemplo dessa influência.

Veja-se, no entanto, que as listas que enumeram as grandes personalidades nordestinas e seus grandes feitos são utilizadas porque há a necessidade de provar a importância da região NE para o Brasil, já que o S não valoriza a região nem seus habitantes. Nas cartas dos sulistas, pelo menos na maioria delas, não é possível localizar a mesma tática. Penso que isso marca muito claramente a posição de inferioridade que a região NE ocupa no imaginário do país. É relevante, no entendimento dos enunciadores nordestinos, indicar nomes, do passado e do presente, como garantia de que a região é produtiva, viável, pensante. Contrariamente, os sulistas não fazem questão disso, podendo-se depreender desse fato a idéia de que eles já ocupam uma posição privilegiada e conhecida por todos.

A exploração dessas imagens entre nordestinos e sulistas, no entanto, contribuiu efetivamente para desmascarar certas idéias generalizadas a respeito do modo como nos relacionamos; expondo os conflitos existentes entre as regiões brasileiras e suas respectivas populações, a GS dá indicações precisas de que a tradicional imagem da cordialidade brasileira pode sair bastante arranhada quando se trata de discutir as questões regionais. A GS fez com que as diferenças ganhassem a superfície, mostrando que não somos um país de irmãos, livre de preconceitos raciais/regionais. Os enunciados a seguir refletem o modo como os nordestinos identificam o preconceito sulista contra eles.

SULISTAS SÃO PRECONCEITUOSOS

01/C.04 - *Lamentavelmente, consciente ou inconscientemente, predominam no Sul Maravilha impressões facciosas como a externada pelo sr....AF*

02/C.14 - *Com relação às cartas dos srs. PC e JBB, não nos estranhou a forma nazifacista com a qual estes senhores se referiram ao povo do Nordeste do Brasil.*

03/C.15 - *Lendo a revista... fiquei indignada com as palavras discriminatórias do leitor JBB em relação aos nordestinos.*

04/C.17 - *Em Istoé Senhor/1008 o leitor JBB reporta-se a nós nordestinos como bandoleiros.*

05/C.19 - *Nos surpreendeu a maneira com que o leitor JBB se refere a nós nordestinos, quando diz sentir-se cansado de ver sua cidade ser invadida por bandoleiros.*

06/C.20 - *...quero expressar todo o meu repúdio e indignação contra os leitores PC e JBB pela forma discriminatória, preconceituosa e burra com que se referiram aos nordestinos em São Paulo.*

07/C.48 - *É bastante compreensível que [sulistas] chamem os nordestinos de bandoleiros. Compreensível por quê? Ora, sulista não admite ser brasileiro e talvez tenha razão. Brasil é sol, é mar, é índio, é negro, é banda Reflexos, é Caetano;tem isso aí em São Paulo? Observem os nomes de apenas dois, dentro os quais nos chamaram de bandoleiros: Benetti e Pectha.*

No entendimento destes leitores, o preconceito contra os nordestinos existe e pode até mesmo ser considerado como preconceito racial. Note-se que o preconceito atribuído aos sulistas é associado ao fato de que eles são descendentes de europeus (C.48). A ligação com o nazismo é evidente, e até mesmo direta em alguns enunciados. É digno de nota o fato de os nordestinos poderem acusar os sulistas de nazistas sem sofrerem grandes coerções por isso. A idéia de que o preconceito sulista contra os nordestinos existe pode ser confirmada, segundo os enunciadores nordestinos, pela atitude da imprensa sulista de uma forma geral.

A IMPRENSA DO SUL MARAVILHA BOICOTA O NE

01/C.7 - *Apesar de saber que a presente correspondência não será publicada, por motivos óbvios, declaro estar decepcionado com a revista Istoé... desde o primeiro número que recebi ... atento para a discriminação que vossa equipe faz ao nordeste brasileiro, com citações sempre pejorativas e injustas, a todos nós nordestinos.*

02/C.9 - *Li com muito interesse, nesta conceituada revista, a reportagem GS, ficando muito impressionado com a demonstração de separatismo... paulista, expressa pelo redator. Nela fiquei sabendo que o culpado por todos os males brasileiros é o nordeste.*

03/C.11 - *No entanto, gostaria de reiterar que só quem conhece o Nordeste são os nordestinos. Exemplo maior poderei extrair da própria reportagem onde o jornalista JRN, ao degravar o poema "Nordeste Independente"... cometeu dois erros imperdoáveis.*

04/C.12 - *A maneira como Istoé ordenou as cartas sobre a questão da GS ... bem ilustra a atitude da revista a respeito da questão*

05/C.24 - *Muito me admira que Istoé Senhor, revista de alto conceito, publique... carta semelhante à do sr. JBB... Foi com um misto de surpresa e indignação que a li. Publicar tal carta não será uma forma de não se sentir responsável por atitude tão mesquinha e deplorável? Terá esta revista alguma coisa justificável contra os paulistanos, ou se não me engano, será contra seus habitantes "itinerantes"?*

06/C.27 - *Causa-me espécie aparecerem, numa revista tão conceituada, críticas injustas aos nordestinos...*

07/C.54 - *A reportagem ... que tem como título O Bahia é campeão se preocupa apenas em mostrar a situação financeira de alguns jogadores que se destacaram nesta última Copa União, esquecendo o que realmente foi feito pelo Bahia durante a competição, a garra, a fibra, o espírito de luta que o grupo demonstrou para todo o Brasil, aliado à técnica e ao futebol solidário. O Bahia teve como um dos grandes adversários a crônica esportiva do Sul, que o tempo todo tentou esvaziar o nosso futebol.*

08/C.65 - *Até mesmo nos infortúnios da vida, Istoé Senhor discrimina o Nordeste.*

09/C.88 - *Não há liberdade de imprensa nem liberdade de expressão que assegurem ou justifiquem a publicação de repetidas cartas injuriosas às populações nordestinas.*

A denúncia do preconceito e discriminação contra o NE patrocinados pela imprensa sulista presente nesses enunciados é significativa para a polêmica em questão, na medida em que desautoriza a enunciação do jornalista. É notável verificar, também, a extensão do preconceito percebida por esses locutores, que se queixam do fato de a imprensa sulista não dar destaque para outros assuntos do NE, como o folclore ou o futebol, por exemplo. Esse sentimento de exclusão, diga-se de passagem, está presente também no Rio Grande do Sul, onde a própria imprensa se encarrega de denunciar o preconceito do "eixo Rio-São Paulo", principalmente no futebol. Nos enunciados seguintes, aspectos semelhantes são explorados em relação aos sulistas de forma geral.

O SUL TEM UMA FALSA IMAGEM DO NORDESTE.

01/C.11 - (...) concordamos em parte com as críticas feitas a respeito de desvios e mal aplicação de recursos destinados ao NE, beneficiando grupos em detrimento das populações mais carentes. No entanto, gostaria de reiterar que só quem conhece o NE são os nordestinos.

02/C.48 - Ora, sulista não admite ser brasileiro e talvez tenha razão. Brasil é sol, é mar, é índio, é negro, é banda Reflexus, é Caetano; tem isso aí em São Paulo?

03/C.64 - E digo ao sr. Antônio Bevonesi que, se quiser retirar os absurdos que escreveu, venha visitar o vale do São Francisco e conhecer um pouco mais da história nordestina.

04/C.90 - Com suas palavras [um leitor havia dito que os nordestinos não respeitam a bandeira nacional] demonstrou o quanto é regionalista e que não tem nada de patriota. O que me faz crer que ele não conheça o nosso povo, o seu país.

05/C.97 - (...) acredito que todos os sulistas pensam que o NE é do jeito que eles pensam. Se lessem ou ouvissem música popular brasileira teriam outra idéia. Já disse o grande poeta Ivanildo Vilanova na sua música-poesia, gravada por Elba Ramalho, Nordeste Independente...

06/C.98 - Reconheço, como nordestino, o nosso atraso em relação ao Sul, mas também orgulho-me de nossas tradições e valores.

O que há de significativo nesses enunciados é a identificação da cultura nordestina com algo que se poderia chamar de “alma” nacional. Talvez, se possa dizer que, mais do que identificação, há uma apropriação da identidade nacional pelos nordestinos, já que para eles quem desconhece a cultura nordestina não conhece aquilo que é genuinamente nacional. Essa idéia aparece em contraposição à idéia do S desenvolvido, progressista e “estrangeiro”. De fato, o NE significa o nacional genuíno, enquanto o S aparece como uma cultura híbrida, contaminada pelas influências estrangeiras.

Esses aspectos, que denotam a oposição entre um Brasil moderno (menos brasileiro) e outro tradicional (mais brasileiro), sempre tiveram guarida nas discussões sobre identidade e cultura nacionais. Para Renato Ortiz, a obra de Gilberto Freyre é forte representante desse pensamento:

É sugestivo o contraste que se constrói (na obra de Gilberto Freyre) entre São Paulo e o Nordeste. São Paulo é a “locomotiva”, e o paulista é “burguês”, “industrial”, tem gosto pelo trabalho e pelas realizações técnicas e econômicas. O Nordeste é “terra”, “campo”, seus habitantes são telúricos e

tradicionais e por isso representam o tipo brasileiro por excelência (1994:36).

2.4. *Cenografia, dêixis e ethos discursivos*

Para pensar a realidade dos discursos da GS, será fundamental lançar mão das noções de ethos, cenografia e dêixis discursivos. Como elementos articuladores da situação de enunciação, são capitais para a visualização de elementos significativos no *corpus* analisado. Não se trata, como bem observou Maingueneau (1995:121), da designação das “circunstâncias empíricas da produção do enunciado, mas o foco de coordenadas que serve de referência direta ou não à enunciação.”

Em outra obra de Maingueneau (1989:41) o autor explicita,

Na língua, a “dêixis” define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas pelo triângulo EU ↔ TU — AQUI — AGORA. O que chamamos de **dêixis discursiva** possui a mesma função, mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação. Em geral, as três instâncias da dêixis discursiva não correspondem a um número idêntico de designação nos textos, mas cada uma recobre uma família de expressões em relação de substituição. Distinguir-se-á nesta dêixis o **locutor** e o **destinatário discursivos**, a **cronografia** e a **topografia**.

Sobre a dêixis discursiva, Maingueneau diz ainda:

Se existe dêixis discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se a cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe (...) A dêixis discursiva consiste apenas em um primeiro acesso à **cenografia** de uma formação discursiva; esta última possui ainda um segundo ponto através do qual é possível alcançá-la; trata-se da **dêixis fundadora**. Esta deve ser entendida como a(s) situação(ões) de enunciação anterior(es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade. Distinguir-se-á, assim, a **locução fundadora**, a **cronografia** e a **topografia fundadoras**. Uma formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocação nos vestígios de uma outra dêixis, cuja história ela institui ou “capta” a seu favor (p.42).

O texto transcrito a seguir pode servir para explorar o funcionamento discursivo de algumas destas noções:

Sr. Diretor:

Perdido na calorenta atmosfera de suposições abstratas, o leitor sr. JA fez através de sua correspondência publicada na seção de cartas (Istoé nº1009) afirmações fundamentadas no consagrado Achismo nacional. Acompanhando a evolução do mundo, não podemos ignorar que todas as iniciativas vitoriosas em várias áreas da existência humana foram lideradas por uma elite. Elite é gente de escol, a nata da sociedade. É o que está faltando ao Brasil. Com referência à fabulosa São Paulo, posso revelar meu orgulho que a conheço na intimidade dos seus bairros, ruas, avenidas e praças. Vivi São Paulo ouvindo o pulsar forte de sua esperança e observando o trabalho fecundo das mãos qualificadas dos imigrantes que semearam a sua terra fértil, transformando-a no gigantesco parque industrial, orgulho deste país. Aos paulistas cabe o dever de comandar a sua terra (GS/C.28).

Pode-se definir como destinatários deste discurso o *Sr. Diretor*, responsável pela publicação da polêmica e, como estamos no domínio da carta aberta, todos os leitores. O “eu” que enuncia define a sua autoridade enunciativa por ser alguém que viveu na cidade num outro tempo. Este texto apresenta uma dêixis fundadora baseada no passado rico e pleno de desenvolvimento que define uma São Paulo que não existe mais. Veja-se que a referência à imigração qualificada (europeus) desqualifica a nordestina. A presença desta última é marcada na enunciação pelo enunciado *Aos paulistanos cabe o dever de comandar a sua terra*, uma alusão ao fato de que a prefeita de São Paulo é a nordestina Luiza Erundina. A enunciação mostra uma duplicação: o enunciador não está simplesmente dizendo o que ele acha das elites, mas dizendo também que os nordestinos não fazem parte dela e que não deveriam estar no comando de São Paulo. A partir dos nordestinos e de Erundina, o LC constrói outra cenografia: a *cidade suja, desorganizada, invadida por bandoleiros nordestinos*. Essa cenografia é visível nos enunciados da C.03⁹: [Erundina] *É um sopro violento de nordestino itinerante na vida de São Paulo... illustre Erundina perdida no tumulto político da fértil terra de Piratininga...É a falta do*

⁹ Esta carta será analisada novamente mais adiante.

sentimento glorioso do tradicional paulistano, que infelizmente está perdendo sua histórica identidade.

Evidentemente, existem as formas correspondentes às citadas acima que surgem no eixo argumentativo pró-nordestino. A cenografia desse outro eixo define o locutor discursivo como o povo nordestino, cansado da exploração sulista, que igualmente define sua cronografia própria (o tempo de exploração do NE pelo S), e impõe como destinatário “o Sul Maravilha”, isto é, um S bem desenvolvido, mas desenvolvido em função da exploração que sempre fez, e continua a fazer, do NE e dos nordestinos. Pode-se ver esses aspectos no texto que se segue:

Sou pernambucana, com muito orgulho, e não trocaria dez São Paulo por uma cidade do Nordeste. Contudo muitos nordestinos o fazem, saem do seu aconchego para tentar a vida na “cidade grande”. São eles, os chamados “pau-de-arara”, que trabalham, dão suor e lágrima para construir outras cidades. E são repudiados, chamados injustamente de invasores e bandoleiros por pessoas mal-agraçadas como o sr. JBB. (...) Acho que ele [sr. JBB] deve melhores explicações e desculpas, não só ao povo do Nordeste, mas também à sua cidade que hoje deve grande parte de seu crescimento ao povo que ele rechaça (GS/C.40).

Neste texto encontram-se aspectos que são desconsiderados por pró-sulistas. Para os enunciadores pró-nordestinos, não importa a qualidade do trabalho dos sulistas em relação à pouca qualificação dos nordestinos, mas sim que eles têm se sacrificado pelo desenvolvimento do S; há décadas o *S explora o NE*. A autoridade deste enunciador, fundamentada na sua própria origem (Sou nordestina) orienta o lugar a ser ocupado por seus destinatários na cena enunciativa: o público é interpelado na qualidade de conhecedor da realidade e é então chamado a testemunhar a favor do enunciador, porta-voz nordestino.

Mas, para uma melhor configuração do quadro enunciativo, é preciso trazer a noção de *ethos* enunciativo, sobre o qual pode-se ler em Maingueneau (1995: 137):

A retórica antiga compreendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferem implicitamente através de sua maneira de dizer: não o que dizem explicitamente sobre si próprios, mas a personalidade que mostram através de sua maneira de se exprimir.

Aristóteles esboçara uma tipologia que distingue a “*phronesis*” (parecer ponderado), a “*eunoia*” (dar uma imagem agradável de si) e o “*areté*” (apresentar-se como um homem simples e sincero). A eficácia destes *ethé* está, precisamente, vinculada ao fato de que de certo modo eles envolvem a enunciação sem serem explicitados no enunciado. O que o orador pretende ser, dá a entender e mostra: não diz que é simples e honesto, mostra-o através de sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, desta maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito de enunciação enquanto está enunciando o que está em jogo aqui.

A relevância da noção de *ethos* neste estudo está relacionada ao fato de que a polêmica se alimenta de sua própria memória, o que obriga os enunciadorees a uma vinculação constante dos enunciados às tradições (regionalistas em nosso caso), fator preponderante na construção do discurso separatista. É a tradição que, em última análise, dá direitos, autoriza a produção de determinados discursos pelos locutores, assim como permite a compreensão de seus efeitos de sentido pelos alocutários.

Ainda em relação ao *ethos* enunciativo, Maingueneau afirma que, para a Análise do Discurso, o modo como as pessoas falam não é simplesmente uma escolha que visa produzir tal ou tal efeito, mas na verdade uma imposição da formação discursiva na qual o sujeito se inscreve. Todavia, o modo de falar só poderá ser integrado pela AD na medida que um duplo deslocamento for realizado. Primeiramente é preciso “afastar qualquer preocupação ‘psicologizante’ e ‘voluntarista’ de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva”. É preciso também, afirma o autor, que “a concepção seja transversal à oposição entre o oral e o escrito” (1989:45), quer dizer, a AD garante, mesmo para os textos escritos, que a “voz” do discurso seja ouvida. Somente se preenchidas essas condições, ela passa a ser uma das dimensões da formação discursiva.

Na relação que se estabelece entre os textos transcritos abaixo, o *ethos* enunciativo é um índice importante para a identificação da posição ocupada pelo locutor

na polêmica separatista, assim como funciona para desmascarar o interlocutor que havia se mostrado a si mesmo de maneira enganosa:

LC/A

Considero ridícula a carta do sr. FFA (Isto é nº 1018). Gostaria de dizer ao sr. F. que nós, gaúchos, somos orgulhosos de muitos outros fatos, e não só daquele arrolado por ele. Desnecessário considero relacionar nomes ou episódios de meu Estado, que sempre teve como estandarte a sua tradição. E vem este cidadão nordestino nos atirar na cara que somos ignorantes da história. Mas que história tão relevante tem seu Nordeste, sr.F, senão a de dar prejuízos ao resto do País. Poderia eu, isto sim, aumentar a lista de “competentes nordestinos” que, não sei como, alcançaram o poder e só servem para corromper a seu favor e maltratar o coitado do nosso povo. No entanto, cito apenas um que, creio, o sr. deve ter esquecido na sua relação de “competentes”: José Sarney (GS/C. 47).

LC/B

Sou nordestina e pouco me importa o que o sr. AMCB [carta 47, transcrita acima] constatou ao fazer as contas do saldo de prejuízos que o Nordeste dá ao País. No entanto, só posso acreditar que, como cidadão inteligente e atualizado com a situação caótica do Brasil, o sr. A sabe perfeitamente quem é que está dando prejuízos ao País (GS/C.57)

A primeira atitude do locutor do segundo texto (vou chamá-lo de locutor **B**) é afirmar sua posição -“Sou nordestina”-, para então dizer que desconsidera o que o locutor do primeiro texto (locutor **A**) pensa a respeito do NE. Essa posição assumida por **B** apenas se justifica pelo fato de que ela, como nordestina, tem direito a isso, por sua própria origem. Num segundo movimento, que vem depois de “no entanto”, **B** se utiliza da própria auto-imagem de **A** para negar sua posição (a posição de **A**): se **A** fosse realmente o que diz ser, saberia quem é que dá, de fato, prejuízos ao Brasil. A expressão “pouco me importa”, que, aparentemente é contradita na continuidade do texto, mais do que desconsiderar a opinião de **A**, serve para comprovar que **A** não é o que diz ser (não ser ignorante).

A enunciação de **A**, em contrapartida, está baseada na tradição gaúcha. É a partir dela que o locutor estabelece o confronto entre as duas tradições, negando os

valores positivos presentes na tradição nordestina citados por **B**. O locutor de **A** se mostra orgulhoso de ser gaúcho e é este fato que lhe dá respaldo para falar da maneira como fala (*Considero ridícula a carta do sr. FFA*). A seqüência *Poderia eu, isto sim ...* revela que a autoridade da fala de **A** é conferida pelas tradições gaúchas, anteriormente citadas. São os gaúchos que têm direito de criticar o NE, pois este não tem nada a oferecer a não ser corrupção. A tradição gaúcha, muito positiva do ponto de vista de **A**, é a própria bandeira do estado e, portanto, não é necessário nem mesmo falar a seu respeito. Em nenhum dos dois textos podem ser encontrados dados que comprovem aquilo que os enunciadores mostram de si pelo modo como enunciam; não apresentam nenhum argumento que possa ser conferido, nenhuma cifra que possa, de alguma forma, ser comprovada ou questionada. A força dos atos de enunciação reside na competência individual dos enunciadores.

Analisados estes aspectos relativos ao quadro da enunciação, passo agora para a segunda parte deste trabalho. Nela, as análises se amparam em aspectos relativos aos dois planos da heterogeneidade discursiva: o da heterogeneidade mostrada e o da heterogeneidade constitutiva.

PARTE II

ASPECTOS DA HETEROGENEIDADE NO DISCURSO

SEPARATISTA

CAPÍTULO 3

O DIALOGISMO POLÊMICO

Neste capítulo, considero alguns aspectos que se relacionam à heterogeneidade discursiva. Para a descrição da heterogeneidade, será preciso considerá-la nos dois planos já conhecidos: o da heterogeneidade *mostrada* e o da heterogeneidade *constitutiva*. A primeira se configura através de marcas explícitas que podem ser recuperadas na superfície discursiva e a segunda pode ser definida a partir das noções de discurso e interdiscurso. Inicialmente, trabalho alguns elementos relativos ao dialogismo polêmico mostrado.

Para Maingueneau (1987:75), falar em heterogeneidade do discurso não significa “lamentar uma carência, mas tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’. As formações discursivas não possuem duas dimensões - por um lado, suas relações com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior - mas *é preciso pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior*” (grifo do autor). Visto deste ângulo, o discurso é sempre marcado pelas relações que mantém para “fora” e para “dentro”, o que impede que seja visto como uma realidade independente ou isolada. No discurso polêmico, a heterogeneidade ganha uma dimensão especial, porque neste domínio o crucial é mostrar as oposições possíveis entre os discursos que vão compor um debate.

A abordagem será feita a partir da discussão a respeito da própria organização do debate separatista (GS), através do dialogismo polêmico mostrado, estrutura fundamental para a configuração da relação polêmica. Em seguida, analiso o fenômeno da ironia, forma peculiar de heterogeneidade mostrada na qual “faz-se ouvir ouvir uma voz distinta daquela do locutor (...) que enuncia algo de deslocado e do qual o locutor se distancia por seu tom e sua mímica” (Maingueneau, 1996:95). Por último, apresento o quadro teórico dos *topoi* argumentativos, formulado por Ducrot, que me permite avançar um pouco mais nas análises de fatos lingüístico-argumentativos do discurso.

3.1 - A recorrência dos temas

Para Maingueneau, o estudo do dialogismo polêmico mostrado, por tratar de temas controversos, pode ser de grande valor para a Análise do Discurso:

Se é o próprio universo do Outro que é rejeitado, *a priori* qualquer um de seus enunciados pode ser questionado; entretanto, a lista de assuntos efetivamente debatidos parece muito limitada se for comparada com a lista dos debates possíveis: as controvérsias giram, em geral, obstinadamente, em torno de alguns pontos, deixando na sombra zonas imensas. É difícil de aí não perceber *pontos-chave*, do mesmo modo como se fala de *palavras-chave*, que constituem outras tantas vias privilegiadas de acesso ao dialogismo constitutivo. Mas, precisamente, os assuntos de controvérsia são previamente levantados em dois domínios: as zonas que já foram objeto de ataques e aquelas que ainda não foram debatidas. No primeiro domínio, o discurso filtra, entre os enunciados contra ele dirigidos, os temas aos quais lhe parece impossível não responder; no segundo, ele mesmo define os pontos que, no conjunto dos textos do adversário, lhe parecem particularmente importantes. De um lado como do outro, o analista postula que as “escolhas” são reveladoras e permitem invalidar ou corroborar hipóteses (1987:124).

Considero significativa essa passagem de Maingueneau, pois acredito que as escolhas dos polemistas da GS são particularmente relevantes para a compreensão do discurso regionalista/separatista brasileiro, pois, como diz o autor, permitem visualizar os *pontos-chave*, tão importantes para a identificação das intenções e das estratégias dos LCs. Através da análise destes elementos, creio ser possível avaliar a qualidade deste discurso. Identificar a estratégia argumentativa utilizada por um locutor que deseja manifestar-se contrariamente à presença nordestina em São Paulo, por exemplo, pode resultar no reconhecimento de uma prática racista/preconceituosa que seu autor não quer dar a conhecer. Por outro lado, a estratégia também não deve impedir a veiculação de determinado sentido, ou discurso, o que redundaria no aniquilamento da própria disputa. Os LCs vivem o conflito deste jogo, pois sabem ser necessário manter controlados os efeitos de sentido produzidos pela enunciação.

Deste ponto de vista, a polêmica instaurada pela GS é significativa de que certos fatos são sistematicamente esquecidos pelo eixo discursivo oposto e, quando são referidos, só o são porque serão usados para negar a validade do argumento do adversário. Um bom exemplo é o caso da contribuição dada pelos nordestinos para o desenvolvimento do país, fato nunca lembrado pelo discurso pró-sulista e sempre presente no pró-nordestino. Assim, vê-se que as questões econômicas e políticas passam a mobilizar cada vez menos a atenção dos polemistas e em seu lugar outros argumentos ganham relevância, tais como os transcritos a seguir:

A respeito ainda da GS, acredito que todos os sulistas pensam que o Nordeste é do jeito que eles pensam. Se lessem ou ouvissem música popular brasileira teriam outra idéia. Já disse o grande poeta Ivanildo Vilanova na sua música-poesia Nordeste Independente (...) (GS/C.97).

Bobô deve erguer as mãos para os céus e agradecer a Deus por ter sido contratado pelo São Paulo, pois, caso estivesse no Bahia, jamais teria sido reconvocato para a Seleção (ler-se combinado Rio-São Paulo) da dupla Lazarone/Eurico Miranda. Paulo Rodrigues e Zé Carlos já estão conscientes de que, para serem convocados, têm de se transferir para o Sul. (GC/C.62).

Apesar de tão criticado, o Nordeste está mostrando do que é capaz: temos hoje um presidente da Câmara Federal, o melhor humorista do Brasil, Chico Anísio, juntamente com Renato Aragão, e um campeão brasileiro de futebol, o Esporte Clube Bahia. (GS/C.58).

Estes enunciados são representativos de desvios na cadeia argumentativa da GS, e sua comparação com alguns enunciados já examinados pode mostrar como os locutores vão filtrar, nos discursos mobilizados, elementos que consideram *pontos-chave* para a disputa em questão. Nestes enunciados, por exemplo, os locutores nordestinos argumentam em favor de seus próprios valores, atacando os *pontos-chave* escolhidos pelos locutores sulistas (os nordestinos são economicamente dependentes do S, não gostam muito de trabalhar, etc.). O eixo argumentativo pró-nordestino mostra que os nordestinos são competentes e trabalhadores remetendo a polêmica para outro domínio (da música, do futebol, do humor...).

É claro que sempre se pode imaginar que, se todos os argumentos fossem rejeitados pelo oponente, teríamos, inevitavelmente, o fim do debate. É indispensável então que os polemistas encontrem pontos nos quais possam fazer a ancoragem de seus argumentos, ainda que seja necessário fazer concessões apenas para garantir a continuidade do debate e, assim, a possibilidade de manter viva a própria voz.

3.2 - A estrutura básica da polêmica

O mecanismo do discurso polêmico descrito aqui sustenta-se sobre uma estrutura básica. Em primeiro lugar, os LCs justificam sua participação no debate. Muitos deles explicitam que, de fato, não gostariam de participar de uma discussão deste tipo que, para muitos LCs, só serve para mostrar o quanto o povo brasileiro é “discriminante”, mas que não conseguem deixar de opinar, ainda que se esforcem para isso. *Resolvi escrever a esta coluna para manifestar minha total e absoluta inconformidade com este besteiro que nordestinos e sulistas (...) (C.101); Desta vez não consegui, apesar do denodado esforço no sentido, calar-me perante a verdadeira ignomia cometida por um tal sr. JBB (...) (C.25); Venho acompanhando regularmente a GS, versão epistolar, com divertimento e algumas vezes com tristeza ou irritação. Mas sempre sem desejo de participar que só surgiu agora diante da (...) (C.53).*

No movimento seguinte, o locutor introduz a voz de outro(s) enunciador(es) E1, E2... e, frequentemente, Eon: *Há mais de 40 anos ouço dizer que o país tem de ajudar o NE para resolver seus problemas (...) (GS/C.02) A explanação do sr. FFA foi muito clara, realmente concordo com ele...(C.52); Tem razão o sr. TMC: Plácido de Castro é gaúcho...(C46); O nordestino tem cabeça, tem talento, tem garra. Quem o afirma é dona Rachel de Queiroz...(C.51).* A partir deste ponto o locutor (assimilado ou não ao enunciador) vai conduzir o ato enunciativo de forma a explicitar de fato seus propósitos. O fato de o locutor introduzir em sua enunciação outra voz que não a sua denota a necessidade que ele tem de dar uma boa impressão de si mesmo, de mostrar-se acessível à argumentação do adversário. Esta passagem, no entanto, é fundamental para identificar quem é que realmente tem razão. Mas, se o discurso do outro serve como o ponto inicial da enunciação, não é porque ele é assimilado ao do locutor,

mas sim porque garante um elemento para a refutação deste. Assim, aquilo que põe o “outro” em evidência é trazido para o interior da enunciação no intuito de mostrar o quanto este “outro” é desinformado ou preconceituoso. Mostrar o engano do “outro” é uma forma de operar, simultaneamente, a qualificação (positiva) daquele que enuncia pela desqualificação (do outro), fazendo um movimento semelhante ao da gangorra: enquanto o enunciador está “no alto” o adversário está, necessariamente, “em baixo”.

Para exemplificar o que ficou dito acima, vou considerar a estratégia argumentativa que se desenvolve entre dois locutores antagonistas:

LC/FFA

(...) Outro dia era um marcantônio qualquer insinuando uma contestação à participação dos cearenses na revolução acreana. Sim, de fato Plácido de Castro não era cearense, mas sem os cearenses nunca teria feita aquele movimento. Decerto ele nunca leu o livro editado pelo próprio Plácido de Castro e seu irmão Genesco, sobre a epopéia acreana. Se tivesse lido não diria besteiras. Na primeira página está escrito: “O Acre foi um presente dos cearenses ao Brasil.” Quem escreveu isso aí foi Plácido de Castro: E agora, José? Vai ficar tremendo a cara...

O Rio Grande do Sul foi um dos três (provincias à época) que se adiantou na campanha libertadora da escravidão, tornando livre seus negros antes da Lei Áurea. Era 1884, quatro anos antes da Lei, que é de 1888. E os gaúchos são orgulhosos desse fato. Mas o que não dizem é que o Rio Grande do Sul era governado por um nordestino, do Ceará, José Júlio Albuquerque. Não sabem disso. São ignorantes da história. Os demais Estados foram Ceará e Amazonas, ambos governados pelos “cabeças-chatas”.

A primeira mulher a entrar na Academia Brasileira de Letras era também cabeça-chata. O primeiro edifício de apartamentos do Rio de Janeiro foi construído por um cearense, assim como o primeiro sistema crediário do Rio.

O único brasileiro que até hoje ocupou a chefia dos três poderes foi um nordestino. Epitácio Pessoa, da Paraíba. Eram nordestinos Graça Aranha, Humberto Campos (...). Foram fundadores da Orquestra Sinfônica Brasileira Eleazar de Carvalho e José Siqueira, ambos nordestinos. O último regeu anos seguidos orquestras da União Soviética, e Eleazar várias Sinfônicas dos Estados Unidos.

Sabem como se chama isso? Competência! (GS/C.39)

LC/CMA

A explanação do sr. FFA (edição nº 1018) foi muito clara, realmente concordo com ele que somos ignorantes da história, mas por todos os fatos que ele levantou restam algumas questões:

— Se os “cabeças-chatas” (termo usado por ele) sempre estiveram e estão no poder, por que não resolveram os problemas da miséria do Norte e Nordeste?

— Quem são os maiores latifundiários?

— “Competência” para o País ou para o bolso deles?

É muito bonita sua defesa, sr. F, mas demagogia não alimenta o povo com fome!

Gostaria de salientar a todos os nortistas e nordestinos o motivo de toda essa polêmica: sempre deturparam a história dizendo que nós extorquíamos vocês, mas “santo de casa não faz milagre”, prova disso é que foram os nordestinos e nortistas que estavam e estão no poder. Estávamos vivendo muito bem até pintarem-nos como cafajestes da história, sendo que os verdadeiros canalhas estão ficando cada vez mais ricos e impunes.

Sem guerra, o que não adianta é acusar a nós do Sul/Sudeste de causadores de tanta desgraça; afinal, o sr. F deixou bem claro que nunca tivemos capacidade para tanto. (GS/C.52)

Primeiramente, o LC/CMA diz concordar com o locutor do eixo argumentativo oposto, LC/FFA: (...) *concordo com ele que somos ignorantes da história* (...) para, logo em seguida, opor-se aos argumentos do LC/FFA, sua verdadeira intenção. Reconhece que ignora as personalidades nordestinas ilustres citadas pelo LC/FFA, bem como a importância que tiveram para a história do país. A argumentação do LC/CMA vai se dar a partir desta concessão feita ao LC/FFA. A concessão feita ao adversário permite o aparecimento da contra-argumentação, que neste caso incide exatamente sobre a argumentação anterior. Baseado na fala de LC/FFA, seu adversário quer saber como uma região que possui tantos nomes ilustres, que estão e muitas vezes estiveram no poder, pode ser responsável pelo estado miserável do NE. Se eles nada fizeram não são competentes, ou são competentes apenas para cuidar dos próprios bolsos (os maiores latifundiários). E conclui dizendo que o S é que não pode ser responsável pela miséria nordestina, já que, segundo LC/CMA, que na verdade atribui essa idéia ao LC/FFA através da ironia, “os sulistas não são competentes”.

3.3 - A Enunciação Polifônica

A proposta defendida por Ducrot em *Esboço para uma teoria polifônica da enunciação* é a de questionar o pressuposto lingüístico da unicidade do sujeito falante. Segundo Ducrot, *todo enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação, qualificação que constitui o sentido do enunciado* (Ducrot, 1984:164). A descrição da enunciação consiste na recuperação de indicações que o próprio enunciado apresenta sobre seu autor. Em termos polifônicos, pode-se dizer que a descrição da enunciação possibilita o reconhecimento das vozes que se manifestam num único evento enunciativo para o qual se poderia, empiricamente, atribuir um único enunciador. Retomo inicialmente alguns exemplos apresentados por Ducrot para poder definir melhor o modo de atuação das vozes enunciativas nos textos da GS.

Diz Ducrot que, tradicionalmente, as análises lingüísticas da enunciação reconhecem três propriedades constitutivas do sujeito falante. A primeira diz respeito ao fato de que ele é dotado da capacidade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado: *se X diz "O tempo está bom" em um certo momento, num certo lugar, é a X que se deve atribuir o trabalho muscular e intelectual necessários (a produção audível, a formação de um julgamento, escolha de palavras, etc.) ao ato enunciativo*. A segunda propriedade constitutiva do sujeito é a de ser o autor a própria origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado: *O sujeito é aquele que ordena, pergunta, afirma, etc. Retomando o exemplo anterior "O tempo está bom" dir-se-á que o mesmo X que produziu as palavras "O tempo está bom" é também aquele que afirmou o bom tempo*. A terceira propriedade é a capacidade de o sujeito ser designado em um enunciado com as marcas de primeira pessoa. Nos enunciados simples, produzidos em contextos igualmente simples não haveria, segundo Ducrot, dificuldade em se atribuir à mesma pessoa as três propriedades constitutivas do sujeito falante, como no exemplo descrito por ele: *"Na semana passada eu estava em Lyon", utilizado para responder à pergunta "Onde você esteve na semana passada?", se representamos por L o indivíduo a quem a pergunta é endereçada e que articula a resposta, é L que é designado por eu (é de L que se diz que estava em Paris) e é ainda L que assume a responsabilidade do ato de afirmação veiculado pelo enunciado*.

No entanto, de acordo com Ducrot, quando se trata de contextos mais complexos, a tese da unicidade pode apresentar dificuldades. É o que se pode ver em casos de retomada, como nessa descrição: *L, a quem se censurou por ter cometido um erro, retruca: "Ah! eu sou um imbecil; muito bem, você não perde por esperar!"*. L, que é o produtor empírico do enunciado e o ser designado pelo "eu", não pode ser responsabilizado pelo ato de afirmação do primeiro enunciado - já que L o contesta.

Depois de ter distinguido o locutor (ser do discurso) do sujeito falante (ser empírico), Ducrot parte para outra distinção, desta vez no próprio interior da noção de locutor, a saber: o "locutor enquanto tal" (L) e o locutor "enquanto ser do mundo" (λ). Assim, para ele, *L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa "completa", que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado - o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado*. Para mostrar a distinção entre estes personagens, Ducrot toma o exemplo do *ethos* retórico: *Um dos segredos da persuasão tal como é analisada a partir de Aristóteles é, para o orador, dar de si mesmo uma imagem favorável, imagem que seduzirá o ouvinte e captará sua benevolência. Esta imagem do orador é designada pelo *ethos*. Não se trata de afirmações auto-elogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa (...) mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos (o fato de escolher ou de negligenciar tal argumento pode parecer sintomático de tal qualidade ou de tal defeito moral)*. Para o autor, o *ethos* está relacionado a L: *é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado de certos caracteres que, por contraponto, tornam essa enunciação aceitável ou desagradável*. O que o orador diz a respeito de si mesmo, isto é, quando ele é o próprio objeto da enunciação, relaciona-se a λ , o ser do mundo. Mas Ducrot propõe ainda uma segunda forma de polifonia a partir da noção de enunciador: *Chamo "enunciadores" estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuem palavras precisas; se eles "falam" é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras (...) o locutor responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. E sua posição própria pode se manifestar*

seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante, seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a eles. Vê-se então que, para o autor, é ao enunciador que se deve atribuir a responsabilidade do que é dito na enunciação.

Feitas essas retomadas da tese ducrotiana, apresento a seguir um texto publicado no interior da GS cujos enunciados apontam para o mecanismo da polifonia:

Tenho, por princípio, tido uma certa cautela sempre que tomo conhecimento de opiniões emitidas por algum doutor do “Sul maravilha”, com relação a assuntos de ordem econômica envolvendo o NE, como é o caso específico da criação das ZPEs. É claro que tal decisão não pode interessar à FIESP nem ao “especialista” da Unicamp, Wilson Suzigan, já que o NE é mercado cativo das indústrias do Sul, especialmente daquelas localizadas no Estado de São Paulo (GS/C.01).

O autor desses enunciados mobiliza pelo menos quatro vozes distintas:

- 1) **L**⇒ o locutor enquanto tal (responsável pela enunciação), e que, neste caso, dá ele mesmo visibilidade a **λ** que, por sua vez, é o ser a quem se pode atribuir a origem dos enunciados, assinalado pelas marcas de primeira pessoa (“tenho”, “tomo”);
- 2) **E1**⇒ o enunciador que se coloca como representante do pensamento nordestino em relação àquilo que o S pensa acerca da economia nordestina e que, nessa enunciação, se assimila ao próprio **L**;
- 3) **E2**⇒ enunciador que introduz o pensamento sulista em relação à economia nordestina; e
- 4) **E3=on**⇒ que introduz a voz de um certo enunciador coletivo que dá como pressuposto a idéia da subordinação nordestina através do enunciado *já que o Nordeste é mercado cativo das indústrias do S.*

O enunciador (**E1**) se mostra como alguém cauteloso em relação às idéias que sulistas (**E2**) têm sobre a economia nordestina. Ao mesmo tempo, garante que esta decisão - a cautela - não vai interessar à FIESP nem ao especialista da Unicamp (sulistas, portanto), porque o *NE é mercado cativo das indústrias do S.* A argumentação de **L** é produzida a partir da imagem negativa que ele faz do modo como os sulistas tratam as

questões de ordem econômica relativas ao NE (E1); não são os dados apresentados pelo jornalista e especialistas sulistas (E2) que serão questionados, nem mesmo os critérios utilizados pelo jornalista para dizer que a implantação das ZPEs no NE será mais uma maneira de o NE explorar o S. A explicação para a atitude sulista dada por L é apresentada através do enunciador **Eon**: *O NE é escravizado pelas indústrias sulistas*, afirmação que pode ser atribuída a **ON** e que aponta para a voz de um enunciador coletivo, acionada por L, mas à qual não pode ser atribuída um enunciador empírico. Esta voz coletiva é, assim, assimilada por L, que pode, então, desautorizar E2. É a partir da polifonia (L assimilado a **Eon**) que a enunciação de E2 será desautorizada: ainda que os sulistas sejam especialistas, não são pessoas isentas para falar a respeito da economia nordestina, desde que a eles pode ser atribuída a pecha de exploradores e, portanto, o que eles dizem não merece crédito.

Observe-se que a enunciação deste LC reintroduziu outro eixo argumentativo (*o S explora o NE*) antagônico ao primeiro (*o NE explora o S*), ambos já postos anteriormente. Estes dois eixos argumentativos correspondem a duas formações discursivas (daqui em diante FD1 e FD2, respectivamente), a partir das quais o debate se instala e a partir das quais evoluirá.

Para dar conta das análises subseqüentes, será preciso definir a expressão “formação discursiva”, introduzida no parágrafo anterior, no interior da AD. Para a AD, uma formação discursiva é um conjunto de regras que determina o “que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harena (sic), um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura (...) [uma formação discursiva] existe historicamente no interior de determinadas relações de classe; pode fornecer elementos novos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas formações ideológicas”(Pêcheux, 1975, pp.166-167). As formações discursivas, diz ainda a AD, são capitais para a apreensão do sentido de uma seqüência que somente será “materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)(p.169).

Reconheço nos enunciados *o S explora o NE* e *o NE explora o S* a sumarização de duas formações discursivas que correspondem aos pólos argumentativos

básicos do embate e que demarcam o que pode e deve ser dito (também o que não pode ser dito) no interior do discurso pró-sulista e pró-nordestino, assim como definem suas relações de sentido. A carta seguinte, da mesma forma que as duas anteriores, apresenta fatos levantados pelo jornalista e também introduz uma idéia que atravessa FD2: *O NE sempre deu prejuízo ao Brasil:*

Há mais de 40 anos ouço dizer que o país tem de ajudar o NE para resolver seus problemas. Toneladas de dinheiro foram canalizadas àquela região e tudo continua igual: apenas foram resolvidos os problemas dos "caciques", pouco sobrou para o povo e nenhum retorno ao País. Os espertalhões da Velha República conseguiram tomar o poder e instalaram o "tudo pelo Nordeste": Sarney e Mailson, Antônio Carlos e até o Prisco adonaram-se do cofre. Depois de todas as bandalheiras dos incentivos fiscais, agora, por decreto, as ZPE serão os novos canais de suprimento dos malandros. Sem falar no trezinho, admissível se fosse para conduzir as suas origens aquele sem-número de incompetentes e interesseiros encravados nos mais diversos escalões (GS/C.02).

Ao acionar **Eon**, **L** assume a mesma posição deste, sem, no entanto, poder ser responsabilizado pelo próprio enunciado (embora seja o responsável pela enunciação). É significativa, neste caso, a aparição de uma certa autoridade polifônica que procede de **Eon** e que é invocada para atualizar os enunciados que dizem mal dos políticos nordestinos. **Eon** se expressa através da enunciação de **L**, sem que seja possível atribuir-lhe palavras precisas (só há uma marca de primeira pessoa). Observe-se que este LC, ao agir desta forma, faz com que a idéia do prejuízo que o nordeste dá ao país pareça óbvia e verdadeira demais para ser contestada. Entretanto, ao mostrar **Eon**, **L** garante para si uma certa posição e isto, por si só, é suficiente para dar importância a esta posição, como diz Ducrot (1984:193).

Mas há, ainda, outra razão que vai mobilizar os LCs pertencentes à FD2: a nordestina Luiza Erundina é a prefeita de São Paulo, fato que também foi referido pelo jornalista, e é de tal fato que trata uma carta publicada logo a seguir:

Luiza não é Rosa. É um sopro violento de nordestino itinerante na vida de São Paulo. É a surpreendente escolha irresponsável de uma ilustre Erundina perdida no tumulto político

da fértil terra de Piratininga. É a lamentável ausência do sentimento glorioso do tradicional paulistano, que infelizmente está perdendo sua histórica identidade. A São Paulo de hoje não é mais a romântica cidade da garoa de antigamente. São Paulo é um doente com as queixas e lamúrias de um obeso e oberado (GS/C.03).

Nestes enunciados não há nenhuma marca de 1ª pessoa, mas observa-se no primeiro enunciado o jogo argumentativo da negação polêmica (*Luíza não é Rosa*)¹, também estudado por Ducrot. Neste enunciado, L (o locutor enquanto tal) põe em jogo dois enunciadores, o primeiro (E1) responsável pela asserção *Luíza é Rosa* (positiva em relação aos nordestinos) e o segundo (E2) que enuncia *Luíza não é Rosa* (negativo em relação aos nordestinos), ao qual L se assimila. Desta forma, L opõe-se não a um locutor real, mas ao enunciador E1, que o próprio L coloca em cena no seu próprio discurso, e que não pode ser identificado com nenhum autor efetivo. Veja-se que o enunciado negativo serve como ponto incitativo a partir do qual será possível ler os enunciados restantes que são atribuídos a um Eon que, por sua vez, representa uma “voz” do passado, mas que vive o presente de São Paulo e que por isto se comporta como quem tem autoridade para dizer que no passado (sem os nordestinos) era muito melhor. A passagem de um período para o outro tem como marco a eleição da nordestina Luíza, como se pode ver, por exemplo, nestes dois enunciados que devem ser atribuídos a Eon: [Erundina] *É a lamentável ausência do sentimento glorioso do tradicional paulistano, que infelizmente está perdendo sua histórica identidade.(...)*. Esse texto produz a desqualificação de São Paulo (do 2º período) a partir da desqualificação de Erundina, que é tomada como o elemento catalisador dos problemas causados pelos NEs em São Paulo. Este texto apresenta um enunciado recorrente nas cartas dos paulistas/sulistas, que é a citação do passado de São Paulo. Essa recorrência parece definir um marco na história da cidade, antes e depois dos nordestinos, confrontando a grandeza, a glória e a tradição da cidade, no passado, com os problemas de uma cidade doente, endividada e inchada (obesa) pela presença nordestina. A remissão a esse passado específico pode ser vista em outros

¹ É possível pensar que no enunciado *Luíza não é Rosa* o LC esteja fazendo uma referência a Rosa Luxemburg, notável intelectual e líder política marxista.

momentos da história do estado, ou por causa do café, ou dos bandeirantes ou, ainda, por causa do seu desenvolvimento industrial, conforme observou Love.²

A matéria de Nassar e as cartas publicadas pela revista, que respondem ou aludem às alegações do jornalista, quase sempre através de **Eon**, indicam que o debate é anterior e bem conhecido, como se vê nos enunciados: (...) *É preciso lembrar que, pela primeira vez, um governo toma a iniciativa de fazer alguma coisa por este sofrido povo do Norte/Nordeste (...)* (C.06); *Há mais de 40 anos ouço dizer que o país tem de ajudar o NE para resolver seus problemas. Toneladas de dinheiro foram canalizadas àquela região e tudo continua igual (...)*(C.02); *O NE não recebe toneladas de dinheiro. Se o fizesse não seria mais o quintal do Brasil* (C.04). Assim, a argumentação se desloca no tempo, instruindo a polêmica que vai, continuamente, auto-referindo-se (...pela primeira vez... há mais de 40 anos... tudo continua igual...não seria mais...).

É do interior deste quadro (exploração/não-exploração) que outros argumentos serão mobilizados, ocasionando, algumas vezes, afastamentos significativos em relação às questões inicialmente propostas pelos LCs.

Mas até inocentes atitudes bairristas, que muitas vezes beiram o puro exibicionismo, também podem servir para a manifestação de pontos de vista mais hostis, que aparecem nesse discurso. Estes pontos de vista, que vão sendo incorporados aos já formulados, podem ser considerados como novos apenas no que diz respeito a seu aparecimento particular, pois eles também expõem opiniões já conhecidas a respeito de atitudes e características de nordestinos e sulistas, como se pode observar nos enunciados que se seguem:

- 1) (...) *A grandiloquência gaúcha, por exemplo, até outro dia servida ao país em largas doses pelo ex-ministro Brossard. Isso não é coisa portuguesa, com certeza. Parece mais coisa adquirida dos vizinhos platinos (“no temblas tierra, que no te quiero hacer mal”, disse um deles caindo ao chão durante um terremoto)* (GS/C. 53).
- 2) (...) *A miséria assusta o sulista. A indigência é um estado vergonhoso, que o sulista repudia. O povo não tem culpa de ser*

² Ver Joseph Love. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889/1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

conduzido pelos famosos senhores de engenho, e o migrar, diante do estado lastimoso, é a opção humana de salvação (GS/C. 60).

Nestes textos encontram-se alguns dados, que serão também incorporados à polêmica, que revelam o conhecimento dos locutores a respeito de certas características regionais. De um lado temos *a grandiloquência gaúcha*³, que é aqui atribuída à provável influência exercida pelos países com os quais o RS faz fronteira e, note-se, o locutor mostra isso utilizando-se de uma piada, estratégia interessante, pois permite veicular preconceitos de forma indireta; e, de outro, o enunciado *A indigência é um estado vergonhoso, que o sulista repudia*. Mas, para o povo nordestino, acostumado a ser conduzido por sua elite, a miséria (migração) *é a única opção de salvação*.

3.4 - A estratégia da ironia

A relação polêmica parece carregar em si mesma uma contradição: ao mesmo tempo que pretende reduzir o outro ao silêncio, ela precisa manter vivo o discurso deste outro, seu antagonista, porque é a partir dele que o locutor pode garantir a manutenção de sua própria voz. Entre os aspectos assinalados por Ducrot relativos à presença de enunciadores instituídos pelos locutores, a ironia é, provavelmente, um dos mais interessantes. Para o autor, *Falar de modo irônico é, para um locutor L apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciadador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação. A distinção do locutor e do enunciadador permite assim explicar o aspecto paradoxal da ironia colocado em evidência por Berrandoner: de um lado, a posição absurda é diretamente expressa (e não mais relatada) na enunciação irônica e ao mesmo tempo ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídos a outro personagem, E (1984:197).*

³ Em outros textos veremos que a “grandiloquência” sulista será atribuída ao fato de que os sulistas são descendentes de europeus e, a partir disso, os LCs nordestinos vão sugerir que os sulistas mantêm posições nazifacistas.

Ducrot diz que o essencial à ironia é que *L não coloque em cena outro enunciador E'*, que sustentaria o ponto de vista razoável. Se *L* deve marcar que é distinto de *E*, é de uma maneira totalmente diferente, recorrendo, por exemplo, a uma evidência situacional, a entonações particulares, e também a certos torneios especializados na ironia como *Que ótimo!*, etc. (1984:198). Os textos que se seguem mostram de que modo a ironia pode funcionar numa situação concreta de enunciação.

O nordestino tem cabeça, tem talento, tem garra. Quem o afirma é dona Rachel de Queiroz, uma nordestina também. E é isso aí! Por favor, nordestinos e nordestinas, peguem essa cabeça, esse talento, essa garra e voltem lá para cima. O Nordeste precisa de vocês. Transformem aquele enorme pedaço do Brasil em um esplendoroso Norte Maravilha. Nós, aqui embaixo, estaremos torcendo todos por vocês. É verdade, ficaremos quase desamparados sem vocês, mas não se avexem por isso (GS/C.51).

É visível que este *L*, que se quer fazer passar por *E* e ser a fonte da enunciação, não pode ser assimilado a *E*. Mesmo que *L* assuma como suas as palavras de *E* (*E é isso aí!... peguem essa cabeça, esse talento, essa garra...*) está claro que não fala a sério. É desta forma, fingindo que acredita que os nordestinos são o que *E* afirma, que *L* mostra como este ponto de vista é absurdo. Mas é patente também que só é possível a *L* proceder dessa maneira porque não há outro enunciador que possa justificar o ponto de vista segundo o qual os nordestinos são talentosos. Ainda que *L* tenha explicitado a presença de outro *E* (Rachel de Queiroz), isto não pode ser levado em consideração, já que ela também é nordestina.

A mesma estratégia pode ser encontrada no final do texto anteriormente analisado, que retomo aqui:

Sem guerra, o que não adianta é acusar a nós do Sul/Sudeste de causadores de tanta desgraça; afinal, o sr. F deixou bem claro que nunca tivemos capacidade para tanto (GS/C.52).

Novamente, *L* finge concordar com o ponto de vista de *E*= os nordestinos é que são capazes de grandes realizações e não os sulistas. *L*, com esta estratégia,

justifica que os sulistas não podem ser responsabilizados pelos problemas do NE, através da própria enunciação de E (os sulistas não são capazes). Mas se os nordestinos são tão bons quanto afirma E, se sempre estiveram no poder e não resolveram os problemas do NE, é porque não são competentes. A enunciação de E não pode, então, ser levada a sério.

O confronto estabelecido entre enunciadore s nordestinos e sulistas, como se pôde ver nas análises já apresentadas, traduz-se numa disputa argumentativa entre duas FD's. A seguir, para averiguar o funcionamento de aspectos lingüísticos desta disputa, vou aplicar em alguns textos a teoria dos "topoi argumentativos" formulada por Ducrot.

CAPÍTULO 4

COMPETÊNCIA E TRADIÇÃO

Neste capítulo, apresento alguns dados que remetem para dois temas básicos do discurso separatista, a saber, a competência e a tradição. As análises que se seguem mostram que para a FD1 a contribuição da força de trabalho nordestina dada ao S, assim como o fato de haver várias personalidades nordestinas com destaque no país, são representativas da competência e da tradição nordestinas. Essa competência nordestina será questionada pelos LCs sulistas, que querem mostrar que o atraso e a miséria do NE se devem aos políticos nordestinos e, por extensão, aos próprios nordestinos. A tradição, sob este ponto de vista, é a da corrupção, da defesa dos próprios interesses e do abandono do povo mais pobre. Para os enunciadores de FD2, a competência sulista pode ser comprovada através da qualidade de seu trabalho que é justificada por esses enunciadores em função da imigração européia para o S.

4. 1 - As diferentes noções de trabalho

O problema que a questão das “diferenças” coloca situa-se na fronteira do “tolerável”. A esse respeito, o filósofo Humberto Giannini, no artigo *Acolher a estranheza*, observa que a tolerância às idéias do Outro passa, necessariamente, pela capacidade de reconciliação das próprias idéias de um indivíduo (ou um sistema) com um aspecto da experiência dos valores dos Outros. Não se trata, então, de aceitar a diferença, mas de “assimilar o corpo estranho que o solicita (ao indivíduo ou ao sistema) o que implica numa reorganização interior”(p.20-22).

Na prática, no entanto, a “diferença” não se revela apenas como elemento indicativo de uma certa qualidade, mas serve, freqüentemente, para apontar o quanto ela nos torna melhores do que o Outro e o quanto são inaceitáveis este Outro e suas “outras” diferenças.

Na constituição das imagens de nordestinos e sulistas, presentes nos discursos separatistas nordestino e sulista, nenhuma diferença é tão postulada quanto

aquela relativa à noção de trabalho. Nos enunciados das cartas transcritas e analisadas a seguir aparecem nitidamente as dificuldades de reconciliação dos pontos de vista de enunciadorees situados em FD's diferentes, a respeito de quem é, de fato, "trabalhador":

Considero ridícula a carta do sr. FFA (Isto é nº 1018). Gostaria de dizer ao sr. F que nós, gaúchos, somos orgulhosos de muitos outros fatos, e não só daquele arrolado por ele. Desnecessário considero relacionar nomes ou episódios de meu Estado, que sempre teve como estandarte a sua tradição. E vem esse cidadão nordestino nos atirar na cara que somos ignorantes da história! Mas que história tão relevante tem seu Nordeste, sr. F, senão a de dar prejuízos ao resto do país. Poderia eu, isto sim, aumentar a lista de "competentes nordestinos" que, não sei como, alcançaram o poder e só servem para corromper a seu favor e maltratar o coitado do nosso povo. No entanto, cito apenas um que, creio, o sr. deve ter esquecido na sua relação de "competentes": José Sarney (GS/C.47).

Este LC, vou chamá-lo M, refere-se à mesma carta respondida pelo LC/CMA (segundo exemplo de ironia, analisado na página 84) e mostra que eles pensam de forma semelhante, embora a atitude de LC/M seja mais dura em relação à tradição nordestina. O que LC/M diz não pode ser relativizado pela presença dos argumentos presentes no texto de LC/CMA, que tornam a enunciação menos emotiva, por estar calcada na evidência dos fatos. LC/M não concorda com o LC/FFA: ele não é um desconhecedor da história. LC/M mostra-se irritado com a posição assumida por LC/FFA, que avalia positivamente a tradição nordestina através de algumas personalidades ilustres do NE que se destacaram no país, porque este não tem tradição para estabelecer o confronto. Aliás, tem tradição. A tradição da incompetência, de dar prejuízos ao país.

A tradição reivindicada pelos nordestinos geralmente encontra-se manifesta na aspereza da natureza e na capacidade do nordestino de sobreviver a ela. O nordestino é, para esta corrente de pensamento, aquele que sai do nada em busca de melhores condições para viver, um quase-herói:

O Nordeste, antes de tudo, é uma região bastante desprotegida pelas condições climáticas, geográficas, etc., tendo sido sempre desprezada pelas administrações. Já está mais que provado ser uma região viável e produtiva. O certo é que a

integração deste país não passa de projetos engavetados. E o nordestino, em face de todo o problema, apesar de ser tachado de preguiçoso, continua firme, batalhador, buscando sua sobrevivência muitas vezes do nada. Tudo que existe neste país, de uma forma ou de outra, conta com a participação do nordestino.(GS/C.93)

Penso que estes diferentes pontos de vista são reveladores de que os nordestinos, no Brasil, de uma forma geral, e em São Paulo, em particular, são considerados como um corpo estranho que a comunidade não quer assimilar. É notável a negação da tradição nordestina pelos enunciadores sulistas e, mais significativa ainda, a necessidade que o discurso separatista tem de assinalar as diferenças de sentimentos e concepções existentes entre nordestinos e sulistas. A realidade atual dos nordestinos em São Paulo é considerada a partir da contribuição dada por eles para o desenvolvimento do S do país, mas esta contribuição tem, para os sulistas, um valor negativo, que consiste na abundância da mão-de-obra barata nordestina, freqüentemente utilizada na construção civil, área na qual os trabalhadores têm pouca ou nenhuma qualificação. A imigração européia, no entanto, é considerada a partir da qualidade de sua mão-de-obra e, mais ainda, pela idéia, amplamente divulgada no Brasil, de que os europeus trabalham mais do que os brasileiros. É uma questão de "competência", aquilo que diferencia nordestinos de sulistas. Os segundos têm seu reconhecimento garantido pela tradição européia (trabalho) na qual estão inseridos; os primeiros se constituem num peso cada vez mais insuportável para o S, já que seu trabalho não é reconhecido.

4.2 - Topoi argumentativos

Os textos analisados a seguir trazem dados relativos ao movimento separatista sulista República Federativa do Pampa que mostram, no interior de outra situação discursiva, a recorrência das imagens a respeito das "diferenças", abordadas no item anterior. No entanto, pretendo explorar nestes textos o modo pelo qual os enunciadores organizam seu discurso, formulando estratégias lingüístico-argumentativas que lhes permitam simular e/ou ocultar sua intolerância às diferenças, intolerância esta que pode refletir a adesão a discursos não mais aceitos pela sociedade de uma forma geral.

Em *Argumentação e topoi argumentativos*, Ducrot desenvolve uma hipótese que, a meu ver, pode se aproximar muito da Análise do Discurso, principalmente pelo fato de privilegiar os aspectos linguístico-argumentativos do discurso:

Enquanto lingüista semanticista, devo atribuir a cada uma das frases constitutivas de uma língua uma significação suscetível de explicar o sentido de seus enunciados no discurso. E ela o explica na medida, notadamente, em que comporta uma série de instruções às quais se é levado a conformar-se quando se tem que compreender seus enunciados (p.15).

Ducrot, neste texto, apresenta um novo e importante passo em direção a uma teoria da argumentação na língua, desenvolvida por ele e Ascombre em seus trabalhos. Trata-se da introdução da noção de *topos*, ou lugar comum interpretativo.

Para o autor, a diferença entre “sentido” (valor semântico do enunciado) e “significação” (valor semântico da frase) não se dá pela sobreposição do sentido à significação. A diferença está inscrita na própria natureza da frase. A “significação” não faz parte do “sentido”, mas é constituída de instruções com as quais se pode interpretar os enunciados da frase. A frase indica então como se pode e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados. Para dar conta disto, assume-se que a proposição

“O enunciado *E* contém um elemento semântico e que possui um valor argumentativo”

precisa satisfazer a três condições:

- a) *e* é um conteúdo no sentido de *E*;
- b) *e* é considerado, na enunciação de *E*, como uma justificação para uma certa conclusão *r* e
- c) a orientação de *e* para *r* deve estar fundada num princípio argumentativo, um *topos*.

Um *topos* (lugar comum interpretativo) se constitui de, pelo menos, três propriedades: deve ser universal, generalizado e gradual. Universal porque supõe, a fim de que se possa orientar em direção a *R*, que indivíduos partilhem determinados princípios. Generalizado porque deverá ser válido para situações diferentes daquela em questão. Finalmente, ele deverá ser gradual, o que significa dizer que os *topoi*, que asseguram a direção de uma conclusão, põem em funcionamento duas escalas agindo simultaneamente. Ducrot examina um enunciado que coloca em correspondência uma escala da *temperatura* e uma do *agradável*:

“Está fazendo calor, vamos à praia”.

Este enunciado pode ser interpretado a partir do *topos*:

“O calor torna a praia agradável”

O *topos* utilizado para a interpretação deste exemplo é “o calor torna a praia agradável”, o que implica o reconhecimento de duas escalas agindo simultaneamente, a da temperatura e a do agradável: quanto mais calor mais agradável a praia se torna. É claro que essa interpretação poderia ser objetada por alguém que, por exemplo, tenha alergia a calor:

“Sim, a temperatura está ótima para ir à praia, mas o calor me faz mal”.

Ducrot não chega a considerar isto como problemático, uma vez que o que está em questão é o valor argumentativo dos elementos semânticos, ou, nos termos de uma teoria polifônica, é o valor dos pontos de vista argumentativos atribuídos aos enunciadores e não do valor argumentativo dos enunciados. Ou seja, é o enunciador cujo ponto de vista está expresso no segmento que precede *mas* que aciona o *topos* em questão.

A relação polêmica, por sua própria natureza de confronto enunciativo, pode encontrar amparo seguro na proposição formulada por Ducrot. Um exemplo do seu emprego na análise de dados pode ser visto na situação descrita a seguir, na qual é possível perceber como diferentes orientações argumentativas disputam “sentidos”, sempre pressumidos por seus respectivos *topoi*. Os enunciados são apresentados por enunciadores

diferentes, o líder separatista gaúcho Irton Marx e um jornalista da Folha de S.Paulo, que têm pontos de vista diferentes em relação à criação da República Federal do Pampa:

Criada, a República Federal do Pampa se transformaria, em pouco tempo, no primeiro país de primeiro mundo da América Latina, disse Marx, que destaca a presença dos alemães e italianos entre a população. 'Não cremos em raça superior, mas sim em culturas diferenciadas', afirma.

Embora conteste qualquer conotação de racismo, Irton Marx disse que o novo país fechará suas fronteiras à mão-de-obra desqualificada, através da adoção de "medidas drásticas".

No enunciado de E1 (entrevistado):

"Não cremos em raça superior, mas sim em culturas diferenciadas"

pode-se localizar o *topos*:

*"ser racista significa aceitar que existam raças superiores"*⁴

Para construir este *topos*, E1, que é o responsável pela enunciação enquanto tal, coloca em cena outro enunciador (E). Provavelmente E é o chamado "on" (enunciador universal), ao qual já me referi anteriormente.

No enunciado de E2 (entrevistador),

E2 = Embora conteste qualquer conotação racista, Irton Marx disse que o novo país fechará suas fronteiras à mão-de-obra desqualificada através de "medidas drásticas",

reconhece-se o *topos*

"fechar fronteiras à mão-de-obra desqualificada através de medidas drásticas é ser racista".

Parece bastante evidente que há uma disputa entre duas orientações argumentativas - uma que *nega o racismo (E1)* e outra que *o aponta (E2)* - nas quais se

⁴ Este *topos* pode ser derivado, por exemplo, de: 1) "discriminar é ser racista"; 2) "fechar fronteiras aos menos qualificados é discriminar"; então 3) "ser racista significa aceitar que existam raças superiores (mais qualificadas)".

pode perceber que cada um dos *topoi* tem enunciadores diferentes. Para E1 é suficiente negar que existam raças superiores para negar que se é racista; para E2 o fechamento de fronteiras à mão-de-obra desqualificada através de atitudes drásticas é indicativo de racismo. Assim, E1 convoca um *topos* ao qual E2 diz não aderir - o racismo que remete à raça - e, mesmo sem enunciar, “E1 é racista”, faz com que essa conclusão pareça óbvia ao invocar outro *topos*, baseado na diferença cultural - fechar fronteiras à mão-de-obra *desqualificada* é ser racista. Dito de outra forma: o menos qualificado (o diferente, isto é, os nordestinos) não serve para ser cidadão desse novo país. Este é um exemplo típico de argumentação que não incide no valor argumentativo do enunciado, mas no valor argumentativo que está presente na orientação dada anteriormente. E2 jamais poderia negar que quem acredita que existam raças superiores é racista. Se assim o fizesse, aí é que correria o risco de ser chamado de racista.

Na seqüência da matéria encontramos:

Além disso ele (E1) menciona as razões econômicas - os desequilíbrios entre as diversas regiões - e a desproporção dos Estados na Câmara: 'Não podemos ser governados por pessoas mais atrasadas, o que está levando à destruição da família e à proliferação de políticos corruptos', disse Irton Marx.

de onde recorto:

“Não podemos (nós, sulistas) ser governados por pessoas mais atrasadas (os nordestinos).

O *topos* do qual E1 enuncia é:

“As pessoas mais atrasadas são corruptas e imorais”.

Mas, para Ducrot, cada *topos* tem duas formas recíprocas e equivalentes, uma forma em *mais* e outra em *menos*. Neste enunciado é o emprego do operador *mais* que vai autorizar a forma tópica recíproca:

“quanto menos atraso, menos corrupção”

assim,

mais atraso (nordestinos) ⇒ mais corrupção ⇒ corrupção

menos atraso (sulistas) ⇒ menos corrupção ⇒ não-corrupção

Uma leitura provavelmente adequada desta seqüência é a de que as culturas diferenciadas citadas anteriormente são as das “pessoas mais atrasadas” e que são elas que estão governando (e levando à destruição de valores e à corrupção), fato que os sulistas não podem mais suportar.

Os efeitos de sentido produzidos por estes enunciados certamente estão relacionados com os *topoi* dos próprios leitores (uma das propriedades do *topos* é que ele é partilhado) e eles remetem às apreciações feitas na introdução deste trabalho a respeito da mudança na concepção do racismo. A negação, por parte de Irton Marx, do racismo associado ao biologismo (superioridade racial) e a sua crença na existência de culturas diferenciadas (diferencialismo cultural), na verdade, indicam apenas o reordenamento de uma forma de exclusão (racial) em outra (cultural). E, embora a questão racial não seja mais visível na nova ordem defendida por Irton Marx, ela permanece, como sugere Guimarães (1995:32), subsumida enquanto metáfora que designa uma prática discriminatória que exclui os menos capazes.

CAPÍTULO 5

HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA

Em relação à heterogeneidade constitutiva, considero alguns textos do *corpus* através das noções de discurso e interdiscurso que mostram o modo pelo qual os discursos se recobrem e garantem sua identidade. São abordagens importantes para se verificar o modo como a relação polêmica vai se constituir a partir de discursos que se repetem ou se negam mutuamente.

5.1 - Discurso e interdiscurso na GS

A recorrência de idéias preconceituosas como as citadas no capítulo anterior é significativa de que os brasileiros não são tão imunes a preconceitos quanto querem fazer crer alguns. Em momentos de tensão, como nas ondas separatistas, o preconceito ganha consistência. A partir dos enunciados produzidos no interior da GS, pode-se fomentar a aproximação com outros textos que já circulavam anteriormente, assim como também tentar uma aproximação com textos que vieram depois, como, por exemplo, os produzidos pelo movimento separatista sulista que ficou conhecido como a *República Federativa do Pampa*. É a recorrência de certos enunciados que oferece o esqueleto do debate, na medida em que permitem a formação das redes argumentativas antagonistas. Ao mesmo tempo, o surgimento de outros elementos, que poderiam ser considerados como periféricos, possibilita a visualização de estratégias diferenciadas, mas que têm como alvo os mesmos objetivos.

Courtine (apud Maingueneau, 1989) levanta uma preocupação importante em relação à questão da identidade das formações discursivas. Para ele, no dizer de Maingueneau, é negativa a tentativa constante da AD "de apreensão do idêntico", na medida em que esta tentativa estaria funcionando como forma sistemática de eliminação da heterogeneidade. O que Courtine prevê, num acontecimento dessa natureza, é a possibilidade de uma interpretação inadequada das próprias formações discursivas, podendo fazer crer que elas se constituiriam de blocos homogêneos, que se posicionariam

de forma oposta às formações discursivas de outros discursos. Sendo assim, não se poderia fixar para cada rede discursiva de uma polêmica uma formação discursiva correspondente. Courtine define:

O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo definitivo, separa um interior e um exterior, mas inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica (apud Maingueneau, 1989:112).

Conforme Maingueneau, a proposta de Courtine é "definir uma formação discursiva a partir de seu interdiscurso, e não o contrário". A noção de interdiscurso é compreendida nos seguintes termos:

consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos (ibidem, p.113).

Maingueneau chama a atenção para a posição de Courtine e salienta que o discurso mantém igualmente uma relação com o momento no qual se inscreve, ou seja, com o momento de sua enunciação, constituindo-se então sobre dois eixos, um vertical (histórico) e outro horizontal (sincrônico). Torna-se importante então considerar de que modo o discurso remete a posições previamente sustentadas e o modo pelo qual esse discurso se relaciona com elementos pré-construídos.

A polêmica separatista mostra o desenvolvimento pleno deste jogo porque ela, desde o início, estrutura-se sobre algo que já foi previamente mobilizado, que poderá ser assimilado ou rechaçado, dependendo da posição ocupada pelos enunciadores, mas também vai possibilitando o aparecimento de elementos novos, em relação à própria memória da polêmica, a memória histórica, que é convocada para sustentar posições.

Para o processamento simultâneo destes dois movimentos, os locutores se inscrevem em redes argumentativas que se encontram em tempos diferentes, mas que remetem para a realidade do momento de enunciação. Trata-se de pôr em evidência aquilo que já foi elaborado em outro momento para instaurar e justificar o surgimento da polêmica outra vez. Desta forma, vêem-se argumentos que são, nos termos de Maingueneau, incessantemente lembrados.

Nas análises que se seguem pode-se ver o funcionamento do mecanismo descrito por Courtine e, nesse sentido, vou considerar alguns textos que aparecem pelo menos em três momentos distintos da história do Brasil, distanciados por algumas décadas. O primeiro deles é retirado da obra *Os sertões* de Euclides da Cunha e apresenta a imagem do sertanejo do Norte:

Perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra, o sertanejo do norte teve uma árdua aprendizagem de reveses(...) Atravessa a vida entre ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incompreensível (...) É o batalhador perenemente combalido e exausto, perenemente audacioso e forte (...) Reflete (...) a própria natureza que o rodeia (...) É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela talhou-o à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto. (p.95)

A imagem oferecida por Euclides da Cunha apresenta uma forte ligação do nordestino com a terra, a natureza. Mais do que isto, a natureza é determinante na construção do caráter do nordestino. O nordestino não é senão aquilo que a própria natureza faz dele: bárbaro, impetuoso, abrupto e inconstante. Vale dizer que a imagem tecida por Euclides da Cunha corresponde às teorias deterministas dominantes no começo do século, que sem dúvida influenciaram o autor. Todavia, o que realmente pode parecer surpreendente é o fato de que estas idéias ainda persistam. É o que se pode constatar nos enunciados abaixo que evocam a vida de sacrifícios dos nordestinos:

"...pechando o heróico povo do nosso nordeste de itinerantes e bandoleiros"(GS/25/1988)

"...o sr. M não conhece a vida dura destes marreteiros e camelôs"(GS/41/1988)

"... as viperinas afirmações do missivista dos pampas com relação ao povo nordestino não se coadunam com a dura realidade desse povo..."(GS/40/1988)

" O NE, antes de tudo, é uma região bastante desprotegida pelas condições climáticas, geográficas, etc..."(GS/93/1988)

" Os NEs são tão dignos, tão capazes, tão trabalhadores, tão brasileiros quanto os brasileiros de outras regiões ricas ou mais favorecidas."(GS/88/1988)

Pode-se perceber que a imagem de um povo em constante sofrimento como resultado da ação da natureza continua presente na imagem que muitos têm hoje do nordestino. Entretanto, acresce-se hoje a essa imagem os problemas causados pela exploração sulista, resultado da migração nordestina para o sul do país. Não é mais apenas a natureza inóspita que o expulsa de sua terra a origem do sofrimento nordestino, mas a exploração dos sulistas, como se pode ver nos enunciados abaixo:

São eles, os chamados "pau-de-arara", que trabalham, dão suor e lágrima para construir outras cidades (GS/1988/49)

Também gostaria de dizer que NE não é preguiçoso. Para provar esta tese basta visitar São Paulo e olhar cada prédio, praça, rua, monumento etc. e procurar saber qual foi a construtora que edificou uma destas obras e pedir licença para verificar sua ficha de empregados. Encontraremos dentre eles muitos nordestinos, desvalorizados pelos paulistas que deveriam ser-lhes gratos pela grande metrópole construída.(GS/1888/84)

Tudo que existe neste país, de uma forma ou de outra, conta com a participação do Nordeste.(GS/1988/93)

Nós, do NE, demos ao Brasil o Acre (sic), o ciclo da borracha, a mão-de-obra do Rio e São Paulo, a construção de Brasília, várias frentes de trabalho pelo Brasil afora, frentes agrícolas, inclusive em Goiás. Somos governo estadual em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e em todo nosso NE. Ainda somos governo municipal do maior parque industrial da América Latina, parlamentares e prefeito por todo o Brasil e governo federal com comando em dois dos três poderes da República. Quando o Brasil entra em crise todos procuram um nordestino para descascar o abacaxi.(GS/1988/102)

Os textos analisados nesta dissertação mostram que a polêmica mantém uma relação muito estreita com enunciados proferidos em outras situações que ela atualiza. Esta constatação faz com que seja possível reconhecer, no conjunto de enunciados efetivamente realizados, suas redes de formulações para determinar, do interior deste discurso, aquilo que é constitutivo dele: seu interdiscurso, de acordo com a proposição de Courtine, porque certos enunciados vão aparecer no debate transfigurados em abordagens originais, fazendo crer que sejam, ou que a polêmica separatista seja, uma novidade.

A partir da observação de alguns textos do final do século XIX podem-se reconhecer enunciados que explicitam as mesmas questões que a GS repete no final do século XX, como se pode ver na comparação entre os textos que se seguem:

- 1) *Em 1891, um delegado do estado à Assembléia Constituinte deixou claro aos demais brasileiros o que pensava a respeito das desigualdades regionais de renda: se São Paulo era rico, era porque seus habitantes trabalhavam muito; se os nordestinos queriam pôr um fim à sua pobreza, que fizessem o mesmo.* (Love, 1982:108).
- 2) *Gostaríamos de enviar um recado a Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova, autores da canção Nordeste Independente e à Elba Ramalho, que a divulga em seus shows (...) queridos, achamos sensacional a idéia separatista que vocês pregam; aliás, nós, "brasileiros do Sul" - como vocês denominam - esperamos há anos que se realize esse velho sonho nordestino (...) tenham certeza de que a proposta de vocês é tentadora e, sem sombra de dúvidas, irrecusável. Coloquem os pés no chão, deixem de sonhar tanto e procurem ir mais à luta, pois a vida não é só canção, não* (GS/16/1989).
- 3) *... Sei que o povo do Sudeste é industrioso e competente. No Nordeste, porém, só encontramos miséria, fome e ladroagem. Estou do lado daqueles que acham que o nordestino é, antes de tudo, um preguiçoso* (GS/78/1989).

Nos dois primeiros textos, os sulistas, separados por um século, fazem aos nordestinos a mesma recomendação: *vocês precisam trabalhar*, o que é outra forma de dizer que: nordestino é preguiçoso, pensamento francamente explicitado no terceiro texto.

Seria, do ponto de vista daquilo que temos entendido até hoje como racismo, difícil apontar os dois primeiros locutores como racistas porque, aparentemente, eles apenas apontam para o fato de que os “nordestinos trabalham *pouco*”, não dizem que os nordestinos não trabalham e que por isso são piores do que os sulistas. No entanto, é necessário chamar a atenção para o fato de que esse enunciado apresenta a idéia, já banalizada, de que “os nordestinos trabalham menos do que os sulistas” e por isso a região é atrasada em relação ao S.

O primeiro texto, paráfrase de um texto enunciado no final do século passado, deixa patente o modo pelo qual os nordestinos são vistos pelo S naquele período. No segundo, será preciso entender “ir mais à luta” a partir da teoria dos *topoi* argumentativos formulado por Ducrot, apresentada no item anterior: é preciso reconhecer um implícito, que há alguém que “vai mais à luta” do que os nordestinos, provavelmente os sulistas. O terceiro enunciado, no entanto, permite sua leitura na própria superfície, ou seja, o *topos* está presente no próprio enunciado, sem outros subterfúgios: “Os nordestinos são preguiçosos”, o que é, evidentemente, muito diferente do que apenas sugerir que nordestinos trabalham pouco porque gostam de festa.

A vantagem que o enunciador de 2 leva sobre o de 3 é que não se poderia, pelo menos não sem algum trabalho, acusá-lo de racista. No entanto, os dois enunciados se equivalem. A idéia de que “nordestino é vagabundo”, ou “trabalha pouco” é corrente no país e, como se pode perceber no texto 1, não é nova, e se inscreve numa forte corrente de pensamento racista, presente no começo do século. Essa suposta diferença de “aptidão” para o trabalho pode ser encontrada igualmente nas palavras do separatista Irton Marx, para quem os sulistas, pela influência européia que receberam através da imigração, são mais trabalhadores do que os nordestinos.

A polêmica, considerada dentro das redes de formulações discursivas, implica o reconhecimento de suas próprias relações internas, sem deixar de lado, no entanto, suas relações com aquilo que lhe é exterior. Este jogo interno, na verdade, é sempre uma remissão ao passado, isto é, à memória discursiva à qual as redes de formulação vão recorrer continuamente. A polêmica acaba funcionando como uma atualização de enunciados que já estão inscritos na memória polêmica dos LCs, da mesma forma como determinam a continuidade do jogo polêmico num movimento para fora.

Outro aspecto a ser destacado é o processo de reconfiguração permanente a que remete a discussão da GS. Veja-se, por exemplo, o enunciado abaixo, produzido por Euclides da Cunha em *Os sertões*, e a paródia que faz dele um locutor da GS:

"O sertanejo é, antes de tudo,...

um forte" (p.95)

"o nordestino é, antes de tudo,

... um preguiçoso" (C.78)

É preciso considerar aqui o tipo de uso que o locutor faz do enunciado de Euclides da Cunha. Sua habilidade consiste na utilização, e conseqüente subversão, de um enunciado muito conhecido, e portanto anterior ao seu, do qual faz emergir novo enunciado. Este efeito é conseguido através da ironia, já que é o próprio E2 que se coloca como autorizado na enunciação:

$L \Rightarrow E1$ (*O nordestino é um forte*) = orientação argumentativa inicialmente afirmada

$L \Rightarrow E2$ (*O nordestino é preguiçoso*) = orientação argumentativa que nega E1 e afirma E2 a quem L, de fato se assimila.

Ora, dizer que *o nordestino é, antes de tudo, um forte* funciona positivamente em relação aos nordestinos, mas serve, neste caso, para afirmar outra posição, desta vez negativa em relação aos nordestinos, sem deixar de se beneficiar do enunciado anterior, fazendo equivaler a autoridade do segundo à autoridade do primeiro enunciado, historicamente construída.

PARTE III

SEPARATISMO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 6

O SEPARATISMO E A MEDIAÇÃO DA IMPRENSA

Neste capítulo, considero o fato de o discurso separatista sofrer a mediação da imprensa, o que implica o reconhecimento da atuação do próprio veículo na organização e difusão deste discurso. Inicialmente analiso alguns elementos que podem identificar o modo de agir da mídia quando o assunto é separatismo. Em seguida, apresento dados relativos à participação da revista *Istoé* na polêmica instaurada pela GS, através da opinião dos polemistas. Ainda que a revista tenha tomado a palavra apenas duas vezes durante o debate, sua atuação é percebida por alguns LCs, que a denunciam como sendo parcial. À imprensa, que desempenharia o papel de mediadora ou de porta-voz dos posicionamentos de seus LCs, pode ser atribuída também a posição de enunciativa, já pelo fato de que se propõe a colocar o assunto em discussão. E ainda com mais razão, se efetivamente se verificar que intervém de alguma forma relevante.

6.1 - O posicionamento da imprensa

Os dados que analisei mostram que a imprensa costuma marcar posição firme quando o assunto é separatismo. E mais: a posição corresponde à mesma defendida pelos governantes, ou seja, é contrária ao movimento de separação. A diferença entre a primeira e os segundos está no modo como se manifestam. Na maioria das vezes, a imprensa costuma tratar o separatismo e os separatistas como folclore ou como uma piada anacrônica. Quase sempre, as referências feitas às idéias dos grupos separatistas são irônicas e as análises superficiais. O jornal gaúcho *Zero Hora* (01/09/93,p.13), por exemplo, publicou uma reportagem sobre a tentativa separatista de criar a República do Pampa que, já no título pouco usual, *A república dos birutas*, ridicularizava o movimento e seus participantes.

O programa *Fantástico*, da Rede Globo, no dia 02/05/91, apresentou matéria sobre o movimento separatista sulista, que repercutiu amplamente em todo o país. O historiador Newton Duarte Molon (1994:108), a respeito dela, disse o seguinte:

A matéria empenha-se em ridicularizar o movimento, atribuir-lhe um caráter preconceituoso e eugênico.

O escritor Luís Fernando Veríssimo, reportando-se à mesma matéria para a qual deu um depoimento que foi entendido, por muitos telespectadores, como pró-separatista, explicou:

Para melhor se comunicar com o público, a imprensa explora uma certa expectativa do leitor e usa o vocabulário deste preconceito. Como taquigrafia, para economizar tempo e explicação (...). A notícia não precisa ser mentirosa, o tom e a ênfase se encarregam de enquadrá-la na expectativa (Zero Hora/Revista ZH,09/05/93:16).

Veríssimo reporta-se ao fato de que há uma certa expectativa em relação ao gaúcho, isto é, espera-se que ele seja separatista, ou pelo menos simpático a movimentos dessa natureza. Sem dúvida, trata-se de remeter à história do RS, a uma certa tradição de valentia e ufanismo do gaúcho que fazem, como já vimos, parte do *ethos* gaúcho. A música nativista gaúcha, assim como a imprensa local, por exemplo, têm sido excelentes e importantes veículos para a divulgação desta imagem. Em contrapartida, existem e são igualmente exploradas pela mídia as imagens do carioca gozador, do paulista trabalhador, do baiano folgado, etc., assim como Salvador é “a capital da alegria” e São Paulo “a terra do trabalho”.

Na Parte II deste trabalho, para mostrar o funcionamento dos *topoi* argumentativos, analisei o tratamento dado por um jornal ao movimento separatista sulista *República Federativa do Pampa*. Naquela análise foi possível colocar em evidência o modo pelo qual os enunciadores (**E1**, **E2** e **Eon**) se articulam numa disputa argumentativa. A seguir, apresento uma análise a respeito do comportamento da revista *Istoé* no caso do movimento separatista *Nordeste Independente*. É um exemplo significativo de como a imprensa pode atuar em certas circunstâncias:

Dizem que anda estourando no Norte uma música cantada por Elba Ramalho que prega, não sem certa ironia, o separatismo - é sucesso agora, depois de ter passado bom tempo engavetada por ordem da ex-censura, dominada por mentes sensíveis à integridade nacional. Juntamente com ela renovam-se manifestações menos folclóricas a respeito do tema: deputados do Nordeste formam blocos que influenciaram a constituinte; o governo central continua tomando decisões dirigidas especificamente à região, como as ZPE e a Ferrovia Norte-Sul (Istoé 1003, p.30, grifos meus).

Quero considerar os elementos que grifei no texto do jornalista. O primeiro dado importante é, certamente, o distanciamento assumido pelo autor. “Dizem que anda estourando no Norte...”, quer dizer, *alguém* diz que a música separatista nordestina faz muito sucesso, não o jornalista que, desta forma, não assume nem a existência da música nem o sucesso que ela pode estar fazendo. O segundo elemento grifado revela a leitura que o jornalista faz da música que, para ele, “...prega, não sem certa ironia, o separatismo...”. Esta avaliação, “não sem certa ironia”, só pode ser entendida a partir dos versos da música *Nordeste Independente*¹, que ressalta as características culturais e econômicas da região e defende a separação do NE como forma de a região se desenvolver. Eis um trecho significativo:

Dividindo a partir de Salvador /O Nordeste seria outro país/ vigoroso, leal, rico e feliz/ Sem dever a ninguém no exterior/Jangadeiro seria senador/O cassado-de-roça era o suplente/Cantador-de-violão presidente/E o vaqueiro era o líder do partido/Imagine o Brasil ser dividido/E o Nordeste ficar independente

O Brasil ia ter que importar/ Do Nordeste/ algodão, cana, caju, carnaúba, laranja, babaçu/ Abacaxi e o sal de cozinhar/ O arroz, o agave do lugar/ A cebola, o petróleo e a aguardente /O Nordeste é auto-suficiente/ O seu lucro seria garantido/ Imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente (Istoé 1003/ p.33).

O autor dos versos mistura elementos de realidades diferentes. Usa dados da economia nordestina (sua produção nordestina de petróleo, sal, etc.), com outros que

¹ A transcrição completa da letra da música *Nordeste Independente* encontra-se no final do trabalho.

destacam elementos da cultura popular (cantador-de-violão, jangadeiro, cassado-de-roça, etc.), ocupando posições importantes nesse país imaginado. Os versos apresentam aspectos que retratam a realidade nordestina, aliás, os mais explorados tanto pelo discurso pró quanto pelo anti-nordestino: a vida de pessoas simples, envoltas em imagens telúricas, pessoas devotadas ao folclore e às tradições.

Afinal, na continuidade do texto do jornalista, encontra-se a seqüência (...) *juntamente com ela* [a música] *renovam-se manifestações menos folclóricas a respeito do tema* (...), que são as questões políticas e econômicas (Zonas de Processamento de Exportações, etc.), as quais vão servir como argumento a favor daquilo que realmente interessa ao jornalista falar: a corrupção dos políticos nordestinos. Ao que parece, a ironia vista por Nassar se encontra no fato de que a solução apresentada pelo autor dos versos para resolver os problemas do NE é muito simples, talvez tão simples quanto esdrúxula, se se pensar em um jangadeiro senador ou em um cantador-de-violão presidente. Esses aspectos, que podem ser considerados como “mais folclóricos”, já que o jornalista faz a citação de outros “menos folclóricos” (numa leitura a partir dos *topoi* argumentativos), ajudam na constituição da imagem do nordestino como alguém apegado às suas tradições e que, por conta disso, deixa de ter os pés na realidade. É evidente que, numa leitura linear, o poeta pode ser acusado de “ingênuo”, mas a ironia só passa a existir pelo modo como ela é explorada pelo jornalista, que relaciona as possibilidades vislumbradas pelo poeta, de um lado (o folclore), e de outro, a corrupção dos políticos nordestinos (a realidade), combinação certamente insólita e que não deve ser levada “a sério”.

Mais adiante, dentro de um “box”, o jornalista transcreve a letra da música com o título *O hino secessionista de Elba*. Antes de transcrevê-la, ele faz o seguinte comentário:

Há um momento nos shows da cantora paraibana Elba Ramalho em que os nordestinos da platéia lavam a alma. É quando ela interpreta a canção Nordeste Independente(...) Musicada por Bráulio Tavares, a letra do poeta repentista Ivanildo Vila Nova, está mais para paródia autogozativa do que para hino separatista. Mas algum ouvido mal-humorado de Brasília, acostumado aos acordes da unidade nacional, achou por bem proibir sua execução em rádio e tevê, decisão só há pouco revogada. Elba não se furta aos pedidos para cantar a

música em seus shows, especialmente no Nordeste. “Lá a letra é encarada como a possibilidade de um sonho”, diz a cantora. A se conferir. (idem, p. 33)

Talvez, para compensar o tom pejorativo de “paródia autogozativa”, o jornalista reproduza a fala da cantora em relação à música: *Lá a letra é encarada como a possibilidade de um sonho*. A matéria traz, a seguir, a indicação *A se conferir* e a transcrição da letra da música. O jornalista sugere ao leitor que tire as suas próprias conclusões. Ora, por que “paródia autogozativa”, se ela somente fala das qualidades econômicas, das culturas agrícolas, das tradições e de quanto seria conveniente para o NE a separação? O que parece incomodar o jornalista é uma certa pretensão nordestina, qual seja, a de pensar que a região possa ser capaz de se sustentar sem o S. Para os sulistas, os nordestinos precisam reconhecer a dependência que têm em relação às regiões mais desenvolvidas do país.

A meu ver, o jornalista reforça uma posição sulista, à qual já me referi anteriormente, que insiste em negar a importância econômica da migração nordestina para outros estados, principalmente para São Paulo. Nega-se ou omite-se no discurso sulista que o desenvolvimento da cidade foi possível, em grande parte, pelo barateamento dos custos com mão-de-obra, especialmente na construção civil, propiciado pela força de trabalho dos nordestinos. Com isso, nega-se a lógica da interdependência econômica existente entre as regiões e, por outro lado, reforça-se o pensamento de que a dependência é unilateral, isto é, é o NE que necessita dos empregos oferecidos pelo S. Nos enunciados produzidos na *GS*, vimos como alguns sulistas se irritam com manifestações separatistas nordestinas, fato plenamente justificado, porque, na base do pensamento separatista, está o fato de que só deseja a separação aquele que está sendo lesado por alguém. Desse ponto de vista, a separação desejada pelos nordestinos só pode ser encarada com ironia, já que é a economia do S a responsável pela criação dos empregos necessários aos nordestinos.

As autoridades, ao contrário, costumam encarar o separatismo de modo mais objetivo. Durante o episódio separatista sulista, que visava à criação da *República Federativa do Pampa*, o Ministro do Exército, general Zenildo Zoroastro, não usou de subterfúgios ao reprovar o movimento, classificado por ele de *barbárie, um atentado contra a soberania nacional*. Em editorial publicado no *Noticiário do Exército*, do dia

13/05/93, afirmou ser o separatismo uma *anomia cívica* e que *a ruptura da unidade nacional não é uma panacéia para os males que afligem a nação* (apud Folha de S. Paulo/Caderno Brasil/15/05/93).

Tal posição corresponde de forma irretocável ao papel desempenhado pelos militares, ao largo da história, de força unificadora e homogeneizadora no que tange aos conflitos regionais. Correspondendo a um estado *desigualitário*, como afirma Ribeiro (1995), o exército brasileiro sempre buscou suplantar tais conflitos quer seja pela força das armas, quer seja pelo discurso da unidade a qualquer custo, sendo este plenamente justificado pelo ideal assimilacionista.

6.2 - A polêmica mediada

Embora a revista *Istoé* não esteja inserida de forma ativa no debate, pois não toma partido explicitamente e tampouco pode ser responsabilizada pelas opiniões que publica, já que elas são assinadas pelos leitores, é importante salientar que a publicação das cartas não obedece, por exemplo, a uma ordem de chegada na redação, como se fossem publicadas à revelia de uma linha editorial. Imaginar que a publicação de cartas de leitores envolvidos em um debate polêmico seja unicamente uma oportunidade oferecida pelos meios de comunicação para a expressão do pensamento de seus leitores seria, de fato, uma atitude ingênua. Parece mais adequado pensar que essas oportunidades são também um momento no qual se pode divulgar a opinião do próprio veículo; um lugar para divulgar seus próprios interesses e intenções, ainda que seja essa uma via que se pode chamar indireta.

A esse propósito, quero examinar um trabalho de Ebel e Fiala no qual são analisados dados que, sob muitos aspectos, assemelham-se aos considerados nesta dissertação. Os autores tratam, naquele trabalho, de um debate público ocorrido na Suíça².

² Trata-se de um debate público ocorrido em outubro de 1974, na Suíça, mais precisamente nas páginas do jornal *La Suisse*. A questão que se colocava era sobre a criação de um dispositivo constitucional para regulamentar um limite de imigrantes naquele país, bem como tratar da criação de medidas para a expulsão do contingente migratório que superasse o referido limite

Para os autores³, os mecanismos de controle exercidos pelo jornal determinaram não somente as formas que a polêmica adquiriu no jornal, “mas as formas mesmas das cartas constitutivas da rede”. As escolhas efetivadas pelo jornal determinam o controle da relação de forças entre os pólos em litígio, cabendo, assim, à redação a decisão sobre a imagem da polêmica. Afirmam ainda os autores que as redes argumentativas que se desenvolvem e se interpenetram a partir da publicação das cartas, mas também fora delas, estão, na verdade, longe de ser equilibradas e organizadas, como permite pensar a representação ordenada que é dada pelo jornal:

Mais diversificado, mais rico, às vezes também mais violento, o debate é atravessado e estruturado por relações de força que não se reduzem absolutamente a uma troca normatizada de “bons” ou de “maus” argumentos, a um repertório de argumentos a favor e de argumentos contra, no qual partidários e adversários seriam julgados⁴ (...).

No confronto entre as cartas publicadas na polêmica separatista nordestina, vê-se a intenção de *Istoé* em manter um certo equilíbrio na publicação das cartas. Não se trata de um equilíbrio numérico que dividisse de forma equânime as posições pró e contra a presença dos nordestinos em São Paulo, mas a revista procurou, digamos, compensar o peso dos argumentos. Nota-se, em relação à qualidade dos argumentos que, quanto mais inaceitável o argumento (ou quanto mais “mau” o argumento, como avaliaram Ebel e Fiala), mais discutível a posição assumida pelo locutor no debate, mais cartas manifestando posicionamentos contrários são publicadas. Outro dado identificado na disputa é que o seu final foi sendo programado paulatinamente com o aumento da publicação de cartas de leitores que condenavam a atitude da revista em publicar as cartas e que solicitavam o fim do debate, como nestes enunciados: (...) *espero, como brasileiro e nordestino, que a revista dê um basta a essa imbecilidade chamada GS* (...) (GS/C. 86); (...) *Creio que já é hora de acabarmos com essa guerra para* (...) (GS/C.90); (...) *venho fazer um veemente apelo no sentido de pôr um ponto final na GS* (...) (GS/C.105).

³ La situation d'énonciation dans les pratiques argumentatives. Langue Française, Paris: Didier/Larousse, n.50, p.53-74, mai 1981.

⁴ Ibidem

Será preciso retomar Ebel e Fiala (1974), mais uma vez, para pensar a respeito de como se constitui a estrutura enunciativa do debate público e mediatizado:

Não importa quem possa, a todo momento, se dirigir a um jornal como a um interlocutor conhecido e fazê-lo parte de sua experiência ou de suas opiniões pessoais que digam respeito ao jornal mesmo ou a qualquer outro discurso ou acontecimento que ele julga interessante tornar conhecido da redação. *Trata-se de uma fonte de informação para o jornal.* Pela própria forma da carta (cabeçalho, endereço, saudações, assinatura), *todo correspondente se coloca como interlocutor da redação.*(...) As diferenças institucionais entre os dois discursos (...) aparecem na organização material dos textos. De um lado, um discurso cuja redação é tida por responsável, e que se organiza segundo formas próprias (paginação, rubricas, artigos assinados ou não, editoriais, entrevistas, reportagens, etc.), de outro, um discurso que, em sua produção, não é na aparência controlado pela redação. Na realidade, as formas de controle que se exercem sobre as cartas dos leitores são múltiplas e de naturezas diversas. O diálogo pode manter um caráter privado, o de uma simples troca de cartas entre particulares; ele pode se tornar público se a redação decidir, seja consentindo com o pedido de seu correspondente, seja com sua concordância, de colocar em circulação o discurso deste, imprimindo-o e divulgando-o. (...) a redação fica “dona” do diálogo com seus correspondentes. (...)Ela pode modificar a forma lingüística de uma carta, eliminar passagens, fazê-la preceder de um título de sua escolha, intercalar subtítulos, acompanhá-la de comentários ou de uma resposta imediata; em suma, integrá-la em seu próprio discurso recriando um diálogo a partir dos elementos de que dispõe. Além disso, *se o correspondente pode ter o sentimento de escolher a substância e a forma de sua intervenção, na realidade o que ele faz é só reagir a um discurso que foi previamente organizado; e mais: ele não pode controlar diretamente nem a publicação nem os efeitos de sua intervenção*⁵.

Desta citação um tanto longa, gostaria de destacar os três pontos grifados que me interessam mais de perto. O primeiro deles diz respeito ao fato de que as opiniões de leitores publicadas são fonte de informação. Então, mesmo que a redação não assuma como sua a opinião do leitor, ela assume que essa opinião é suficientemente importante para ser publicada, podendo-se mesmo dizer que a revista se torna, de uma certa forma,

⁵ Ibidem

co-enunciadora das proposições de seus *LCs*. Em decorrência disso, pode-se acrescentar o segundo ponto grifado - *todo correspondente se coloca como interlocutor da redação* - que igualmente serve para afirmar a idéia de que os debates patrocinados pelos meios de comunicação são sempre travados em duas instâncias: primeiramente no interior do próprio veículo e, em seguida, junto ao público. Essa situação é formalmente caracterizada pelo destinatário explícito de todas as cartas publicadas já que as mesmas são endereçadas ao *Senhor Diretor*, que se torna, por uma condição básica de organização, o responsável pela publicação das cartas. Este fato, evidentemente, impõe-se como uma realidade previamente construída, direcionada por uma política editorial norteada por princípios e interesses próprios, aos quais não têm acesso nem o analista, nem os polemistas.

O terceiro aspecto que julgo importante destacar encontra-se no final da citação e diz que, se o correspondente pode ter o sentimento de escolher a substância e a forma de sua intervenção, na realidade o que ele faz é só reagir a um discurso que foi previamente organizado; e mais: ele não pode controlar diretamente nem a publicação nem os efeitos de sua intervenção. Mais uma vez, os autores chamam a atenção para o caráter ilusório de autonomia enunciativa que um debate dessa natureza pode proporcionar quando, de fato, a enunciação é marcadamente controlada. O efeito, para os participantes e leitores de uma forma geral, é o de que o debate se institui e progride alheio às intervenções do próprio veículo cuja atuação é, aparentemente, restrita à publicação do debate. Talvez seja possível mesmo dizer que o ato de enunciar, nesse quadro, pode se configurar numa verdadeira representação, uma ficção discursiva na qual participantes e assistentes entendem, ou simulam entender, que os enunciadores sejam completamente livres para dizer o que querem e quando querem, obtendo, dessa forma, efeitos prévios determinados unicamente por sua própria enunciação, independentemente da posição de outros indivíduos envolvidos na polêmica.

Entre os fenômenos que podem estar relacionados a um *corpus* que prevê a análise de um conjunto de cartas, estão, certamente, aqueles concernentes às marcas enunciativas. Temos a instauração, em um discurso escrito, da relação fundamental *eu* (assegurado pelo assinatura)/*tu* (endereço, formas de saudação) como dois pólos referenciais. Uma carta pode, eventualmente, dirigir-se a mais de um alocutário, mas este fato será assinalado pelo locutor, através, por exemplo, da mudança do nome do

destinatário. Uma carta publicada, por sua vez, se inscreve no domínio da carta aberta. Porém, na avaliação de Ebel/Fiala, do ponto de vista da estrutura enunciativa, as duas não se diferenciam.

O fato de o LC se dirigir ordinariamente à revista, por determinação da mesma, já que todas as cartas são iniciadas pelo vocativo *Sr. Diretor*, por si só, já serve para estabelecer os termos da polêmica; o LC está, desde o princípio, subordinado ao diretor, pois é a este último que caberá decidir a seleção, ordenação e publicação das cartas. Assim, é o LC obrigado a manifestar-se explicitamente em relação às posições de outros alocutários, que deseja apoiar ou rejeitar, em função de seus próprios interesses. O efeito causado por esta situação de duplicidade alocutária é a falsa aparência de que o enunciador pode dirigir-se primeiro ao diretor e depois a outro alocutário, sem dirigir-se ao público leitor de uma forma geral, verdadeiro alvo da enunciação, já que se trata de uma carta aberta. Para exemplificar, vejamos os trechos a seguir transcritos:

A) **Sr. Diretor:**

Causou-me profunda perplexidade a citação dessa revista com a reportagem Os confederados são do Norte n.1003, ao escrever que "Sarney prepara o seu futuro, que pode ser até mesmo uma senatoria por Goiás". Ora, nós, brasileiros, pensávamos que teríamos de ouvir falar nesse senhor somente até a próxima eleição, quando ele seria varrido definitivamente do cenário político nacional, e ele ainda tem o desplante de pretender passar por Goiás antes de voltar para o seu querido Maranhão?

Por favor, sr. Sarney, poupe-nos, os pobres goianos, de mais um vexame - já basta a vergonha de termos de conviver com os políticos frutos da terra (GS/C.05).

B) **Sr. Diretor:**

Na edição de Istoé n.1004, o leitor P.C., do Rio de Janeiro, define bem a irresponsabilidade dos habitantes desta Piratininga, ao escolher para prefeita uma nordestina itinerante. Sr. Paulo, estamos cansados de ver nossa cidade ser invadida por esses bandoleiros (GS/C.10).

Na carta A, a mudança do alocutário, de *sr. Diretor* para *sr. Sarney*, não significa que a primeira parte se destine ao diretor e a segunda a Sarney, nem mesmo que o locutor tenha a intenção de ser ouvido unicamente por Sarney, ou pelo diretor

responsável. O que se pode perceber, como efeito deste tipo de situação, é que o apelo feito diretamente a ele confere à enunciação um aspecto mais contundente, assim como revela, para os leitores, um locutor despojado das falsidades cerimoniais que usualmente afetam quem se dirige a autoridades, o que é mais um dado positivo na construção da autoridade do locutor.

Na carta B, a alteração do alocutário igualmente reflete a intenção de mostrar algo mais para os leitores de *Istoé*. O objetivo deste locutor não é apenas o de querer fazer crer a Paulo que ele tem razão, mas sim o de mostrar aos leitores que comunga as mesmas idéias de Paulo em relação aos nordestinos.

Mas o locutor do texto B usou argumentos visivelmente preconceituosos contra os nordestinos, sua posição é inaceitável e acaba produzindo um grande número de reações contrárias que são, igualmente, publicadas na seqüência. Este locutor será violentamente rejeitado por vários LCs que o denunciavam como racista e preconceituoso:

...fiquei indignado com as palavras discriminatórias do leitor JBB em relação aos nordestinos, a quem classifica de itinerantes e bandoleiros...(C.15)

...JBB reporta-se a nós nordestinos como "bandoleiros"...(C.17)

Nós, nordestinos itinerantes, que bandoleiramente construímos a Paulicéia desvairada, temos o ditado perfeito para o Sr. JBB - 'Os incomodados que se retirem'...(C.18)

...quero expressar todo o meu repúdio e indignação pela forma discriminatória, preconceituosa e burra com que se referiram aos nordestinos em São Paulo.(C.20)

Estes enunciados deixam patente que o locutor do texto **B**, ao mostrar sua adesão ao discurso de **Paulo**⁶, pode prever a gravidade de suas palavras. Note-se que, embora não haja uma relação óbvia entre os dois discursos, pelo menos não quanto ao tom e à escolha das palavras, eles revelam posições semelhantes em relação à presença nordestina em São Paulo (... *sopro de nordestino itinerante na vida de São Paulo...São Paulo é [hoje, com os nordestinos] um doente...*). Dessa forma, o locutor de B pode ter

⁶ Esta carta (GS/C.03) já foi analisada na II Parte, quando tratei da enunciação polifônica.

exagerado na dose, mas garante não estar totalmente enganado em sua avaliação, pois não é o único a comungar de tais idéias.

6.3 - Interferências de Istoé

A constante atuação de *Istoé* como interlocutora no debate se reflete até no modo como a revista é avaliada pelos LCs. Em princípio, os participantes da *GS* são unânimes ao avaliar positivamente a revista, não importando se o locutor deseja criticar ou elogiar posições que, segundo eles, a revista assume ou que são presumidas como sendo da revista no desenvolvimento do debate. Via de regra, os locutores destacam o importante papel que a revista ocupa na imprensa nacional:

Muito me admira que Istoé, revista de alto conceito...
(C.24)

Causa-me espécie aparecerem, numa revista tão conceituada...(C.27)

Sinceramente estou surpreso em perceber que a seção de cartas desta conceituada revista...(C.36)

Sendo leitor assíduo desta conceituada revista... (C.104)

Resolvi escrever a esta coluna para manifestar minha total e absoluta inconformidade com este besteiro que nordestinos e sulistas travam a cada número publicado desta badaladíssima revista.(C.101)

Acho entristecedor uma revista do porte da Istoé...
(C.103)

É uma pena que revista tão séria como Istoé...(C.100)

Acho que já chegamos ao limite do ridículo e da irresponsabilidade ao alimentarmos, através de uma revista de bom nível como essa...(C.86)

É preciso que um veículo de comunicação com o nível de respeito de Istoé ...(C.83)

É bastante compreensível que alguns sulistas, principalmente de São Paulo, escrevam para a seção de Cartas dessa conceituada revista...(C.48)

À primeira vista, pode parecer que, para esses locutores, é preciso resguardar a revista de qualquer suspeita em relação à sua integridade moral e ao papel que ela desempenha na comunidade, em virtude daquilo que ela publica. Esta pode ser uma análise correta na medida em que o locutor também, de uma certa forma, se resguarda. Mas não é a única. Ela igualmente deve ser entendida como uma estratégia para denunciar a incoerência da revista: se é realmente séria não deveria estar servindo de veículo para uma discussão que provoca tanta animosidade, ofensas e discriminação entre os leitores.

Os LCs que defendem uma posição pró-nordestina vêem como negativa a interferência da revista no desenvolvimento da polêmica. Para esses leitores, a revista defende explicitamente uma posição pró-sulista, fato que é considerado inadmissível, dado o nível de credibilidade de *Istoé*. Os leitores nordestinos, na realidade, consideram *Istoé* um adversário, tanto quanto qualquer outro locutor sulista. A partir disso é possível transformar a atitude suportamente preconceituosa da revista em mais um argumento validado para a polêmica, um argumento que ganha destaque no debate, pois funciona para mostrar que a imprensa sulista é a porta-voz de preconceitos contra os nordestinos. Os leitores nordestinos mostram que têm consciência de que disputam um espaço controlado por alguém, no caso, o editor responsável pela publicação das cartas, fato não explicitado entre os locutores da rede argumentativa pró-sulista. As cartas transcritas a seguir são exemplos do modo como os leitores nordestinos entendem a ingerência da revista no debate. Observe-se, na primeira carta, que até a simples disposição das cartas é apontada como estratégia da revista para defender certas posições:

A maneira como a Istoé ordenou as cartas sobre a questão da GS, que saíram no n° 1007, bem ilustra a atitude da revista a respeito da questão. Em primeiro lugar, veio uma carta num tom excessivamente formal, que certamente soa ridícula aos ouvidos 'modernos' do Sul e que serve para confirmar estereótipos antinordestinos. Depois, uma carta carregada de ódio, num linguajar abertamente racista. Por último, veio então uma carta que efetivamente contesta as conclusões de sua reportagem (GS/12/1989).

Apesar de saber que a presente correspondência não será publicada por motivos óbvios, declaro estar decepcionado com a revista Istoé pelo motivo que passo a expor (...) Entretanto, tal apartheid ficou patente na edição de n.1003, com a publicação da matéria Os confederados são do Norte, onde, jogando com a desinformação, aponta "as grandes obras e benefícios" do Nordeste do País, sem, entretanto, arrolar "as pequenas obras e benefícios" a que sempre fez jus o Sul do País (GS/C.07).

Muito me admira que Istoé, revista de alto conceito, publique na edição de n.1008 carta semelhante à do sr. JBB. Publicar tal carta não será uma forma de não se sentir responsável por atitude tão mesquinha e deplorável? Terá esta revista alguma coisa justificável contra os paulistanos, ou, se não me engano, será contra os seus habitantes "itinerantes"? (GS/C.24)

Os leitores sulistas não fazem nenhuma referência a qualquer tipo de posicionamento faccioso da revista. Alguns deles, no entanto, manifestam-se contrariamente à publicação das cartas da GS de um modo geral, pois, para eles, a revista não deveria perder tempo com um debate dessa natureza, mas sim se preocupar com coisas mais importantes, como se pode ver nos exemplos:

(...) Este é o país das preocupações dementes. Enquanto o Brasil mergulha num buraco negro, a burrice campeia solta e colabora eficientemente. Publiquem mais! Não é à toa que parte da população aspira à cidadania da Nova Zelândia, Canadá, Portugal e Austrália. E, um dia, sonhará com Zâmbia, Sudão ou Costa do Marfim. Éta, burrice! (GS/C.83)

(...) Li com desolação as inúmeras cartas da GS que tanta acrimônia despeja do S para o Norte e vice-versa. Em lugar desses agravos, tanta coisa boa poderia ser veiculada, valorizando o que existe de bom em toda a parte neste imenso Brasil, rico de coisas e de gente. (GS/C.105).

Os locutores do eixo pró-nordestino, entretanto, são contundentes em suas críticas a Istoé e apontam, ainda, para o fato de que o tratamento dado pela revista ao NE na GS é o mesmo tratamento que ela, e a imprensa sulista em geral, costuma dispensar a

todos os assuntos que dizem respeito à região, e não apenas àqueles relativos à economia ou à política. Ou seja, o preconceito de que são vítimas os nordestinos ocorre em vários aspectos e não só naqueles que a matéria, segundo os locutores nordestinos, mostrou claramente. Para esses locutores, a imprensa brasileira, na verdade, atua como representante do pensamento preconceituoso que o S mantém em relação ao NE. Eles reclamam, principalmente, do fato de a imprensa sulista ignorar os assuntos regionais que são, segundo eles, sistematicamente desconsiderados por ela, o que comprova o preconceito/racismo do S: (...) *Desde o primeiro número que recebi da assinatura, atento para a discriminação que vossa equipe faz ao NE brasileiro, com citações sempre pejorativas e injustas, a todos nós nordestinos (...).*(GS/C.07); (...) *Até mesmo nos infortúnios da vida, [o leitor está se referindo a um assalto a banco em Natal] Istoé discrimina o NE, notadamente meu pequeno Rio Grande do Norte. Senão vejamos (...)* (GS/65/1989); (...) *.A reportagem que tem como título O Bahia é campeão se preocupa apenas em mostrar a situação financeira de alguns jogadores que se destacaram nesta última Copa União, esquecendo o que realmente foi feito pelo Bahia durante a competição (...). O Bahia teve como um dos grandes adversários a crônica esportiva do S, que o tempo todo tentou esvaziar o nosso futebol* (GS/C.54).

Observe-se que estes enunciados denunciam manifestações preconceituosas e discriminatórias contra os nordestinos em relação a diferentes aspectos da vida cotidiana, os LCs rebelam-se contra o fato de a imprensa sulista ignorar acontecimentos nordestinos, de fazer pouco do futebol baiano. O que à primeira vista pode parecer uma crítica inconsistente, no entanto, é significativa de que a discriminação é percebida não somente através de manifestações explícitas do preconceito, tais como: *O Nordestino é, antes de tudo, um preguiçoso; os nordestinos são bandoleiros itinerantes que só têm causado prejuízos ao Brasil, etc.* Penso que isso pode significar, de forma bem evidente, que há uma pluralidade de situações, infundadas ou não, através das quais o preconceito se faz notar.

CAPÍTULO 7

A VOZ DO SENSO COMUM

A seguir, apresento mais alguns dados que podem ser úteis para a compreensão do discurso separatista. São elementos através dos quais pode-se evidenciar como os locutores se legitimam no interior do discurso separatista para, a partir daí, legitimar o próprio discurso. Nesse sentido, é relevante considerar o papel desempenhado por aquilo que costumamos chamar de “opinião pública”, tão importante quando se trata de assuntos polêmicos. A opinião pública deve, pelo menos em tese, resumir o pensamento de grupos e comunidades e é sempre consultada quando assuntos polêmicos estão em discussão. Por outro lado, não se poderia designar um indivíduo para representá-la, já que ela não pertence a ninguém especificamente, mas a uma coletividade em especial.

7.1 - As vocações regionais e a “opinião pública”

Para entender o alcance do discurso separatista, é preciso considerar aquilo que não é dito com intenção explícita de ofender alguém, mas apenas porque se tem opinião e se considera ter o direito de manifestá-la.

A esse respeito, Sartre (1963) faz o seguinte comentário:

Esta palavra “opinião” dá o que pensar... É a mesma que a dona de casa emprega a fim de encerrar uma discussão que ameaça azedar. Sugere que todos os pareceres são equivalentes, tranqüiliza e infunde aos pensamentos uma feição inofensiva assimilando-os aos gostos. Todos os gostos ocorrem na natureza, todas as opiniões são permitidas... (p.5).

Ter opinião a respeito dos fatos que fazem parte do cotidiano é quase uma exigência que se faz a todo cidadão consciente. Na mídia, é muito comum vermos leitores e telespectadores serem chamados a “dar a sua opinião”, a manifestarem-se sobre tal ou tal assunto, como se as opiniões a serem dadas fossem determinantes para a solução de questões previamente propostas, geralmente polêmicas. Essa chamada à participação

provoca mesmo a ilusão de que qualquer opinião pode ser veiculada sem nenhuma espécie de avaliação ou censura.

Nas cartas da *GS* podem-se localizar enunciados que ilustram bem estes aspectos: alguns locutores questionam a revista pela publicação de opiniões que não deveriam ser divulgadas, outros, fazem elogios à revista e aos polemistas pelo fato de estarem discutindo aberta e sinceramente um assunto tão controvertido:

Não há liberdade de imprensa nem liberdade de manifestação de pensamento que assegurem ou justifiquem a publicação de repetidas cartas(...) (*GS/C.88*)

Espero, como nordestino e brasileiro, que a revista dê um basta a essa imbecilidade chamada *Guerra da Secessão* (*GS/C.56*)

É uma pena que a revista (...) alimente este show de recalques e vulgaridade chamado *Guerra da Secessão*(...) (*GS/C.100*)

A ruidosa *GS*, sem vítimas a lamentar, está sendo útil para sacudir a preguiça intelectual de alguns apaixonados leitores, que, de capacete, perneiras e espingardas se lançam na batalha epistolar...(*GS/C.60*)

Referindo-me à nossa já duradoura *Guerra da Secessão*, considero interessante o fato de estarmos revelando preconceitos e temores recíprocos, nunca antes claramente expostos... (*GS/C.71*).

Muitas vezes, as “opiniões” são traduzidas de forma bem radical e explícita, como se pôde ver no episódio da rádio *Atual*.⁷ Mas, na maior parte dos casos, a intolerância, a discriminação e o preconceito não se revelam em falas do tipo: “Nordestino é vagabundo”, e sim de forma indireta, através da alusão ou da ironia como, por exemplo, se pode ver no enunciado: (...) *Queridos, achamos sensacional a idéia separatista que vocês pregam; aliás, nós, “brasileiros do Sul”- como vocês denominam - esperamos há anos que se realize esse velho sonho nordestino...*(*GS/C.16*); (...) *Nela* [reportagem

⁷ Em setembro de 1992, a rádio *Atual*, em São Paulo, cuja programação se destina ao público nordestino foi vítima de uma invasão de “carecas”. Um radialista nordestino foi ameaçado de ter sua língua cortada e as paredes foram pichadas com o slogan: “Morte aos nordestinos”. Este é apenas um dos episódios racistas acontecidos no país, mas quem acompanha a mídia sabe que eles não são raros. Em São Paulo existe, inclusive, delegacia especializada para tratar de casos de racismo.

Guerra da Secessão} fiquei sabendo que o culpado por todos os males brasileiros é o NE. E eu que, influenciado pela propaganda nordestina, pensava que era o esforço para pagar a dívida externa, dívida esta que não beneficiou em nada a região... (GS/C.9).

No discurso levado a efeito pelos separatistas, no qual é preciso mostrar que se é melhor que os outros, já que ninguém deseja se separar por ser “pior”, a análise requer cuidado redobrado. Sob este ponto de vista, pode-se dizer que, quanto mais o discurso separatista negar o preconceito que carrega, mais eficiente ele será, dado que hoje, em razão do policiamento exercido pela própria sociedade, não se pode mais admitir a defesa de crenças ultrapassadas o que, se não chega a impedir o aparecimento de enunciados do tipo *nordestino é vagabundo*, pelo menos faz com que o direito à sua enunciação possa ser contestado. Quem fizer uma afirmação deste tipo, nestes tempos de popularização do comportamento politicamente correto e dos movimentos multiculturalistas, arrisca-se a ser questionado por muitos e cumprimentado por poucos, pelo menos se ela for feita em público. O problema que se coloca quanto ao politicamente correto em relação à linguagem é a ilusão de que o uso de palavras não marcadas ideologicamente represente um sujeito que fala a partir de um ponto neutro, isento de conflitos, e que esta atitude seja suficientemente eficaz para superar conflitos. A este respeito, Possenti (1995) diz que o movimento pelo comportamento politicamente correto

... considera que a troca de palavras marcadas por palavras não marcadas ideologicamente pode produzir a diminuição dos preconceitos. Trata-se de uma tese simplista, já que é mais provavelmente a existência de preconceitos que produz aqueles efeitos de sentido através das palavras, embora não se possa desprezar o fato de que o discurso pode servir para realimentar as condições sociais que dão suporte às ideologias e aos próprios discursos. A hipótese das palavras “puras” é certamente ingênua (p.125).

O fato de ser mais difícil sustentar opiniões politicamente “incorretas” não é suficiente para supormos que idéias deste tipo não existam mais entre nós. O problema é que simplesmente não se espera que elas sejam “ditas”. Certas manifestações preconceituosas parecem “não combinar” mais com nossa experiência humana e, no entanto, elas continuam acontecendo.

Para poderem continuar sendo veiculados sem causar constrangimentos ou sanções, o preconceito e a discriminação precisam ser formulados através de estratégias que permitam o apagamento do peso que carregam. Sob este ponto de vista, quanto mais banalizado for o preconceito, mais difícil será se contrapor a ele. E aí reside a força das idéias que se cristalizam naquilo que se pode chamar de “senso comum”.

O preconceito, por fazer parte do senso comum, muitas vezes, não pode ser concebido como tal porque foi enfraquecido por sua banalização, porque faz parte de uma memória coletiva que é divulgada, por exemplo, através da opinião dos leitores, como estas: (...) *não nos estranhou a forma nazifacista com a qual estes senhores [dois locutores sulistas] se referiram ao povo do NE do Brasil, pois apesar de sermos a energia que move a “locomotiva”, já estamos acostumados a esse tratamento (GS/C.14); (...) o que importa, sim, é que existem grandes cartórios, envolvendo diretamente o primeiro escalão do governo, coincidência ou não, são ministros nordestinos de um presidente nordestino (GS/C.108)*. Nestes enunciados estão representados os preconceitos mais recorrentes na polêmica: a ligação entre os sulistas e os nazifacistas e a corrupção dos políticos nordestinos. Acusações deste tipo são protegidas por remeterem ao passado, a algo que já se sabia previamente: “não nos estranhou...todo mundo sabe...” ou porque confirmam fatos reais “é que existem sim...”.

Mas, pode-se encontrar no *corpus* enunciados ou expressões muito mais contundentes e que, por isso mesmo, resultam em respostas igualmente contundentes. As formas pelas quais os locutores fazem referência a si mesmos e ao outro são exemplos da reprodução do senso comum, como se pode ver na análise que segue:

Toneladas de dinheiro foram canalizadas àquela região e tudo continua igual: apenas foram resolvidos os problemas dos “caciques”, pouco sobrou para o povo e nenhum retorno ao país. Os espertalhões da Velha República conseguiram tomar o poder e instalaram o “tudo pelo nordeste”. Depois de todas as bandalheiras dos incentivos fiscais, agora, por decreto, as Zpes serão os novos canais de suprimento dos “malandros” Sem falar no trenzinho, admissível se fosse para conduzir as suas origens aquele sem-número de incompetentes e interesseiros encravados nos mais diversos escalões.

A seguir, vejamos de que modo um locutor, que na verdade está se referindo a uma terceira enunciação, vai se utilizar dos elementos presentes na enunciação acima:

O leitor define bem irresponsabilidade dos habitantes dessa Piratininga, ao escolher para prefeita uma nordestina itinerante. Sr. Paulo, estamos cansados de ver nossa cidade ser invadida por esses bandoleiros.

Note-se como os termos referentes aos nordestinos *itinerante* e *bandoleiros* se aproximam dos termos colocados anteriormente: *espertalhões*, *caciques*, *malandros* e *interesseiros*. A imagem da falta de compromisso com a seriedade, da incompetência e da transitoriedade nordestinas são transferidas dos políticos para todos os nordestinos, anulando-se qualquer possibilidade de restrição à prática política de alguns políticos, assim como não há uma avaliação positiva da presença nordestina em São Paulo. Há uma oposição clara entre o “nós” e o “eles”; *nossa cidade* é a São Paulo dos paulistanos e não pode ser a dos nordestinos *invasores*.

A questão que se coloca quando nos propomos a entender enunciados como os citados no parágrafo acima é: o que é que alguém está querendo dizer, quando diz, por exemplo, num órgão de circulação nacional, que *O Nordestino é, antes de tudo, um preguiçoso*? Pode-se, nos termos da lei, acusá-lo de racismo? Dizer o que ele disse é “praticar o racismo”? De que forma o termo “preguiça” deve ser lido? Certamente, não do mesmo modo como é lida a queixa da mãe que chama o filho de preguiçoso. Por outro lado, quem não ouviu também a afirmação: *Os estados do S do país são mais desenvolvidos do que os das outras regiões porque foram colonizados por europeus*? Estas idéias, que podem parecer absurdas, estão presentes no discurso separatista, e só são consideradas absurdas, obviamente, por quem está em posição oposta em relação àquele que as afirma.

Para aqueles que estão na posição oposta, a alternativa é desacreditar o discurso adversário. Através de certas estratégias pode-se, por exemplo, fazer com que a posição enunciada ganhe relevância. No enunciado *o nordestino é, antes de tudo, um preguiçoso*, já analisado anteriormente, o locutor opta pelo choque que causa a utilização

da famosa expressão de Euclides da Cunha (“O sertanejo é, antes de tudo, um forte”) para dizer o contrário daquilo que originalmente ela veicula: *Estou com aqueles que acham que o nordestino é, antes de tudo, um preguiçoso (GS/C.78)*. A argumentação, explorada deste forma, afirma-se através de um elemento histórico, o que implica o fato de que não se está tentando destruir apenas o efeito de um enunciado, como também toda a autoridade que a ele já foi conferida através da história de sua enunciação. O reverso desta apropriação pode ser percebido em muitas situações, tais como estas: (...) *conheço a fibra destes brasileiros [os nordestinos]... (GS/C.13)*; (...) *São eles os chamados “paus-de-arara” que trabalham, dão suor e lágrima ... (GS/C.40)*; (...) *E o nordestino, em face de todo o problema, apesar de ser tachado de preguiçoso, continua firme, batalhador, buscando sua sobrevivência muitas vezes do nada ... (GS/C.93)*.

Vê-se que nestas enunciações desenha-se a figura nordestina incorporando-se, de forma totalmente positiva, o enunciado euclidiano. Aliás, a polêmica da GS poderia, dito grosseiramente, ser resumida nesta disputa a respeito do valor do nordestino, circunstância que certamente nos remete para o fato, significativo creio eu, de que os nordestinos ainda precisam mostrar seu valor.

7.2 - A presença dos estereótipos

Será preciso refletir um pouco, para avançar na discussão, sobre o emprego dos estereótipos no discurso separatista. Talvez não houvesse maiores problemas com eles, além daqueles normalmente associados ao uso dos clichês, das formas já desgastadas, de pouca expressão ou mesmo inexpressivas, não fosse a estreita relação que mantêm com a ideologia. Ainda que se possa admitir que os estereótipos tenham origem em uma certa realidade, é inegável que essa realidade, quando universalizada, tende ao malogro, passando, então, a se configurar na deformação da substância que lhe deu origem. A respeito de ideologia, diz Chauí:

Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas (1980:10).

Em um trabalho sobre a influência dos estereótipos no tribunal do júri, Lênio Luis Streck afirma o seguinte:

Com os estereótipos pretende-se inserir o homem em uma estrutura ideal, onde os conflitos sociais foram diluídos pela força retórica das palavras.

Neste universo ideal de sentidos, a força retórica das palavras faz com que tudo apareça como verdadeiro, com difícil questionamento pelos demais membros da sociedade. Tenta-se criar, assim, através dos estereótipos e das “explicações” esterotipadas, uma ordem perfeita e maniqueísta.

Podemos dizer, ainda, que, através dos estereótipos, criam-se conceituações no “atacado”, para posterior aplicação no “varejo”, segundo interesses de quem domina o processo social (1989:74).

Pode-se pensar nos estereótipos como uma camisa-de-força ideológica que limita ações e impede a compreensão daquilo que está subjacente a uma determinada realidade, possibilitando, dessa forma, a manutenção de acordos previamente estabelecidos entre grupos. A mídia desenvolve um papel fundamental na divulgação, reprodução e, por extensão, manutenção dos estereótipos.

No caso estudado aqui, podemos ver que os LCs estão estrategicamente posicionados dentro de determinada ideologia e encontram nos estereótipos um modo plausível e de eficácia garantida para manter e divulgar suas idéias, que, exatamente por serem esterotipadas, encontram mais facilidade de aceitação. Por outro lado, mais facilidade não significa total liberdade para a divulgação de posições marcadas ideologicamente. Em alguns casos, isso só é possível com a própria recusa do estereótipo. Veja-se a posição de denúncia do locutor abaixo:

A maneira como a Istoé ordenou as cartas sobre a questão da Guerra da Secessão, que saíram no nº 1007, bem ilustra a atitude da revista a respeito da questão. Em primeiro lugar, veio uma carta num tom excessivamente formal, que certamente soa ridícula aos ouvidos “modernos” do Sul e que serve para confirmar estereótipos antinordestinos. Depois, uma carta carregada de ódio, num linguajar abertamente racista. Por último, veio então uma carta que efetivamente contesta as conclusões de sua reportagem. É fato tomado como verdade

absoluta no Sul que o Nordeste é um peso para o Brasil. A carta do sr. SBC dá bons argumentos para se suspeitar que, ao menos, a questão não é tão simples assim.

Se um grupo de políticos corruptos usa a bandeira secessionista em seu proveito, não cabe a Istoé retrucar na mesma moeda. Apesar de um pouco amedrontado pelo racismo sulista, creio ser do interesse da maioria dos nordestinos, oprimidos há séculos pela mesma oligarquia, o aumento do poder político dos setores progressistas do Sul, assim como, reciprocamente, estes setores deveriam ter interesse em que o Nordeste superasse o atraso em que se encontra. É bom lembrar que não é só a oligarquia nordestina que se beneficia de um Congresso conservador, consequência da representação desproporcional que têm os menores Estados (GS/C.12) (grifos meus).

Nesses enunciados, o locutor revela o preconceito sulista que se manifesta na simples ordenação das cartas (fato já apontado anteriormente) e ainda acusa a revista de usar os mesmos métodos que critica. Os enunciados: (...) *É fato tomado como verdade absoluta no S que o NE é um peso para o Brasil (...)* e (...) *uma carta num tom excessivamente formal, que certamente soa ridícula aos ouvidos “modernos” do S (...)* revelam que o locutor não aceita a argumentação baseada em estereótipos (de fácil explicação), ao mesmo tempo que não nega que o NE apresenta deficiências, como se pode ler em (...) *A carta do sr. SBC dá bons argumentos para se suspeitar que, ao menos, a questão não é tão simples assim*, como quer fazer crer a matéria publicada. O locutor utiliza o estereótipo como argumento em favor do NE, mostrando que não é um desconhecedor dessa idéia, mas que ela não é verdadeira, pelo menos não na totalidade daquilo que veicula.

É a partir dos estereótipos que são construídas as imagens de nordestinos e sulistas no discurso separatista. São elas que, em última análise, justificam o atraso e o desenvolvimento das regiões. Assim, a imagem que os sulistas fazem dos nordestinos corresponde à de “preguiçoso”, “vagabundo”, gente que gosta muito de festa e pouco de trabalho, imagens com as quais os próprios nordestinos já estão “acostumados”. Estas formas de designação não são estranhas, pois são a tradução dos estereótipos presentes em um certo senso comum no Brasil e, ainda que elas sejam ditas para serem negadas, é a

partir delas que certas discussões acontecem, embora sua banalização possa chocar alguns. Por fazer parte do senso comum, os estereótipos circulam com relativa facilidade.

Mesmo que manifestações preconceituosas como as já analisadas não sejam, felizmente, dominantes na polêmica separatista em questão, não creio que se deva ignorá-las ou mesmo considerá-las como fatos isolados e não representativos do pensamento nacional. Também não se trata de imaginar que idéias desse tipo venham a deixar de existir algum dia. Por outro lado, penso que é importante levá-las em consideração porque são elas que estão presentes em outras manifestações e lhes servem, freqüentemente, como ponto de apoio. Muitos dos leitores envolvidos na discussão não são capazes de assumir posições explicitamente preconceituosas, como a de alguns LCs, pois isso seria demarcar muito precisamente o lugar a partir do qual se fala. Como se pode ver nos textos que analiso no próximo item.

7.3 - Um exemplo do uso do estereótipo

O discurso separatista, por sua própria natureza de negação do “outro”, é um bom lugar para se verificar a presença de estereótipos racistas e preconceituosos em meio à população brasileira, e o quanto eles ainda podem mostrar sobre uma outra realidade que se impõe, do interior desse discurso, em oposição àquela da cordialidade racial. Não se trata de imaginar que algum dia possamos chegar a abandonar totalmente preconceitos arraigados, ou de imaginar que novos preconceitos não possam surgir. Entretanto, uma situação é saber que existem pessoas potencialmente preconceituosas, que discriminam os nordestinos por eles não compartilharem dos mesmos valores ou por não terem a mesma origem européia dos sulistas; outra, totalmente diferente, é ouvir uma voz manifestar-se explicitamente nesse sentido, como, por exemplo, na defesa pública da inferioridade nordestina em relação ao S, como é o caso dos enunciados que se seguem:

TEXTO 1

Luíza não é Rosa. É um sopro violento de nordestino itinerante na vida de São Paulo. É a surpreendente escolha irresponsável de uma ilustre Erundina perdida no tumulto político da fértil terra de Piratininga. É a lamentável ausência do

sentimento glorioso do tradicional paulistano, que infelizmente está perdendo sua histórica identidade. A São Paulo de hoje não é mais a romântica cidade da garoa de antigamente. São Paulo é um doente com as queixas e lamúrias de um obeso e oberado ((GS/C.03).

TEXTO 2

Na edição de Istoé Senhor n.1004, o leitor Paulo Caringi, do Rio de Janeiro, define bem a irresponsabilidade dos habitantes desta Piratininga, ao escolher para prefeita uma nordestina itinerante. Sr. Paulo, estamos cansados de ver nossa cidade ser invadida por esses bandoleiros. (GS/C.10).

Os dois depoimentos se colocam contra a presença dos nordestinos em São Paulo. No entanto, são necessários esforços diferentes para a interpretação de cada um deles. Para o texto 2, só há uma leitura possível, facilmente identificável pelo emprego da expressão “esses bandoleiros” para qualificar os nordestinos: seu locutor é preconceituoso.

Pode-se observar que o locutor do texto 2 não fala somente a partir de suas próprias convicções, já que ele vincula, explicitamente, sua fala à do locutor do texto 1:

Na edição de Istoé Senhor n.1004, o leitor Paulo Caringi, do Rio de Janeiro, define bem a irresponsabilidade dos habitantes desta Piratininga, ao escolher para prefeita uma nordestina itinerante...

e mais adiante conclui:

“Sr. Paulo, estamos cansados de ver nossa cidade ser invadida por esses bandoleiros.”

O locutor do texto 2 assume integralmente a fala do primeiro mas, diferentemente deste, não se limita a atingir a prefeita Luiza Erundina. Ele se vale da oportunidade oferecida pelo texto 1 para atacar todos os nordestinos residentes em São Paulo, fato que não fica explicitado naquele texto. Observe-se que o locutor do texto 2 melhora as condições de leitura do texto 1, ao substituir Erundina por todos os nordestinos e ao acrescentar a expressão *bandoleiros*. A expressão *invadida* também funciona no sentido de reforçar o discurso do texto 1, o qual remete a duas situações

distintas, São Paulo antes e depois dos nordestinos. No texto 1, há, ainda, outra diferença em relação ao texto 2: a culpa da situação descrita é atribuída aos próprios paulistanos.

Para a interpretação dos enunciados do texto 1, é preciso observar o deslocamento entre dois tempos. O enunciador evoca a memória de uma São Paulo que não existe mais. É a partir desta memória extracontextual que o locutor produz o seu discurso. Assim, ele não é o responsável por aquilo que enuncia, já que faz a evocação de uma cidade diferente daquela que é hoje e que está na lembrança de todos. É a partir da memória que ela pode ser revivida. Desta forma, não é possível localizar o enunciador que coloca a cidade e seus habitantes numa posição privilegiada em relação ao resto do país.

A São Paulo de hoje é construída discursivamente sobre seu antigo passado de glórias e, às vezes, os paulistanos que participam da polêmica separatista tentam fazer crer que a única coisa que pode ameaçar o futuro de São Paulo é a presença dos nordestinos. Os problemas que São Paulo enfrenta não são considerados a partir de uma visão global, quer dizer, não são entendidos enquanto decorrentes de uma crise nacional (e internacional), capaz de gerar miséria e desemprego. São Paulo é como que extraída de sua localização geográfica, deixando de ser considerada no contexto de toda a sociedade brasileira. Ela é, de uma certa forma, aquilo que o Brasil, ou "o resto do Brasil", deveria ser: São Paulo é uma nação a partir da qual o resto do país deve ser pensado. Os nordestinos, que, por sua vez, não podem ser assimilados pela tradição paulistana/bandeirante, que, evidentemente, não possuem (a imigração nordestina para o Sudeste teve início a partir de 1940), são então reconhecidos pela tradição nordestina que, para os paulistas, é construída a partir da contribuição da mão-de-obra para São Paulo. A diferença que os enunciados da polêmica separatista revela é que a contribuição nordestina para São Paulo, isto é, a força de trabalho sem nenhuma qualificação, já que o grande contingente nordestino que aportou no sudeste foi trabalhar como operário na construção civil, é entendida pelos sulistas como negativa. Dito de outra forma: os nordestinos, ainda que tenham nascido, crescido e trabalhado durante toda sua vida no Sudeste do país, não são vistos como cidadãos que tenham direito à cidade.

7.4 - Herança européia

Não é apenas em relação aos paulistas que se construiu uma imagem calcada em adjetivos generosos, atestando a importância que a cidade tem no contexto do país. Os sulistas, como um todo, desfrutam igualmente de uma posição privilegiada frente aos olhos da nação no que se refere a alguns aspectos de seu desenvolvimento e importância. Parece-me bastante provável que há uma relação estreita entre certas imagens e a história da colonização do S, onde houve um forte contingente de imigrantes europeus.

Assim como circula a idéia de que os nordestinos são preguiçosos, existe em contrapartida a de que os sulistas e o S são mais desenvolvidos em virtude da colonização européia. Segundo um certo pensamento predominante no S, a influência européia foi decisiva para a melhoria da mão-de-obra no S, o que teria ocasionado o desenvolvimento das regiões do SE e S

Nos enunciados dos textos transcritos a seguir, pode-se verificar o modo como estas idéias permanecem no espírito nacional. As idéias veiculadas pelo primeiro texto, publicado pelo *Correio Paulistano* no começo do século, podem ser encontradas no segundo, ainda que seu locutor não seja tão explícito:

Simplificando o que tão bem se diz nas teorias científicas, é através da raça que se determinam os destinos de um povo, da nação(Correio Paulistano/1901).

Acompanhando a evolução do mundo, não podemos ignorar que todas as iniciativas vitoriosas em várias áreas da existência humana foram lideradas por uma elite. Elite é gente de escol, a nata da sociedade (...) Vivi São Paulo ouvindo o pulsar forte de sua esperança e observando o trabalho fecundo das mãos qualificadas dos imigrantes que semearam a sua terra fértil, transformando-a no gigantesco parque industrial, orgulho deste país(...)(GS/C.34).

Que diferenças fundamentais se podem estabelecer entre o texto publicado pelo *Correio Paulistano*, em 1901, e o outro, produzido no interior de um debate separatista quase um século depois?

Penso que, para a compreensão dos enunciados do segundo texto, é necessário perceber que a imigração de que fala seu autor não contempla a imigração nordestina para São Paulo. Esta leitura só pode ser feita no interior da polêmica aqui analisada, porque remete àquilo que vinha sendo tratado anteriormente à eleição de Erundina. Para o locutor, a evolução do mundo se dá pela existência da elite, *gente de escol, a nata da sociedade*, aquilo que o Brasil não tem. Agora, São Paulo é diferente porque tem a influência dos *imigrantes qualificados* que semearam *sua terra fértil*. O que está atrapalhando São Paulo são os nordestinos, os quais se encontram representados na figura da prefeita Luíza Erundina: “Aos paulistanos cabe o dever de comandar sua terra”. Os paulistanos devem, segundo este locutor, se posicionar contra movimentos que levem a fatos como, por exemplo, a eleição de Erundina.

Os enunciados da carta seguinte recolocam a questão em outros moldes e sugerem que os “bandoleiros” ou estrangeiros são outros:

É bastante compreensível que alguns sulistas, principalmente de São Paulo, escrevam para a seção de cartas desta conceituada revista, chamando os nordestinos de bandoleiros, como foi o caso do sr. B e de outros que se congratularam com ele, como o sr. RP. Compreensível por quê? Ora, sulista não admite ser brasileiro e talvez tenha razão. Brasil é sol, é mar, é índio, é negro, é banda Reflexus, é Caetano; tem isso aí em São Paulo? Observem os nomes de apenas dois, dentre os quais nos chamam de bandoleiros: Benetti e Petcha.

Os estereótipos regionais, presentes nas imagens e auto-imagens que circulam livremente em piadas ou mesmo na mídia sem se constituírem em novidade, são veiculados pelos participantes da polêmica sem nenhum constrangimento. Quando estão presentes nas piadas, por exemplo, os estereótipos servem para destacar as características da população de forma invertida. Assim, nas produzidas ou adaptadas a partir de Santa Catarina, o gaúcho só vai aparecer como frouxo ou homossexual, para se contrapor à imagem de machão. No sudeste, por sua vez, as piadas costumam caracterizar os nordestinos como personagens ingênuos ou atrasados.

Não são poucos os fatores que contribuem para o uso e a manutenção dos estereótipos. Dar visibilidade a outra realidade, diferente daquela que se constitui pelo

estereótipo, implica a negação de crenças e posturas amplamente arraigadas e aceitas por grupos que, a partir delas, podem explicar suas próprias atitudes. Assim, se nos textos analisados neste trabalho, não se pôde encontrar nenhum LC que tenha afirmado ser racista, mas elementos que permitem identificar atitudes preconceituosas de sulistas contra nordestinos e de nordestinos contra sulistas, é porque estes elementos fazem parte de uma certa realidade, reconhecida e compartilhada, que não considera preconceituosa, por exemplo, a idéia de que *os nordestinos evitam o trabalho e vivem para o carnaval*. É essa mesma realidade que também faz com que não se possa admitir, ou que se admita com reservas, o fato de haver discriminação no Brasil.

CONCLUSÃO

O discurso separatista não é novo e nem sempre se valeu dos mesmos argumentos. No desenvolvimento deste trabalho, no entanto, procurei identificar nos discursos separatistas nordestino e sulista elementos que me permitiram fazer ligações entre discursos de diferentes períodos nos quais se pode ver a recorrência de idéias e posicionamentos de diferentes formações discursivas que permanecem na origem das imagens estereotipadas de nordestinos e sulistas.

A partir da análise das estratégias argumentativas utilizadas pelos locutores/enunciadores, pretendi mostrar que os julgamentos que hoje se instauram sobre ser nordestino e ser sulista não se constituem a partir de um ponto preciso e historicamente recuperável, mas a partir de vários elementos que se alternam de forma descontínua e nos quais se vai buscar uma maior ou menor adesão.

O discurso separatista brasileiro é atravessado pela contradição permanente com o discurso da harmonia racial. Há, nesta corrente de pensamento, um forte sentimento de nacionalidade brasileira, construída sobre um encontro, mais pressuposto do que real, das raças fundadoras. Admitir as diferenças, portanto, é interferir nessa imagem, permanentemente cultuada, como salientou Guimarães (1995): “De fato nada fere mais profundamente a alma nacional, nada contraria mais o ideal de assimilação brasileiro que o cultivo de diferenças”(p.43). Esse fato pôde ser visto, com bastante nitidez, na posição assumida pelo Ministro do Exército, por ocasião do movimento separatista sulista, quando este foi comparado à *barbárie*, à *anomia cívica*.

Para Todorov, o assimilacionismo comporta não somente a idéia da igualdade, mas, principalmente, a de identidade. É a possibilidade de ver o Outro como um ser idêntico que vai permitir a projeção dos próprios valores sobre os valores dos outros.

Já a “diferença” pode, muitas vezes, ser traduzida em superioridade e inferioridade, o que implica a “recusa a uma substância realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo”. Essa me parece ser, afinal, a questão fundamental que o discurso separatista se coloca: como assimilar as diferenças sem fazer delas paradigmas para o julgamento do “Outro”, se não é possível deixar de perceber as diferenças que se colocam a partir das diversas realidades das regiões brasileiras e de suas populações?

Não penso que essa pergunta seja fácil de ser respondida. Acredito, no entanto, que toda a tentativa feita para compreender melhor o discurso separatista pode ajudar no desafio de esclarecer os pontos obscuros que interferem no modo como a opinião pública constrói e atribui imagens. Compreender, como disse Hanna Arendt, não para negar o ultrajante ou para deixar de sentir o impacto da realidade, mas para poder, quem sabe, resistir a ela.

ABSTRACT

The information analysed in this dissertation was collected in the printing press and concerns to two Brazilian separatist movements, during the 1988-1993 interval, the first aimed the independency of Northeastern Brazil and the second aimed the República Federativa do Pampa creation. The analysis are inserting in the ambit of polemic relationship and indicate the actuation of two antagonist discourses formations, denominated DF1 and DF2, corresponding, respectively: "*The South explore the Northeastern*" and "*The Northeastern explore the South*". This work is divided in three parties: in the first is delineated general form from enunciation, in the second enunciation in relationship discourse is favoured, principally theoretical conceptions formulated by semanticist Oswald Ducrot in: *Esboço para uma teoria polifônica da enunciação e Argumentação* and *topoi argumentativos* and in the last it is discussed the fact as separatist discourses in question suffer print press mediation.

Key words: *1. Analysis of discourse. 2. Racism. 3. Regionalism.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDITO, Mauzor. O barato do Barão. *Brasil Agora*, São Paulo, 2-15 ago 1993.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1990
- COELHO, Teixeira. Um 'simulacro' enraizado no país. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 out 1992. Caderno de Cultura, p.2.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Ed. Ouro, Sdp.
- DIAS, Maurício. O vírus da secessão: entrevista com Aspásia Camargo. *ISTOÉ*. São Paulo: Editora Três: n.1207, nov. 1992, p. 5-7.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Argumentação e topoi argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p.13-38.
- EBEL, Marianne, FIALA, Pierre. La situation d'énonciation dans les pratiques argumentatives. *Langue Française*, Paris: Didier/Larousse, n.50, p.53-74, mai 1981.
- FRANCO, Nascimento. Separatismo: uma idéia que vem de longe. *DO Leitura*, São Paulo, n.32, 11 mai 1993. p.2-3.
- FREIRE, Vinicius Torres. Preto ou branco. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 jul 1993. Caderno Folhateen, p. 3.
- FREITAS, Décio. Insetos Sociais. *Zero Hora*, Porto Alegre, 8 ago 1993. Caderno Opinião, p.4.
- GARCIA, Carlos. *O que é nordeste brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GIANNINI, Humberto. Acolher a estranheza. In: SAHEL, Claude (org.). *A tolerância: por um humanismo herético*. Porto Alegre: L&PM, 1993. p.15-27.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 43, p.26-44, nov. 1995.

- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889/1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.
- _____. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MARX, Irton. *Vai nascer um novo país: república federativa do pampa gaúcho*. Santa Cruz do Sul: Excelsior, 1990.
- MOLON, Newton Duarte. *Colapso da união: o separatismo no Brasil*. São Paulo: Pensieri, 1994.
- NASSAR, José Roberto. Os confederados são do norte. *ISTO É SENHOR*. São Paulo: Editora Três, n.1003, dez 1988, p.30-36.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PÊCHEUX, M, FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F, HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p.163-235.
- PENNA, Maura Lúcia Fernandes. *O que faz ser nordestino: a questão das identidades sociais e o jogo de reconhecimento no caso Erundina*. João Pessoa: UFPB, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- POSSENTI, Sírio. Notas sobre a linguagem politicamente correta e a análise do discurso. Comunicação. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, n.3, p.123-140, jul. 1995.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALES, João Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- SARTRE, Jean Paul. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido? *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 34, p.49-62, nov. 1992.

STRECK, Lênio Luis. *O tribunal do júri e os estereótipos*. Florianópolis: UFSC, 1989.
(Dissertação de Mestrado).

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins
Fontes, 1996.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARENDETT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas: Papirus, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1993.
- DHOQUOIS, Régine. *A polidez: virtude das aparências*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1993.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida*. São Paulo: Pontes, 1992.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- van DIJK, Teun. *Races and the press*. London: Routledge, 1990.

NORDESTE INDEPENDENTE

Ivanildo Vila Nova e Bráulio Tavares

Já que existe no Brasil esse conceito
Que o Nordeste é ruim, seco e ingrato,
Já que existe a separação de fato
É preciso torná-la de direito
Quando um dia qualquer isso for feito
Todos vão lucrar imensamente
Começando uma vida diferente
Da que a gente até hoje tem vivido
Imagine o Brasil ser dividido
E o Nordeste se tornar independente

Dividindo a partir de Salvador
O Nordeste seria outro país
Vigoroso, leal, rico e feliz
Sem dever a ninguém no exterior
Jangadeiro seria senador
O cassado-de-roça era o suplente
Cantador-de-violão o presidente
E o vaqueiro era o líder do partido.
Imagine o Brasil ser dividido
E o Nordeste se tornar independente

Em Recife no distrito industrial
O idioma ia ser o "nordestinense",
A bandeira de renda cearense,
"Asa Branca" o hino nacional
O folheto era o símbolo oficial,
A moeda o tostão de antigamente,
Conselheiro seria o inconfidente,
Lampião, o herói esquecido.
Imagine o Brasil ser dividido
E o Nordeste se tornar independente

O Brasil ia ter que importar
Do Nordeste algodão,
Cana, caju, carnaúba, laranja, babaçu,
Abacaxi e o sal de cozinhar.
O arroz, o agave do lugar,
A cebola, o petróleo, a aguardente,
O Nordeste é auto-suficiente,
O seu lucro seria garantido.
Imagine o Brasil ser dividido
E o Nordeste se tornar independente

Se isso aí se tornar realidade
E alguém do Brasil nos visitar,
Neste nosso país vai encontrar
Confiança, amizade e respeito.
Tem o pão repartido na metade.
Tem o prato na mesa, a cama quente.
Brasileiro será irmão da gente,
Vá prá lá que será bem recebido.
Imagine o Brasil ser dividido
E o Nordeste se tornar independente

Eu não quero com isso que vocês
Imaginem que eu tento ser grosseiro.
Pois se lembrem que o povo brasileiro
É amigo do povo português.
Se um dia a separação se fez,
Todos os dois se respeitam no presente.
Se isso aí deu certo antigamente
Nesse exemplo concreto e conhecido.
Imagine o Brasil ser dividido
E o Nordeste se tornar independente